

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 06/06/2020	



CRISE FISCAL NOS ESTADOS MOSTRA FORTE IMPACTO DO COVID-19 NA ARRECADAÇÃO



admin 6 Junho, 2020

A crise provocada pelo novo coronavírus vai deixar uma herança negativa para os governadores. Com as finanças historicamente debilitadas, os estados interromperam o ajuste fiscal e passaram a lidar com uma dupla pressão, de aumento de gastos e queda de receitas. A piora das contas públicas já ameaça o salário dos servidores.

Na Bahia o secretário da Fazenda Manoel Vitório afirmou em entrevista ao programa Isto é Bahia, do portal A Tarde FM, que as perdas com arrecadação de ICMS no Estado podem chegar a R\$ 2 bilhões. Segundo Manuel Vitório a crise é muito grave e requer uma atenção especial de todos os poderes. O secretário ainda explica que todas as áreas com exceção da Saúde já foram afetadas pela pandemia do Covid-19.

O secretário ainda falou que a prioridade do governo nesse momento é manter a máquina pública em plena atividade. Segundo ele a situação do sistema financeiro da Bahia é imprevisível, pois não se sabe até quando essa pandemia vai durar. “Em março nós tomamos medidas de contenção de despesas e estamos focando nas áreas que são essenciais para o funcionamento da máquina pública”, disse. [\(Veja aqui\)](#). Em Salvador, o secretário da Fazenda Paulo Souto as perdas já chegaram a 23%. [\(Veja aqui\)](#).

As finanças estaduais foram abaladas, sobretudo, pela queda de arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o tributo mais importante para o caixa dos governadores e bastante ligado ao ritmo da economia. “Em 2019, a situação dos estados já não era muito boa. Com essa pandemia e, principalmente, o impacto dela sobre a receita dos estados, a situação ficou bastante delicada”, diz o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Josué Pellegrini.

Em abril, a arrecadação dos estados somou R\$ 41,7 bilhões, montante 15% menor do que o apurado no mesmo mês do ano passado, segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), compilados pela IFI. A queda na arrecadação em abril pode ser considerada apenas o primeiro sinal da crise que assola o caixa dos estados. Isso porque o número reflete o desempenho da atividade em março, quando o isolamento social – necessário para conter o avanço da doença – não vigorou o mês inteiro.

Dessa forma, o dado consolidado da arrecadação de maio dos estados deve ser ainda pior, já que vai mensurar o impacto de toda a paradeira da economia de abril, quando o distanciamento social vigorou de forma mais intensa. Ao mesmo tempo, do lado da despesa, houve a necessidade de ampliar os gastos para conter os efeitos da pandemia e dar conta de manter os serviços públicos em funcionamento, em especial os da área de saúde, num momento de alta procura pela população.

“Os estados não têm como arcar com as suas despesas, que tendem a ser maiores em função da pandemia, sem ter a arrecadação do ICMS. Por isso a necessidade de um auxílio da União, uma vez que os governos estaduais não têm a capacidade de emitir dívidas”, afirma o analista de contas públicas da consultoria Tendências, Fabio Klein. Desde 1997, os estados são proibidos de emitir títulos de dívida.

Ajuda bilionária

Para os governadores conseguirem mitigar os efeitos da queda de arrecadação, a ajuda do governo federal se tornou essencial. Ao todo, segundo a IFI, o socorro soma R\$ 86,14 bilhões. O pacote de ajuda é composto, sobretudo, por R\$ 37 bilhões em transferências, que serão feitas em quatro parcelas, e R\$ 32,6 bilhões de alívio na suspensão da dívida com a União até o fim de 2020.

A medida provisória que permite o repasse dos R\$ 37 bilhões foi publicada pelo governo na quinta-feira (4), e a primeira parcela deve ser paga na terça-feira (9). Para receber a transferência e ter a dívida suspensa, os estados precisam desistir de ações na Justiça contra a União. A ajuda também proíbe que servidores estaduais tenham aumento salarial até 2021, o que, segundo o governo, deve resultar numa economia de R\$ 52,4 bilhões no período.

Um exercício elaborado pela IFI mostra que, se a arrecadação dos Estados recuar 30% ao longo dos próximos meses, a ajuda do governo federal vai ser suficiente para cobrir a

perda de receita até setembro deste ano. “É importante (a ajuda). Resolve uma crise de caixa enorme e evita um colapso dos serviços públicos na grande maioria ou em todos os estados durante o ano de 2020”, afirma o secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles. “Mas coloca um problema adicional de pressão nos gastos públicos para os anos seguintes com a retomada do pagamento da dívida”, diz.

Segundo dados do Ministério da Economia, apenas a renegociação da dívida do governo paulista com a União foi de R\$ 12,3 bilhões. “São Paulo entrou nessa crise equilibrado e o que se conseguiu, depois de tudo, foi novamente reequilibrar (as contas) de 2020, ainda que com um certo aperto”, afirma Meirelles. O socorro do governo também inclui ajuda aos municípios, que devem receber R\$ 23 bilhões em transferências. Ao todo, portanto, elas somarão R\$ 60 bilhões. “O valor é muito elevado e impacta fortemente as contas da União, que está no seu sétimo ano de déficit primário”, disse secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em entrevista à GloboNews no dia 28 de maio

Waldery classificou a transferência a Estados e municípios como “substancial” e destacou que vai existir um pós-coronavírus e que a União e os entes devem se preparar: “Por isso que nós colocamos uma condicionalidade, que foi o congelamento de salários (de servidores) por 18 meses.”. Os estados brasileiros entraram na crise de forma bastante heterogênea. Uns foram pegos pela pandemia com as finanças mais debilitadas, enquanto outros entraram de forma ajustada. Mas é certo que os impactos financeiros da crise não serão diluídos no curto prazo e devem afetar todos os governos. O carregamento da dívida, por exemplo, é apenas um dos problemas que serão herdados pelos governadores. Com a expectativa de lenta retomada da economia, a arrecadação não deve voltar tão cedo ao patamar observado antes da pandemia.

Pelo lado da despesa, ela deve seguir crescente, já que haverá uma demanda maior por serviços públicos, não apenas do setor de saúde. Muitas famílias afetadas pela crise, por exemplo, devem trocar o ensino privado pelo público. Com uma das piores situações financeiras do país, o Rio Grande do Sul atrasa o pagamento do salário dos servidores há quatro anos. O estado já aprovou uma série de medidas de ajuste das contas públicas, como as reformas da Previdência e administrativa, e chegou a reduzir o atraso nos pagamentos no início do ano.

“Uma boa parte dos funcionários estava recebendo em dia, e os outros com atraso de até 13 dias”, diz o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurelio Cardoso. “Essa crise de arrecadação súbita já causou um aumento no atraso do pagamento de salário.”. Em dois meses, o Rio Grande do Sul perdeu R\$ 1,2 bilhão em receita, o que representa um mês de salário dos servidores.

No Rio de Janeiro, os pagamentos não estão atrasados, mas a queda de receita chegou a ameaçar a folha de junho. Além da perda de receita provocada pela piora da atividade econômica, o estado perde recursos de royalties do petróleo, com a cotação mais baixa

da commodity. Em relação ao orçamento inicial de 2020, o estado espera uma queda na arrecadação de R\$ 14 bilhões.

“Na sexta-feira (29 de maio), quando eu assumi a secretaria, eu recebi a informação de que a gente não conseguiria pagar (os salários do mês de) junho”, diz o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Guilherme Mercês. “Esse vai ser um esforço diário, até que a economia se recupere, a gente conseguir pagar os salários e honrar os servidores.”

Nos últimos anos, os estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já tiveram um certo alívio de caixa por não pagar a dívida com a União. O governo gaúcho porque conseguiu uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), e o fluminense por fazer parte do regime de recuperação fiscal aberto em 2017.

O governo do Rio se debruça agora em uma nova discussão para renegociar o regime de recuperação fiscal, que termina em setembro. “Esse momento é pertinente para rediscutir as bases do acordo e obviamente rediscuti-lo dentro desse novo ambiente de uma economia pós-covid”, afirma Mercês. “Passamos os primeiros três anos e a discussão natural é de mais 3 anos.”



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

segunda-feira, 08 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Namorados têm no Preço da Hora Bahia um aliado na hora de presentear

O aplicativo é recomendado pelo Procon-Ba, que todos os anos deflagra operação voltada para a fiscalização dos preços dos produtos mais procurados

Ascom Sefaz , Salvador | 08/06/2020 às 08:56

Curtir 0

Tweet

Dia dos Namorados chegando e ainda não foi possível providenciar o presente, ainda mais em tempos de restrições impostas pela pandemia? A dica é recorrer ao novo aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite fazer a pesquisa de preços dos produtos sem sair de casa, traz o contato da loja e, se for o caso, a rota para se chegar ao endereço. Com 215 mil usuários em toda a Bahia, o app lançado em abril toma por base as informações das notas fiscais eletrônicas encaminhadas pelas empresas à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

O aplicativo é recomendado por quem entende do assunto: o Procon-Ba, que todos os anos deflagra nesta época a Operação Afrodite, voltada para a fiscalização dos preços dos produtos mais procurados pelos consumidores em busca de presentes para o seu par. "É a melhor opção para quem está fazendo compras de última hora", afirma Filipe Vieira, superintendente do órgão.

Ele acrescenta que o Preço da Hora Bahia é complementar ao aplicativo Procon Ba Mobile, o aplicativo do órgão de fiscalização para o registro de denúncias sobre preços abusivos. "Antes de comprar, a melhor sugestão é buscar as melhores opções com a ajuda do Preço da Hora Bahia. Para quem já comprou, caso haja algum problema, é só recorrer ao nosso aplicativo", orienta.

A dica é aprovada por quem já descobriu o Preço da Hora Bahia. (declarações de usuários que estão comprando ou já compraram produto para o dia dos namorados).

Funcionalidades

Os preços são pesquisados com auxílio da geolocalização, em um raio definido pelo usuário, que pode variar entre um e 30 quilômetros de distância. Entre as funcionalidades do aplicativo estão ainda um mapa que aponta os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário, um gráfico com o histórico de preços do produto e a possibilidade de cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras.

"O Preço da Hora Bahia exhibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exhibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal".



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=126547)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/05/o-novo-caminho-da-sustentabilidade-por-leonardo-lima,126512,0.html>)

O NOVO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE, por LEONARDO LIMA (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/05/o-novo-caminho-da-sustentabilidade-por-leonardo-lima,126512,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/05/o-novo-caminho-da-sustentabilidade-por-leonardo-lima,126512,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/05/o-novo-caminho-da-sustentabilidade-por-leonardo-lima,126512,0.html>)



Priscila Natividade

texto
priscila.oliveira@redebahia.com.br

Vi por R\$ 19, quando passei a primeira vez e não comprei. Quando eu voltei, no dia seguinte, o mesmo leite estava por R\$ 26. Mandei cancelar, quando estava no caixa. Eu não aceito um abuso desses Érica Matos professora

Meu supermercado, hoje, chega a R\$ 2 mil. Tudo está mais caro, principalmente os produtos indispensáveis como o feijão, o arroz e as carnes Jeovana Dultra designer de interiores

O aumento é muito grande e a gente nota essa diferença. Se o preço estiver muito absurdo, eu vou lá e troco. Não vou mais por impulso e pego a primeira coisa que vejo na prateleira Maria José Conceição professora

Eu vejo que existe um 'querer se aproveitar do momento', do desespero que estamos sentindo, inclusive pelo desconhecido Lila Ribeiro administradora

De um dia para o outro, a professora Érica Matos se surpreendeu ao ver o pacote de leite em pó ficar R\$ 7 mais caro, na ida ao mercado, nesta última semana. "Vi por R\$ 19 e não comprei. Quando voltei no dia seguinte, o mesmo leite estava por R\$ 26. Mandei cancelar, quando estava no caixa. Eu não aceito um abuso desses", conta.

Mesmo com a necessidade de isolamento social, para conter o avanço do coronavírus, o consumidor está comprando mais, ainda que tenha diminuído sua frequência nas lojas, optado também por serviços de delivery. Em redes como o Atakarejo, o valor médio gasto pelo consumidor cresceu cerca de 30%, de acordo com o diretor comercial, Milton Amorim. Sendo que, no delivery, o gasto é o dobro do da loja física. "Neste momento, o setor do varejo alimentar foi dos que menos sentiram o impacto em termos de faturamento", diz.

Quem também tem percebido esse impacto é a designer de interiores Jeovana Dultra, sobretudo, depois que viu o quilo do feijão a R\$ 9. Desde o início do isolamento social, há pouco mais de dois meses, ela tem gastado 60% a mais do que costumava gastar para manter a despensa abastecida. "Meu supermercado, hoje, chega a R\$ 2 mil. Tudo está mais caro, principalmente os produtos indispensáveis como feijão, arroz e carnes. O consumo de produtos de limpeza aumentou com detergente, desinfetante, água sanitária, álcool e sabão".

PRIMEIRA NECESSIDADE

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto no mês março, as vendas do varejo baiano caíram tanto em relação a fevereiro 2020 (-9,7%), quanto frente a março de 2019 (-7,6%), o setor de supermercados cresceu 3% em meio à pandemia. Os números são referentes ao mês em que foram iniciadas as medidas de isolamento social, comparados com o mesmo período do ano passado.

Categorias como hortifruti, açougue e tudo que é necessário para produzir refeições, contribuíram bastante nessa expansão. Também itens de limpeza e higiene, como destaca o presidente da Associação Baiana de Supermercados (Abase), Joel Feldman, pesam mais no orçamento.

Essas categorias tiveram incremento em torno de 15%, assim como as merendas para as crianças. Produtos como álcool e água sanitária cresceram 500% e 30%, no volume de vendas, respectivamente. Mesmo assim, "não há nenhum risco de desabastecimento. As indústrias seguem produzindo e distribuindo regularmente", garante Joel.

Os preços são atualizados

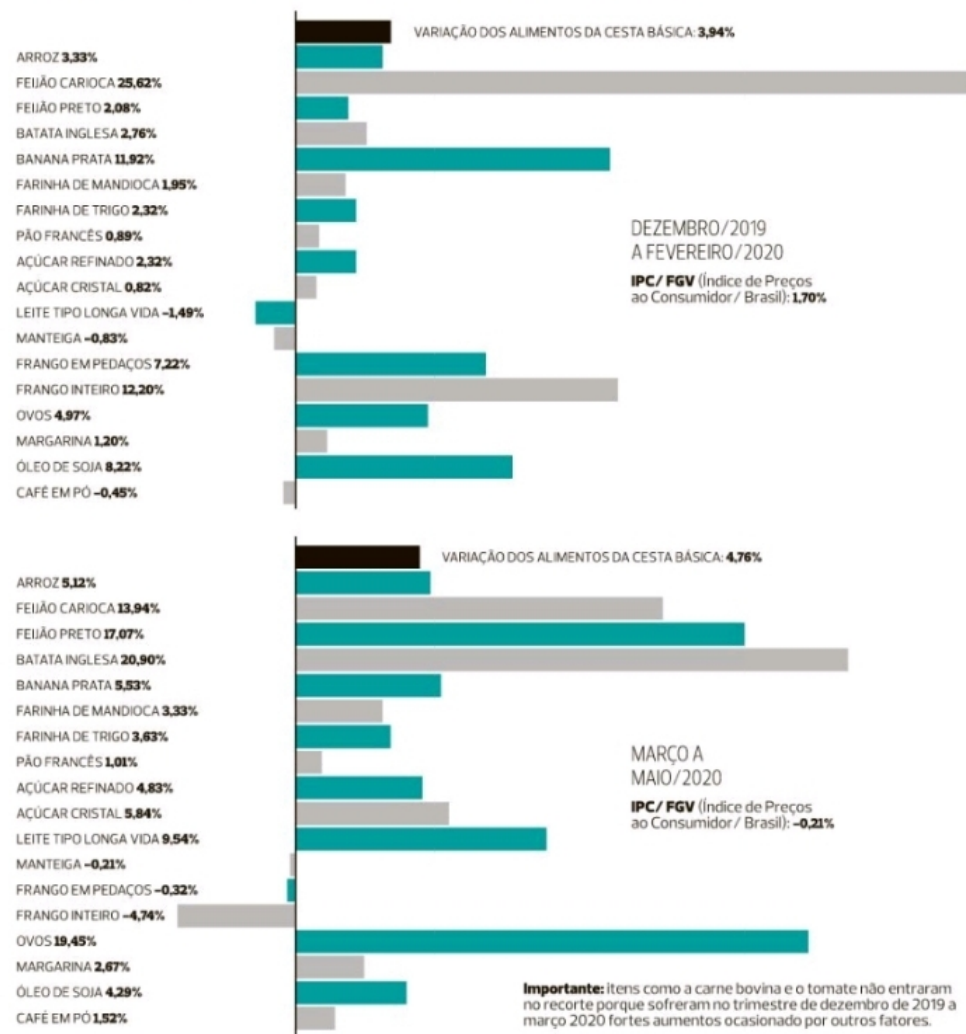
Lucrando com a pandemia

Mercados Na contramão da maioria dos segmentos, varejo aumenta ganhos em até 30%



SUPERMERCADO MAIS CARO EM SALVADOR

Confira o comportamento dos itens que mais impactaram o custo com a cesta básica na capital baiana e também os produtos que registraram queda durante a pandemia. FONTE: IBRE/FGV (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS)



Importante: Itens como a carne bovina e o tomate não entraram no recorte porque sofreram no trimestre de dezembro de 2019 a março 2020 fortes aumentos ocasionado por outros fatores.

9,7% foi a queda das vendas do varejo baiano

3% é o crescimento registrado pelos supermercados, comparado ao mesmo período de 2019

nas gôndolas, a cada entrada de nota fiscal de compra, o que acontece diariamente. Mas, se não existe risco de faltar, por que o valor dos produtos mais demandados pelas famílias sobem tanto? Ao comentar esse questionamento, feito pelos consumidores ouvidos pelo CORREIO, Feldman rebate que itens específicos de combate ao coronavírus aumentaram os preços, porque as indústrias não estariam preparadas para o aumento de demanda.

"Os supermercados não controlam a cadeia de custos da indústria, apenas repassam as atualizações de preços. No caso da água sanitária há uma enorme escassez, incluindo dificuldade de matéria-prima para em-

balagens. Em relação ao álcool a demanda ocasionou uma indisponibilidade de matéria-prima".

A professora Maria José da Conceição é mais uma consumidora que confessa estar gastando além do que esperava, não só pela compra de mais itens de limpeza ou por fazer todas as refeições em casa. "O aumento é grande e a gente nota essa diferença. Se o preço estiver muito absurdo eu vou lá e troco. Não pego a primeira coisa que vejo na prateleira. Tenho feito essa seleção".

CARRINHO CHEIO

Se a crise não chegou no faturamento dos supermercados, no bolso do consumidor, no entanto, o coronavírus tem feito

estrago. De acordo com levantamento feito a pedido do CORREIO, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), os dados nacionais do Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC/BR-10), refletem a realidade de Salvador, onde a variação acumulada dos alimentos da cesta chegou a quase 5% (4,76%), entre março e maio.

No 1º trimestre anterior, que compreende os meses de dezembro de 2019, janeiro e fevereiro de 2020, o índice foi de 3,94%. "Tivemos sim, uma carestia dos alimentos entre março e maio, vinculada ao aumento da demanda, desvalorização do real frente ao dólar e também por efeitos sazonais e de

safra", analisa o coordenador adjunto do IBRE-FGV, André Braz.

Além desses fatores, o presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), Gustavo Casseb Pesotí, acrescenta, ainda, outras questões: o oportunismo da pandemia, o pânico do desabastecimento e também a diminuição da concorrência, visto que os produtos importados estão mais caros por causa do câmbio nas alturas.

"Todo esse conjunto de argumentos e, claro, o oportunismo do momento, justifica essa elevação de preços nos itens de primeira necessidade. Viemos de gerações, lá nos anos 80, que viveram o desabastecimento total e aí a gente acha que o mundo vai acabar. O pânico desajusta. Com certeza, esse pânico estava no início da pandemia e continua presente até agora, contribuindo para que o consumidor pague mais", explica.

De 23 de março a 31 de maio, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA) recebeu, em todo estado, 297 denúncias contra supermercados. O superintendente do órgão Filipe Vieira destaca que entre os produtos que tiveram os preços mais questionados estão os da cesta básica, hortifrutí, além de produtos de higienização e de cuidados pessoais. "No início, os registros eram para máscaras e álcool em gel. Porém, houve mudança nas denúncias, que passaram a ser sobre a alta dos preços da cesta básica, hortifrutí e outros itens de primeira necessidade", analisa Vieira.

Ao se deparar com uma situação que lhe pareça abusiva, o consumidor pode fazer a denúncia pelo aplicativo Procon-BA Mobile, que é gratuito e tem versões para Android e iOS.

BOLSO VAZIO

Diante desse impacto, a alternativa é mesmo economizar. Um outro aplicativo pode ajudar na tarefa. O **Preço da Hora Bahia**, lançado pelo governo estadual, permite que o consumidor pesquise o preço de qualquer produto vendido no varejo, nos estabelecimentos situados a 30 km da sua localização. Até o momento, foram mais de 215 mil downloads. "Os preços são extraídos das notas fiscais. O preço do produto fica disponível no app por 72 horas, ou até ser substituído por uma venda mais recente", conta Jadson Bittencourt, da **Secretaria da Fazenda** do Estado.

Para não perder o rumo dos gastos, a administradora Lila Ribeiro não só está buscando mercados com preços mais em conta, como também optou por definir um teto máximo de gastos. "Vejo que existe um 'querer se aproveitar do momento'. Me espantei com a carne, especificamente o cupim. Pagava entre R\$ 16 e R\$ 18 o quilo. Ultimamente, está acima dos R\$ 25. Agora, descobrimos o cupim!",

É SEU DIREITO

● QUANDO OS PREÇOS SÃO CONSIDERADOS ABUSIVOS?

A relações institucionais da Proteste Associação de Consumidores, Juliana Moya, explica que toda vez que o fornecedor não conseguir apresentar nenhuma justificativa para o aumento, o preço é considerado abusivo. "Um pequeno aumento em decorrência da maior procura é um aumento justificado, uma vez que os fornecedores têm liberdade para determinar os preços de acordo com o comportamento do mercado. Mas um aumento, como de 100% de 200% como o do álcool em gel, por exemplo, sem nenhum problema de abastecimento, é um aumento injustificado e abusivo".

● O QUE FAZER AO IDENTIFICAR ESSE TIPO DE SITUAÇÃO?

O consumidor pode denunciar à Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA). As queixas também podem ser registradas no Canal Reclame Proteste, através do site www.proteste.org.br/reclame.

● O DESCUMPRIMENTO DE OFERTAS É TAMBÉM UMA RECLAMAÇÃO RECORRENTE. O QUE A LEI GARANTE?

"Caso haja descumprimento, o consumidor deve entrar em contato com os canais de atendimento da loja e solicitar que o anúncio seja cumprido. Ele tem o direito de pedir outro produto ou prestação de serviço equivalente ou de cancelar a compra, obtendo a devolução integral dos valores pagos", destaca Juliana Moya.

ARMADILHAS PARA O CONSUMIDOR

● ILHAS OU ISCAS?

Apesar de as ilhas, normalmente, virem acompanhadas de cartazes que indicam "promoção", os preços nem sempre são mais baixos. Além de 'desovar' o estoque, elas servem para aumentar a saída de mercadorias perto da validade. Os itens considerados essenciais são colocados na parte de trás da loja. Portanto, cuidado com esse trajeto e foco na lista de compras.

● O TRUQUE DA PRATELEIRA

Mercadorias mais caras ficam na altura dos olhos de adultos e os mais baratos ficam sempre na parte de baixo. Os produtos são organizados de acordo com o ângulo de visão e alcance das mãos, logo vale a pena fazer esse agachamento por um preço mais baixo.

● SEIS POR MEIA DÚZIA

Para fazer com que o consumidor compre mais, é comum ver promoções do tipo "compre três e pague dois". Faça sempre as contas do valor total e divida pela quantidade de unidades para saber se, realmente, vale a pena. É importante avaliar, também, se você vai consumir essa quantidade de produto, mesmo que o último seja de 'graça'.

● CORREDOR INOFENSIVO?

É aquele mesmo que fica próximo aos caixas com produtos tentadores, como salgadinhos, chocolates e refrigerantes. Ele está mais abastecido do que nunca, nesse momento de pandemia. Em caixas rápidos, para pequenos volumes, são feitos verdadeiros corredores de produtos. Sim, eles favorecem a compra por impulso.

PRODUTOS DA CESTA BÁSICA SUBIRAM EM ATÉ 20%

Afinal, que mundo é esse que deixou a batata inglesa 20,90% mais cara, nos últimos três meses? Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC/BR-10), em Salvador, seguindo o comportamento nacional, este é o item que foi o maior 'vilão' da cesta básica de março a maio.

O estudo, porém, destacou outros 'vilões'. Os ovos (19,45%), feijão preto (17,07%), feijão carioca (13,94%), o leite tipo longa vida (9,54%) e o arroz (5,12%) também impactaram o bolso.

"Em um momento que as refeições em casa aumentaram e pelo fato de serem produtos que fazem parte do prato principal, esses itens também estão sujeitos a questões de safra e entressafra, que acabam interferindo na variação desse preço", explica o economista e coordenador adjunto do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), André Braz. Quanto ao ovo, a substituição da carne vermelha foi um dos fatores que favoreceram a alta, como acrescenta Braz: "O ovo subiu muito de preço, sobretudo, no período da Quaresma".

Em sentido contrário, o frango inteiro está na lista daqueles que caíram de preço. A redução chegou a 4,74%, no último trimestre (março a maio). No trimestre anterior (dezembro de 2019 a fevereiro de 2020), o produto estava 12,20% mais caro. Porém, a queda, devido a regulação da demanda de frango pela China, não deve durar muito tempo. "A criação de frango exige muito milho e o item é uma commodity (matéria-prima bruta) cujo o preço é negociado em bolsa. Dadas as desvalorizações do Real, o milho tende a encarecer o custo da criação de aves".

Braz destaca que o consumidor precisa fazer uma boa lista e usar a internet como aliada para pesquisar preços. "A gente sabe que com o isolamento social não vai dar para bater perna fazendo pesquisa de preço, porém a internet pode ajudar nisso".



●● **A internet pode ajudar na pesquisa, a conferir esses valores e a dar preferência ao comércio que oferece alguma economia** André Braz

economista da FGV

TEM QUE FUNCIONAR ASSIM

● **Fluxo**
Limitar o número de pessoas dentro dos estabelecimentos (9 m² por cliente)

● **Vagas de estacionamento**
Limitar vagas de estacionamento a 50% da capacidade total

● **Entrada**
Permitir a entrada de apenas uma pessoa por veículo (exceto pessoas acima de 60 anos ou que façam uso de medicamentos imunossupressores e para as que sejam passageiros de taxi ou carros de aplicativos)

● **Número de pessoas**
Limitar o acesso a uma pessoa por família

● **Higienização**
Disponibilizar álcool em gel ou borrifador com álcool 70%, na entrada dos estabelecimentos

● **Mais medidas de segurança**
Higienização obrigatória dos carrinhos e cestas

ATENÇÃO E CUIDADO NA HORA DO DELIVERY

Diante das medidas restritivas para conter o avanço do coronavírus e estimular o isolamento social, grandes redes de supermercados passaram a operar o serviço delivery, mesmo com as lojas abertas, por se tratar de um setor essencial. Só no Atakarejo, segundo o diretor comercial, Milton Amorim, o gasto médio da compra via delivery chega a ser o dobro da loja física. No Extra e Pão de Açúcar, os aplicativos passaram por mudanças para acompanhar as vendas online e registraram um crescimento de dois dígitos no volume de downloads, na comparação com o período anterior à pandemia. Apesar da comodidade, é preciso ficar atento na hora de fazer os pedidos. "Além da falta de alguns produtos, outros não estavam de acordo com o solicitado, como álcool líquido 70%, álcool em gel e frango. Após conferir todos os itens com a nota fiscal, entrei em contato com o mercado, eles enviaram os itens corretos e pagamos a diferença no valor", afirma a especialista em Marketing, Camila Anjos. Ela não desistiu do serviço, porém redobrou os cuidados.



●● **Conferi os itens da nota, entrei em contato com o mercado, eles enviaram os itens corretos e pagamos a diferença no valor** Camila Anjos
especialista em marketing

FAÇA UM BOM MERCADO

Lista de compras Descreva bem os produtos, marcas e condições das hortaliças

Entrega O Código de Defesa do Consumidor garante que os produtos cheguem em bom estado. Qualquer problema deve ser questionado e o consumidor pode desistir da compra

Cuidados Exigir que a entrega seja feita seguindo as orientações de segurança. Mude de fornecedor se ele não atender seus pedidos. Não receba nenhum produto que esteja com a embalagem violada.

Pagamento Prefira os meios digitais ou cartões.

Higienização Atente às regras de desinfecção de produtos e sacolas plásticas

empregos

& SOLUÇÕES

Carmen Vasconcelos

REPORTAGEM

carmen.vasconcelos@redebahia.com.br

Nas propagandas veiculadas nos mais diversos meios de comunicação, o crédito para garantir o pagamento da folha de funcionários é rápido. Benefícios para manter um empreendimento nesses tempos de quarentena também. A realidade, no entanto, se mostra bem diferente para micro, pequenos e médios empresários que, apesar de apelarem às instituições financeiras, não estão conseguindo os recursos necessários para a manutenção dos seus negócios.

De acordo com o economista, educador financeiro e colunista do CORREIO Edísio Freire, o problema reside no fato de que todo processo de oferta de crédito precisa da intermediação de uma instituição financeira responsável por fazer o dinheiro chegar às mãos de quem precisa. Por isso, ele diz que não é suficiente definir linhas de crédito, é preciso torná-las acessíveis às empresas que necessitam.

"O Governo criou as linhas de crédito e delegou aos bancos a definição dos critérios para liberação dos recursos, uma vez que são as instituições financeiras que assumirão o risco de inadimplência, ou parte dele. Com isso, as regras para liberação esbarram em um processo burocrático gigante, no qual as instituições bancárias definem por análise de risco quem terá direito à determinada linha de crédito", esclarece o economista.

O resultado desse processo é que o pequeno e médio empresário precisa fazer malabarismos para manter seu negócio funcionando com um razoável grau de saúde financeira, e o total de crédito liberado para o financiamento da folha, que foi um dos primeiros a ser instituído, teve um número de adesões muito abaixo do esperado.

Dinheiro a conta-gotas

Pequenos empresários têm dificuldade de acessar financiamentos



Para economista, bancos criam burocracia

SORA MAIA

CAMINHO PARA OS FINANCIAMENTOS

A empresa está apta quando possui:

Capacidade de gerenciamento de caixa;
 Controle financeiro;
 Patrimônio;
 Potencial para gerar novos negócios e honrar compromissos.

Para tanto é preciso:

Plano de negócios;
 Orçamento apurado;
 Controle do fluxo de caixa.

RISCO CALCULADO

Para Edísio, a falta de informação e burocracia estão intimamente ligados ao desinteresse comercial dos bancos, provocado também pelo elevado grau de tomada de risco, já que as linhas apresentadas não tinham lastro de proteção contra inadimplência cobertos 100% do Governo.

"Trata-se de uma guerra comercial forte: de um lado o governo, do outro as Instituições Financeiras e, no meio, os tomadores de crédito tentando sobreviver", desenha.

Para obter crédito nas instituições financeiras, a empresa precisa possuir características como bom equilíbrio financeiro; relacionamento com o banco; garantia real, cadastro limpo; dentre outros. "Em meio a essa pandemia, o que deveria ser flexibilizado, não foi, e as dificuldades continuam", aponta Edísio. "Claro que empresas que estão com bom perfil cadastral e possuem um relacionamento saudável com uma instituição, tendo bom lastro patrimonial, conseguirá ter acesso a essas linhas mais facilmente, porém, a maioria esmagadora não tem esse perfil", completa.

Antes mesmo do cenário de crise da pandemia, o Banco do Nordeste já comercializava linhas de crédito com juros subsidiados, e nesse momento de dificuldade e retração econômica, o banco lançou uma linha específica para combater aos efeitos da pandemia. As taxas de juros são de 2,5%, para capital de giro e equipamento, mas as empresas, além de cumprir os critérios de aprovação, precisarão comprovar que o recurso será utilizado em ações de combate aos efeitos da crise.

LINHAS POSSÍVEIS

As linhas de crédito para pagamento da folha estão disponíveis nos bancos públicos e nas principais instituições financeiras privadas, contudo, cada uma delas tem sua regra para financiar. É possível, inclusive, encontrar o

QUEM OFERECE CRÉDITO PARA NEGÓCIOS NA BAHIA

● **Bradesco** Micros, pequenas e médias

● **Caixa** Pequenas

● **Cresol** Micros e pequenas

● **Desenbahia** Micros, pequenas e médias

● **Itau** Micros, pequenas e médias

● **Moneo** Pequenas e médias

● **Santander** Micros, pequenas e médias

● **Sicred** Micros, pequenas e médias

● **Tribanco** Pequenas e médias

Fonte: BNDES

mesmo tipo de linha de crédito com um pouco menos de rigor, mas com taxas de juros mais elevadas.

Outra linha de crédito importante, que foi sancionada no dia 18 de maio, é o PRO-NAMPE, instituído pela Lei 13.999/20. A linha disponibiliza, a juros subsidiados, crédito para micro e pequenas empresas, mesmo aquelas que possuem pouco tempo de vida jurídica.

Desse modo, permite-se o empréstimo para capital de giro e equipamentos, em limite de até 30% do faturamento anual, base de 2019.

"O grande problema é que parte do risco de crédito fica com os bancos, portanto, os critérios para liberação ainda estão sendo montados. O Banco do Brasil e o BNB são algumas das instituições que ofertarão essa linha, mas será preciso aguardar até que as regras internas fiquem prontas para compartilhamento com os clientes", salienta Edísio.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06 e 07/06/2020	Página:

Correio*

BRUNO DASUTER DEIXA CASA CIVIL DO GOVERNADOR

EXAUSTÃO Após pedir exoneração do cargo de secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster confirmou ao CORREIO que foi o responsável pela compra de 300 respiradores com a empresa Hempcare pelo Consórcio do Nordeste, que não foram entregues. Segundo ele, a aquisição foi feita dentro dos padrões. A empresa é alvo da Operação Ragnarok, da polícia baiana, que prendeu três acusados de fraude. Apesar disso, Dauster garantiu que seu desligamento se deve à exaustão provocada pelo trabalho de combate ao coronavírus.

Correio***24h****BRASIL**

Maia: 'Câmara corrigirá MP de crédito para empresas'

CRISE O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse ontem que a Casa irá "analisar e corrigir os erros" da Medida Provisória 975, enviada pelo governo para fomentar a concessão de crédito para médias empresas. De acordo com Maia, o texto tem "erros parecidos" com o de outra medida provisória (MP 944), que estabeleceu um programa para financiar a folha de pagamentos com 85% de recursos do Tesouro Nacional, mas que teve baixa concessão. Dos R\$ 40 bilhões inicialmente previstos, foram liberados até agora apenas cerca R\$ 2 bilhões.

"Infelizmente, como todos sabem, apenas uma ínfima parte do dinheiro chegou na ponta. A grande maioria dos empreendedores ainda está sem acesso ao dinheiro", disse Maia, em sua conta do Twitter. "O Parlamento vai corrigir o texto com urgência para que os bancos liberem de uma vez o crédito para os empresários"

Na semana passada, o governo federal editou a MP 975/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). A linha criada pela MP vai atender empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

O texto autoriza a União a aumentar em até R\$ 20 bilhões a sua participação no fun-



**“ Infelizmente, como todos sabem, apenas uma ínfima parte do dinheiro chegou na ponta
Rodrigo Maia**

Presidente da Câmara dos Deputados

do, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a cobertura das operações contratadas no âmbito do programa.

A avaliação no governo é que os bancos não estão concedendo empréstimos por temor de inadimplência e, com a garantia do FGI, isso será revertido.

Enquanto isso, o governo negocia no Congresso mudanças no programa de financiamento da folha de pagamentos. Na semana passada, o presidente do Banco Central, Roberto Campos, disse que o governo poderá permitir que empresas tomem crédito subsidiado para financiar o pagamento da folha de pagamentos com o compromisso de manter apenas 50% de seus empregados. Até agora, a exigência era de conservar 100%.

Rodrigo Maia defendeu também que o governo encaminhe ao Congresso uma proposta de prorrogação da vigência do auxílio emergencial pago para os trabalhadores informais. A renda emergencial foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, em abril, pelo prazo de três meses.

Parlamentares querem entender o benefício por mais tempo.

Governo digitaliza 156 serviços durante pandemia

GOVERNO ELETRÔNICO Pressionado a reduzir aglomerações durante a pandemia de coronavírus, o governo federal digitalizou 156 serviços públicos nos últimos três meses. Um total de 58 em março, 45 em abril e 53 em maio passaram a ser oferecidos sem a necessidade de que o cidadão saia de casa.

O esforço elevou para 729 o número de serviços públicos digitalizados desde janeiro de 2019. Segundo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que coordena o processo, a digitalização resulta em economia de R\$ 2,2 bilhões por ano com a redução de custos e o aumento de eficiência dos servidores.

Segundo a Estratégia de Governo Digital, publicada em abril, o governo federal pretende alcançar os 100% de digitalização até o fim de 2022 e economizar R\$ 38 bilhões até 2025. De acordo com a secretaria, a economia vem da eliminação de papel, redução da burocracia,

erros e fraudes, além da menor necessidade de locação de estruturas, e de contratação de pessoal para atendimento presencial.

A digitalização de alguns serviços está diretamente relacionada ao enfrentamento à covid-19. O governo transformou em digitais 46 serviços da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), muitos dos quais considerados prioritários no combate à pandemia. Com 107,2 milhões de pedidos cadastrados e 101,9 milhões de pedidos processados até a última sexta, o cadastro para o auxílio emergencial representa outro exemplo de digitalização, com o processo feito inteiramente pelo celular ou pelo site auxilio.caixa.gov.br.

Em relação aos servidores públicos, o Ministério da Economia considera a digitalização bem-sucedida por deslocar funcionários de tarefas operacionais para atividades especializadas, otimizando o trabalho. No caso do seguro-desemprego do trabalhador doméstico, digitalizado durante a pandemia, o serviço exigia 7,3 mil trabalhadores. Com o atendimento virtual, apenas 630 profissionais passaram a ser necessários, o equivalente a 8,5% do total anterior.

Esforço elevou para 729 o número de serviços que podem ser acessados pelo cidadão através da internet e representou uma economia de R\$ 2,2 bilhões

Correio*

QUARTOS DE HOTÉIS VIRAM ESCRITÓRIOS EM MEIO À CRISE

ADAPTAÇÃO Sem perspectiva de recuperar o nível de ocupação do início deste ano antes de 2023, hotéis aproveitam a reabertura gradual da economia para buscar opções de receita enquanto as viagens a trabalho e o turismo não dão sinais de recuperação. Uma das alternativas encontradas por duas redes - a francesa Accor, dona de marcas como Ibis e Mercure, e a paranaense Bourbon - foi transformar quartos vazios em escritórios. Com uma remodelação rápida - saem camas e criados mudos, entram escrivaninhas e cadeiras -, as companhias já começaram a alugar os espaços a partir de R\$ 2 mil por mês.

Estudo da consultoria Hotel Invest mostrou que a situação é ruim para todo o setor, mas especialmente difícil para os hotéis de médio e alto padrão voltados para o mercado corporativo. Enquanto os hotéis econômicos podem chegar a 35% de ocupação média até o fim do ano, os empreendimentos de maior valor devem ficar próximos a 25%. Ou seja: um hotel de 300 quartos vai ter, em média, 75 unidades ocupadas, resultando em um quase inevitável prejuízo.

A tendência foi iniciada pela Accor, que em maio lançou o "Room Office", ou quarto-escritório, sendo seguida pelas concorrentes.

Mudança é tentativa de reverter prejuízo provocado pela pandemia, que afetou as viagens corporativas. Room Office sai a R\$ 2 mil / mês

MELHORA DO MERCADO NO PAÍS É 'DISFUNCIONAL'

BOLSA E DÓLAR Apesar de o Brasil ser motivo de preocupação quanto ao avanço de novos casos da covid-19, os resultados positivos da Bolsa brasileira e a queda na cotação do dólar frente ao real têm elevado as expectativas de que o fim do confinamento na China e em países europeus pode ser um sinal de alento para a economia nacional. Para alguns analistas, no entanto, pode não ser bem assim.

Para o economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria, é uma melhora artificial. "O câmbio e o preço dos ativos do Brasil não têm hoje influência de melhora ou piora dos preços ou dos ativos. Há uma disfuncionalidade no mercado", diz. "Ela é provocada pelo excesso de liquidez no mundo. E vai piorar, porque vai aumentar a liquidez no mercado internacional", completa, antes de concluir: "A maior parte dos países ricos está com juros negativos. O próprio Brasil pode ter juros negativos em breve."

Também para a economista Monica De Bolle, do Peterson Institute, o mercado brasileiro não tem razão alguma para ficar otimista. No País, nada vai melhorar, as coisas estão em franca trajetória de piora, diz. "O excesso de otimismo é uma marca do mercado brasileiro, que só sabe apostar para cima."



Liberação do benefício tem provocado filas e precisam ser solucionadas, diz documento

Entidades se unem para prorrogar auxílio de R\$ 600

RENDA BÁSICA Numa mobilização nacional, 162 organizações e movimentos lançaram ontem um documento que aponta 20 obstáculos encontrados na implementação do auxílio emergencial de R\$ 600 que precisam ser atacados com urgência para a prorrogação do benefício e a elaboração de uma base para tirar do papel a criação de um programa de renda básica para os brasileiros mais vulneráveis.

As organizações cobram uma resposta imediata dos órgãos do governo federal responsáveis pela efetivação do auxílio e alertam os parlamentares que estão discutindo projetos de lei que prorrogam a política ou propõem um novo benefício para ampliar a rede de proteção social depois da pandemia.

O movimento "A Renda Básica que Queremos!" surge no rastro de notícias sobre recebimento indevido do auxílio por centenas de milhares de militares, sócios de empresas e cidadãos de alta renda, enquanto cerca de 10 milhões de pessoas aguardam a análise, algumas há mais de 50 dias.

Outras 42,7 milhões de pessoas foram consideradas inelegíveis pelo cruzamento

de dados do governo, segundo o Ministério da Cidadania, mas são muitos os casos de requerentes que discordam da justificativa para a recusa dada na resposta.

Entre os obstáculos apontados estão também a falta de articulação com estados e municípios, ausência de um canal de contestação para quem teve o auxílio negado, a não atualização do Cadastro Único de programas sociais e restrições a grupos específicos.

A exigência de telefone, conexão à internet, e-mail e uso de aplicativos e a falta de um canal de atendimento à população que precisa do benefício também foram apresentados como entraves. Outro problema é a existência de um limite ao número de tentativas de solicitação.

"Tenho ouvido muito das pessoas que estão em desespero que querem uma resposta sobre a razão para o CPF delas ser negado e do dono da Havan aprovado", diz a assistente social e diretora de relações institucionais da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, que lida com relatos dramáticos de quem precisa e não consegue o auxílio.

●● Tenho ouvido muito das pessoas que estão em desespero que querem uma resposta sobre a razão para o CPF delas ser negado e do dono da Havan aprovado
Paola Carvalho

assistente social e diretora de relações institucionais da Rede Brasileira de Renda Básica

Dólar sofre desvalorização semanal e fica abaixo do R\$ 5

MERCADOS O dólar comercial fechou o pregão da sexta-feira (5/6) em queda de 2,8%, vendido a R\$ 4,988, o menor valor desde 13 de março (R\$ 4,813). É a primeira vez que o dólar fecha abaixo de R\$ 5 desde 26 de março. Com o resultado desse dia, a moeda terminou a semana (1º a 5 de junho) com desvalorização de 6,6% frente ao real, a maior desde outubro de 2008. Também foi a terceira queda semanal seguida. Em 2020 (1º de janeiro a 5/6), porém, a divisa acumula alta, de 24,29%.

Ainda na sessão de 5/6, o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores brasileira, emendou a sexta alta diária, de 0,86%, a 94.637,06 pontos. É o maior patamar desde 6 de março (97.996,77 pontos). Na semana (1ª a

4,98

reais é a cotação atual da moeda americana no Brasil, a mais baixa desde o último dia 13 de março

6/6), o índice acumulou alta de 8,28%, o terceiro avanço semanal seguido. Neste ano, a Bolsa brasileira tem queda acumulada de 18,17%.

De acordo com analistas de mercados, os investidores reagiram positivamente a dados melhores do que o esperado sobre o emprego nos Estados Unidos, maior economia do mundo, além de estarem otimistas em relação a uma possível retomada da atividade econômica nas principais economias devido aos relaxamentos graduais das restrições contra a circulação de pessoas.

"Investidores acompanham a divulgação de indicadores macroeconômicos, mas mantêm o foco na reabertura das atividades econômicas em vários países", escreveram analistas do banco Bradesco.

Nesta sexta-feira, o relatório de emprego do governo americano mostrou que a

taxa de desemprego por lá teve uma queda inesperada em maio, passando de 14,7% em abril para 13,3%. Participantes do mercado disseram que a leitura foi muito melhor do que a esperada, sinal de que o pior da crise econômica provocada pelo coronavírus pode já ter passado. "Além disso, o anúncio da ampliação do programa de estímulos monetários feito pelo BCE (Banco Central Europeu) ainda traz impulso adicional aos negócios", completaram os analistas do Bradesco.

O Banco Central Europeu aprovou uma expansão maior do que a esperada em seu programa de estímulo na última quinta (4/6) para impulsionar as economias dos países que formam a Comunidade Europeia, ampliando as compras de ativos emergenciais em 600 bilhões de euros, para um total de 1,35 trilhão de euros.

BC DIZ QUE CRÉDITO ESTÁ 'FLUINDO'

PARA EMPRESAS O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Fabio Kanczuk, afirmou que o crédito para as pequenas e médias empresas do país está "fluindo", mas acrescentou que a procura está mais forte, o que, em sua visão, gera a "incompreensão" de que os bancos não estão emprestando. "As empresas não têm caixa. Mas [o crédito] está fluindo, está chegando nas pequenas? Está. A gente vai aperfeiçoar algumas coisas, mas a gente tem notado que está chegando", falou. Em videoconferência promovida pela XP Investimentos, Kanczuk também afirmou que o BC está trabalhando para aumentar a oferta de crédito, e acrescentou que novas medidas devem ser anunciadas em breve.

EMPRESÁRIOS PREVEEM MAIS DEMISSÕES

ESTUDO Apesar do recorde de demissões em abril, o empresário brasileiro prevê que os próximos três meses sejam de mais dispensas de funcionários, segundo um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Agência Estado. Na indústria de vestuário e acessórios, mais de 80% dos empresários pretendem reduzir o quadro de funcionários nos próximos três meses. Na indústria têxtil, mais de 60% declararam que farão ajustes entre seus empregados no curto prazo. Embora os subsetores em pior posição sejam do ramo industrial, a situação também é preocupante em segmentos de serviços, construção e comércio de automóveis e autopeças.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 06 e 07/06/2020	Página:

Correio*

Realização do Enem 2021 está ameaçada por falta de recursos

ALERTA O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pode não ser aplicado em 2021 por falta de dinheiro. O alerta foi feito pelo Ministério da Educação, em um ofício enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A prova é usada como 'porta de entrada' de milhares de estudantes em universidades no Brasil.

O orçamento previsto para o MEC no ano que vem pode ter um corte de R\$ 4,2 bilhões. Para evitar que o Enem seja suspenso, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, solicitou uma complementação de R\$ 6,9 bilhões ao limite previsto para 2021. O documento enviado a Guedes ainda alerta para o risco de fechamento de campi, cursos e até instituições por falta de recursos.

"Ressalta-se que, dentre os programas que correm risco de não serem continuados, encontra-se o consagrado Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, e soma-se a esse prejuízo o fechamento de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica - EPT", disse Weintraub no ofício, segundo O Globo.

4,2

bilhões de reais é o orçamento previsto para o Ministério da Educação para o ano que vem. Valor não é suficiente e põe em risco a continuidade de diversos programas do ministério



ENTRE/SERVIÇO

www.correio24horas.com.br



Marcela Villar*

texto
redacao@correio24horas.com.br

● VEJA COMO SE DESTACAR NO MERCADO

Tanto as vendas quanto o marketing estão focados, principalmente, em trazer novos negócios para a empresa. O guia selecionou algumas orientações para você se destacar no mercado:

Cliente Tenha empatia, crie uma interação verdadeira com seu público. Coloque-se no lugar do seu cliente e entenda as suas expectativas, necessidades e desejos.

Sustentabilidade Tenha práticas éticas e sustentáveis. O público está mais consciente e tem dado preferência a empresas responsáveis com o social e o meio ambiente

Pequeno O hábito de comprar do pequeno comerciante local está cada vez mais valorizado pelo consumidor. Se você tem um negócio desse porte, aproveite essa maré boa

Passado A nostalgia por objetos simples será acelerada pela pandemia. O resgate do passado pode ser uma boa estratégia

● VENDAS PELA INTERNET

Sem ganância Evite estratégias caras. É possível começar a vender on-line de forma simples e sem grandes investimentos

Faça propaganda Comunique-se com os seus clientes. Não adianta nada fazer delivery se o seu consumidor não souber disso

Telefone Diversifique os canais de venda. Também vale receber os pedidos pelo telefone para atender os menos familiarizados com a tecnologia. Quanto mais canais de comunicação, melhor!

Longo prazo A compra pelo digital vai ser mais comum no futuro do que a compra em espaços físicos. Aválie qual o melhor modelo de venda virtual para o seu negócio

● MARKETING DIGITAL

Aposte nas redes sociais Entenda como cada uma funciona, planeje suas postagens e monitore seus resultados. Fique atento às datas comemorativas e quais os melhores horários para sua audiência.

Instagram Tire fotos de qualidade, faça sorteios promocionais em sua página e abuse das #hashtags, assim fica mais fácil para o público encontrar seu produto

WhatsApp Invista em um número exclusivo para sua empresa e use-o como canal de vendas

Facebook Crie uma página para sua empresa com a própria identidade, participe de grupos, use o marketplace e faça anúncios

Um guia para sobreviver à crise

Empreendedorismo Prefeitura de Salvador lança guia de apoio aos pequenos e médios empresários baianos

Empreender nestes tempos de pandemia tem sido uma tarefa bem difícil. O faturamento caiu, lojas fecharam, muitas demissões, e milhares de pequenos e médios empresários, assombrados, tentando se reinventar para sobreviver em meio à maior crise econômica das últimas décadas. Para ajudar os empreendedores baianos a atravessar esses tempos difíceis, a Prefeitura de Salvador lançou, nessa sexta-feira (5), o Guia de Apoio ao Empreendedor Durante e Pós-pandemia.

A ferramenta já está disponível para consulta e download no site www.guiadoempreendedor.salvador.ba.gov.br. O guia traz dicas de como gerir o negócio em meio à crise, investindo no marketing digital e na divulgação em redes sociais, já que os serviços presenciais estão suspensos. Mostra ainda como obter crédito, traz dicas de redução de custos e como negociar com clientes e fornecedores.

O projeto é uma iniciativa da Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), e tem apoio do Sebrae, Fecomércio-BA, CDL Salvador (Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador), Associação Comercial da Bahia, Federação das Indústrias (Fieb), Finep e Banco do Nordeste.

A ferramenta foi apresentada pelo prefeito ACM Neto, durante uma coletiva virtual. Na ocasião, ele ressaltou a preocupação com os impactos econômicos causados pelo novo coronavírus, principalmente devido ao cenário do Brasil nessa área. "No caso de Salvador, a preocupação é ainda maior, por ser uma cidade que vive da prestação de serviços e o trabalho feito para fomentar o turismo. Por isso, temos tido um diálogo permanente com os representantes das atividades econômicas para avaliar essa questão", disse o gestor.

*COM SUPERVISÃO DA SUBEDITORA FERNANDA VARELA.

● FINANÇAS

Neste momento, ter pleno controle sobre os números do seu negócio é fundamental. Segundo o guia, este controle permite decisões objetivas e com resultados positivos.

Controle seus gastos Faça planilhas e levantamentos mensais para verificar quais custos caíram, quais aumentaram ou surgiram

Tente reduzir seus custos Avalie a necessidade do pessoal, ajuste a carga horária, tente renegociar aluguéis de local e contratos de prestação de serviços

Crédito Conheça as linhas de crédito dos bancos e qual a melhor para seu negócio. Caso não consiga negociar com seu banco, veja se há como fazer a portabilidade da dívida da operação para outra instituição com condições melhores

Bancos Os bancos públicos e privados aderiram à prorrogação de dívidas. As parcelas podem ser prorrogadas de 60 a 180 dias. Para isso, esteja em dia com o pagamento das parcelas até o mês de fevereiro de 2020.

● CLIENTE E PÚBLICO-ALVO

Relacionamento Tenha um bom relacionamento com o cliente e entenda as necessidades de seu público-alvo

Sem fiado Negocie com seu cliente e evite vender fiado; dê preferência para pagamentos à vista ou por cartão

Preços Pratique preços justos e fuja descontos exclusivos. Mostre ao cliente que seu produto ou serviço tem valor e que atende às necessidades dele

Renegocie Caso seja uma renegociação de dívida do cliente, procure obter um valor de entrada à vista e feche valores e prazos de parcela que sejam realizáveis

Legislação Respeitando as regras de Defesa do Consumidor, nunca deixe de procurar negociar com um cliente inadimplente

● TENDÊNCIAS PARA A PÓS-PADEMIA

Novos hábitos de consumo Redução do consumo de bens considerados não essenciais ou supérfluos

Sem contato Diminuição do contato físico

Mais negócios pela internet Aceleração da transformação digital

Suprimento Regionalização das cadeias de suprimento

Mais proteção Medidas sanitárias no local de trabalho

Comunicação Melhor comunicação com os clientes e fornecedores

INOVAR É PRECISO

1

INOVE TODA SEMANA OU TODO MÊS

É IMPORTANTE REPETIR EM PEQUENOS CICLOS, TALVEZ SEMANALMENTE, O QUE PODE SER MELHORADO HOJE. CRIE DIFERENCIAIS, PEQUENOS AJUSTES E TESTE

2

FAÇA PEQUENOS PROTÓTIPOS

ELABORE NOVOS PRODUTOS E TESTE, SEM GRANDES ORÇAMENTOS GASTOS. NO MOMENTO, ISSO PODE FAZER UMA GRANDE DIFERENÇA NA EVOLUÇÃO DO SEU NEGÓCIO

3

MENTALIDADE INOVADORA

AO ENFRENTAR UM PROBLEMA OU UM DESAFIO, EM VEZ DE PROCURAR A SOLUÇÃO MAIS ÓBIVA, A MENTALIDADE INOVADORA (A) FAZ BUSCAR OPÇÕES DIFERENTES DE TUDO QUE JÁ FOI TESTADO

4

TENHA UMA CULTURA DE INOVAÇÃO

TODOS DEVEM PENSAR DE FORMA INOVADORA E PAPEL DOS GESTORES PROMOVER UM ESPAÇO DE TROCA, ONDE TODOS SE SINTAM LIVRES PARA EXPOR SUAS IDEIAS NO TRABALHO

5

INVISTA NA CAPACITAÇÃO

A CAPACITAÇÃO TIRA O PROFISSIONAL DA ZONA DE CONFORTO E O COLOCA EM CONTATO COM NOVAS FERRAMENTAS. O BENEFÍCIO DESSA ESTRATÉGIA É QUE VOCE NÃO PRECISA INVESTIR DINHEIRO, EXISTEM DIVERSOS CURSOS GRATUITOS

86%

das empresas baianas tiveram sua receita reduzida com a pandemia do novo coronavírus, segundo levantamento do Sebrae

95%

das empresas registradas no Brasil se enquadram como micro e pequenas

50

ações concretas serão implementadas, após a pandemia, pela Prefeitura de Salvador para dar apoio aos setores econômicos mais afetados pela crise

ENTREVISTA João Martins, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

'A PANDEMIA BENEFICIOU EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO'

OSVALDO LYRA

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins, é um otimista sobre o papel do agronegócio para o Brasil. De acordo com ele, a pandemia do novo coronavírus beneficiou de sobremaneira as exportações do agronegócio brasileiro. "Esse ano nós vamos colher a maior safra da história do Brasil", disse ele, ao enfatizar que é o agronegócio que está sustentando a economia do país. Segundo dados da CNA, no ano passado, 21,9% do PIB total do Brasil foi fruto do agronegócio. A estimativa é que esse número suba para 23,4% em 2020.

Presidente, que avaliação o senhor faz da pandemia e o impacto sobre o agronegócio do país?

Desde o dia 14 de março, o último dia que eu saí de Brasília, nós já tínhamos sinais claros de que a pandemia seria uma coisa que afetaria toda a humanidade. E aí, qual é a nossa preocupação? O mês de março, abril, maio e junho é o pico da nossa safra, principalmente de grãos e algodão. Então,

quando o agronegócio começou a funcionar, nós tivemos que montar uma estratégia para que ela fosse escoada, grande parte dela é exportada, e mais do que isso, que não houvesse interrupção no fornecimento de alimentos à população brasileira. Esse foi o primeiro passo. Nós montamos com o Ministério da Infraestrutura uma estratégia na qual o transporte desse, não só para a alimentação da população, como o escoamento da safra até a exportação, que é feito, na sua quase maioria, pelo modal rodoviário. Então, nós fizemos por partes uma estratégia para que os caminhões pudessem rodar, os caminhoneiros tivessem sustentação ao longo da estrada, em termos de postos abertos para combustível, até para alimentação, porque nos primeiros dias foi um problema muito sério. Não tinha borracheiro aberto, não tinha refeitório aberto, não tinha posto aberto. Então, conseguimos com o Ministério da Infraestrutura montar essa estratégia e a exportação começou a fluir no-



as nossas exportações estão batendo o recorde. O Brasil na agricultura bateu todos os recordes de exportações, principalmente com a China. A China aumentou as importações de grãos, as de ferro. Eu não sei qual foi a estratégia deles, mas sei que nós nos beneficiamos com isso. Mas o problema aí é que o dólar disparou, chegou a bater na casa dos R\$ 6. No primeiro momento, a agropecuária brasileira ficou extremamente desfocada, porque aquilo ia ter um reflexo muito grande. Nós não sabíamos até que ponto esse valor do dólar seria passado para o preço

mos para o governo foram acatadas, porque nós não levamos nada de mais. Mostramos que o país era um grande produtor de alimentos e não tinha nenhum cabimento haver interrupção, haver colapso do abastecimento interno. Então, o governo entendeu bem isso e foi até além. Nós estamos terminando agora a colheita de uma safra, nós temos de preparar já, porque as regiões têm climas diferentes. Então, enquanto no Mato Grosso a safra de grãos e de algodão já foi colhida há mais tempo, aqui na Bahia estamos terminando agora a safra de grãos e vamos começar a colher a de algodão. Então, como os climas são desiguais, geralmente o mês de maio e o

reivindicamos ao governo um corte horizontal de 25% de todos os juros. Os juros do grande, os juros do médio e os juros do pequeno. A verdade é o seguinte: apesar da agricultura brasileira estar ajudando o país, é uma luta muito difícil, porque muita gente não entende que a agricultura é uma área em que as coisas têm que ser feitas naquele momento certo. É independente de uma fábrica, que você desliga a energia e para a máquina. Aí, daqui a dois meses, você diz "vamos começar novamente a funcionar" e liga novamente. A agricultura não. A plantação tem que ser naquele tempo certo, a colheita tem que ser no tem-

po certo. Na agricultura tudo tem que ser tempestivamente justo. Então, eu não posso dizer que o governo não tenha atendido às reivindicações dos produtores, porque tem atendido. Então, nós não podemos dizer que o Brasil parou, pelo menos no nosso setor não parou.

Muito se fala num período de recessão no pós-pandemia. As turbulências políticas podem dificultar esse cenário de retomada e impactar também sobre o agronegócio?

Eu não sei se você tem essa noção. O agronegócio correu no Brasil nesses últimos 20 anos solto. Não foi governo que fez esse tipo de agricultura que o Brasil tem hoje. Os produtores rurais não fi-

terra, dizer que as coisas começarão a voltar, ou pelo menos, enxergar normalidade daqui a três anos. Quem é que vai poder ter uma loja, esperar que as compras fluam devagarinho, porque o cara na loja, no serviço, na indústria tem os custos fixos. Nossas produções de aves, de suínos, tudo está fluindo fantásticamente bem, essa é a diferença. Agora, o comércio está sendo esbaçado. Então, eu acho que se nós tivéssemos um equilíbrio dessas autoridades nos três poderes, não só o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tivessem mais equilíbrio, esse momento era para todo mundo estar junto, para conseguir tirar esse Brasil o mais rápido possível desse ato-

malmente.

O temor era prejudicar as exportações?

Sim. Esse ano nós vamos colher a maior safra da história do Brasil. Nós vamos passar de 250 milhões de toneladas de grãos, só de grãos. Por outro lado, a população também precisava se alimentar. No primeiro momento, falou-se no desabastecimento, que havia um "corre-corre" nos supermercados, mas nada daquilo era verdadeiro. Era apenas boato. Estávamos com um problema no abastecimento interno do hortifrutigranjeiro, porque são pequenos produtores, com produtos altamente perecíveis e eles não tinham como escoar a produção naquele momento. E aí, esse foi o grande problema inicial. E aí, nós começamos a montar estratégias que iam auxiliá-los, assim como o pessoal das flores, de floriculturas. Em resumo, nós conseguimos. Quando chegou no mês de maio, nós vimos que as

coisas fluíram como antes. Então, a população continuou a ser abastecida, e

do que nós estávamos exportando, porque se passasse, como passou grande parte, era benéfico para o produtor. Por outro lado, também tinha o reverso da moeda, nós importamos principalmente adubo de fertilizantes para nossa agricultura. A grande agricultura, a grande exportação, essa está fluindo bem. Tanto é que nós já estamos prevendo que o novo ano agrícola de 2020-2021 vai ser um ano no qual o produtor rural está acreditando, pois o clima tem sido extremamente favorável, e nós vamos ter uma safra maior do que foi essa safra atual.

Como o senhor avalia as medidas que o governo federal está adotando para o agronegócio?

Veja bem, tivemos um encontro com a ministra da Agricultura, que é também produtora rural, e levamos através da CNA os pleitos de todos os produtores, dentre eles, a renegociação das dívidas, novos recursos, principal-

mente para os pequenos produtores. Então, todas as medidas que nós levamos de junho nós separamos uma proposta ao governo de um novo Plano de Safra. O que é esse Plano de Safra? O governo precisa financiar o plantio. Muita gente diz ah, subsídio. Isso é mentira. O plantio, a safra que é plantada no Brasil, o governo entra simplesmente com 30% do financiamento. 1/3 é financiamento do governo, 1/3 é financiamento dos produtores, 1/3 das empresas que fornecem adubos, fertilizantes, e até as cooperativas também. Então, nós tínhamos de preparar esse plano, porque a agricultura não pode parar. Esse Plano Safra nós já entregamos ao governo na semana passada. A CNA já entregou a proposta, mostrando ao governo que não podia mais continuar. Isso é outra coisa. Como é que financiamos hoje com Selic em 3%, está previsto que vamos chegar ao final do ano a Selic vai para 2,75%, o governo quer fazer com que o produtor pague juros de 8%,



Tivemos que montar uma estratégia para que ela, a produção, fosse escoada

Vamos colher a maior safra da história, passar de 250 milhões de toneladas de grãos

Estamos prevendo que o ano agrícola de 2020-2021 vai

ser maior que a safra atual

quer dizer, mais do que quase três vezes do que vai ser a Selic. Então, nós

caram presos a dinheiro de governo. Esse financiamento do Plano Safra é um financiamento que você recebe dinheiro para adiantar e com seis meses é pago. Então, não existe a gente ficar dependente de governo. Esse tumulto político logicamente afeta todos os seguimentos, não é só a indústria, o comércio e a sociedade. Essa pandemia veio como se fosse uma bomba atômica na humanidade. Além disso, nós estamos sofrendo esses desencontros políticos, esses desencontros dessas lideranças, que nesse momento deviam estar conduzindo toda a nação para que a gente sofresse o menos possível. Então, não vou dizer a você que nós não estamos sendo afetados, nós estamos sendo. Como eu disse, como nós corremos em raia paralela à indústria, ao comércio. Agora, em minha avaliação, o comércio é o que mais está sofrendo e vai sofrer, porque a recuperação do comércio, dos serviços, ela vai ser uma

leiro. Aí a gente retomaria com mais facilidade. Mas, infelizmente, esse desencontro, essa desarmonia, isso não é bom para ninguém.

A pandemia impactou os mercados de todo o mundo. Isso favorece de alguma forma o agronegócio brasileiro?

Bom, impactou o mercado de todo o mundo, mas o que é que acontece no mundo? O maior produtor de alimento no mundo é a China, mas eles têm um bilhão e duzentas milhões de pessoas para comer. Então, o que eles produzem, eles não têm o suficiente para alimentar a própria população, então, eles precisam importar alimento. Como precisam importar, nós, que somos produtores de alimento, nos beneficiamos. O Brasil, além de alimentar os 210 milhões de brasileiros, ainda alimenta hoje mais de um bilhão de pessoas no mundo. O que nós jogamos [de comida] fora do Brasil para alguns é o equivalente a alimentar

um bilhão de pessoas. Nós exportamos hoje para mais de 170 países.

muito gradual. Eu vi outro dia uma autoridade, se não me engano, na Ingla-

Municípios baianos têm até 2ª-feira para informar gastos

DA REDAÇÃO

Os municípios baianos têm até 2ª-feira (8) para encaminharem ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) informações sobre os gastos com pessoal, bens e serviços relacionados ao combate à pandemia do novo Coronavírus. O TCM enviou um questionário para as 417 gestões municipais. Após o recebimento das respostas, os dados serão analisados pelas inspetorias regionais de controle externo do órgão, que definirão os processos de

acompanhamento e de fiscalização a serem adotados.

Questionário

O questionário foi dividido em nove blocos, que tratam de temas como ações de enfrentamento à pandemia, processos de contratação, gestão do quadro de servidores, orçamento e lei de responsabilidade. Nele, reúne questões elaboradas de forma clara e objetiva, que os gestores podem responder sem maiores percalços, mas que serão de grande valia para a orientação do

TCM terá informações sobre os gastos com pessoal, bens e serviços relacionados ao combate à pandemia do novo coronavírus



Divulgação

Dados serão analisados por inspetorias do TCM

trabalho dos auditores e técnicos encarregados do controle externo", explicou o superintendente de Controle Externo do TCM, Antônio Emanuel de Souza.

A iniciativa, completou, vai possibilitar orientação do Tribunal, proporcionando, no caso de necessidade, correções ou alterações nas ações, evitando possíveis prejuízos aos cofres públicos. Isto evitará possíveis sanções quando da análise regular das contas, que ocorrerá em momento posterior, conforme o representante do TCM.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 06/06/2020	Página: B1

Carnaval, a indústria que o corona pegou em cheio

O universo empresarial que gravita em torno do Carnaval está em pânico? A edição 2021 vai acontecer? Esta semana eles fizeram uma live com ACM Neto e constataram o que já se sabe, o cenário atual é de incerteza total, pendendo muito mais para a festa não acontecer.

Cláudio Tinôco (DEM), vereador em Salvador, mas até abril secretário de Turismo, diz que a situação é preocupante mesmo.

- A questão é que o Carnaval não é só uma festa para baianos. Tem mais de 200 marcas associadas à festa, 12 camarotes top e outros 40 produtos que são vendidos para o mundo inteiro, já a partir da quinta de Cinzas. É uma indústria que movimenta R\$ 1,8 bilhão, e uma perda em 2021 também já é de 2022.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 08/06/2020	Página: 02

Tribuna

Raio Laser - 08/06 - De olho

Deputados de oposição diziam ontem que a bem bolada carta em que Bruno Dauster se defendeu das ilações de que foi obrigado a deixar a chefia da Casa Civil do governo Rui Costa (PT)

Tribuna da Bahia, Salvador

08/06/2020 06:30 | Atualizado há 4 horas e 3 minutos



Foto: Divulgação

Deputados de oposição diziam ontem que a bem bolada carta em que Bruno Dauster se defendeu das ilações de que foi obrigado a deixar a chefia da Casa Civil do governo Rui Costa (PT) por causa do envolvimento na compra de respiradores que não foram entregues ao Consórcio Nordeste não foi suficiente para apagar ou fazer esquecer o problema na Assembleia, principalmente porque o governo do Estado fez uma operação, denominada Ragnarok, por meio da Polícia Civil, que resultou na prisão de três pessoas, além de ter promovido ações de busca e apreensão na casa de todos eles e de mais alguns suspeitos, dando a verdadeira dimensão que o golpe teve, no qual até agora o governo não conseguiu receber de volta os R\$ 49 milhões empregados na aquisição dos equipamentos.

Inflação

Até políticos estão impressionados com a elevação de preços nos mercados, principalmente àqueles pertencentes às redes maiores, neste período de pandemia, sem que se apresente nenhuma justificativa para tanto, mesmo porque a quarentena mambembe realizada em todo o país não causou problema de abastecimento de alimentos ou gêneros de primeira necessidade.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 08/06/2020	Página: --

Tribuna

Câmara corrigirá MP de crédito para empresas, diz Maia

De acordo com Maia, o texto tem "erros parecidos" com o de outra medida provisória (MP 944), que estabeleceu um programa para financiar a folha de pagamentos com 85% de recursos do Tesouro Nacional, mas que teve baixa concessão

Tribuna da Bahia, Salvador

08/06/2020 06:30 | Atualizado há 4 horas e 10 minutos

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que a Casa irá "analisar e corrigir os erros" da Medida Provisória 975, enviada pelo governo para fomentar a concessão de crédito para médias empresas.

De acordo com Maia, o texto tem "erros parecidos" com o de outra medida provisória (MP 944), que estabeleceu um programa para financiar a folha de pagamentos com 85% de recursos do Tesouro Nacional, mas que teve baixa concessão. Dos R\$ 40 bilhões inicialmente previstos, foram liberados até agora apenas cerca R\$ 2 bilhões.

"Infelizmente, como todos sabem, apenas uma ínfima parte do dinheiro chegou na ponta. A grande maioria dos empreendedores ainda está sem acesso ao dinheiro", disse Maia, em sua conta do Twitter. "O Parlamento vai corrigir o texto com urgência para que os bancos liberem de uma vez o crédito para os empresários"

Na semana passada, o governo federal editou a MP 975/2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). A linha criada pela MP vai atender empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

O texto autoriza a União a aumentar em até R\$ 20 bilhões a sua participação no fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a cobertura das operações contratadas no âmbito do programa.

A avaliação no governo é que os bancos não estão concedendo empréstimos por temor de inadimplência e, com a garantia do FGI, isso será revertido.

Enquanto isso, o governo negocia no Congresso mudanças no programa de financiamento da folha de pagamentos. Na semana passada, o presidente do Banco Central, Roberto Campos, disse que o governo poderá permitir que empresas tomem crédito subsidiado para financiar o pagamento da folha de pagamentos com o compromisso de manter apenas 50% de seus empregados. Até agora, a exigência era de conservar 100%.

Lorena Rodrigues - Estadão Conteúdo

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 06 e 07/06/2020	Página: 02

Tribuna

Novo Clériston

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, anunciou no Twitter a abertura do Hospital Novo Clériston, em Feira de Santana. Segundo o gestor, serão 40 leitos de UTI. "Este ano o São Pedro vai ser em Feira de Santana, com a abertura do Novo Clériston. Serão 60 leitos exclusivos para Covid, sendo 40 de UTI. Terá ainda tomografia, ressonância e toda a infraestrutura necessária para Rui Costa entregar o maior centro de excelência do interior", postou.

Garantia

O Ministério da Economia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecerão garantia emergencial para reduzir risco de pequenas e médias empresas na concessão de crédito. Medida provisória publicada no Diário Oficial da União cria o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, com o objetivo de facilitar, durante o período de calamidade, o acesso de pequenas e médias empresas (PMEs) a novos empréstimos.

Secretário da Saúde anuncia que novo Hospital Clériston Andrade será entregue no dia 29

O novo Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA 2), em Feira de Santana, deve entrar em funcionamento no próximo dia 29, fortalecendo a rede de saúde com mais 40 leitos de UTI, disponíveis para o tratamento dos pacientes mais graves do Covid-19. A informação foi divulgada nesta sexta-feira (dia 05), pelo secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, em suas redes sociais.

"Serão 60 leitos exclusivos para Covid, sendo 40 de UTI. Terá ainda tomografia, ressonância e toda a infraestrutura necessária" disse o secretário, destacando que o HGCA2 será o maior centro de excelência de saúde do interior do estado. No

total, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 50 milhões, entre obras físicas e aquisição de equipamentos para o HGCA 2.

A nova unidade possui 8.000 m², divididos em três pavimentos. No andar térreo será instalado o setor de bioimagem, com dois tomógrafos e ressonância, bem como o maior Centro de Hemorragia Digestiva do interior do estado. O primeiro pavimento será destinado aos 40 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e o segundo terá o segundo maior centro cirúrgico do estado,



com 12 salas operatórias. O prédio terá uma estrutura moderna e será o primeiro hospital 4.0 da Bahia, o que evita o preenchimento de prontuários manualmente.

Atualmente, os pacientes com o coronavírus já contam com 10 leitos exclusivos, no HGCA 1, e outros 40, no Hospital da Criança.

57 novos leitos no extremo-sul serão criados para pacientes com coronavírus

Para fortalecer o combate ao novo coronavírus no Extremo Sul da Bahia, o Governo do Estado criou 57 leitos exclusivos de atendimento a pacientes com covid-19 na região. Em Porto Seguro, o Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães dispõe de 13 leitos em funcionamento e outros sete em fase de implantação. Em Teixeira de Freitas, a estrutura montada já funciona com 10 lei-

tos clínicos e sete leitos de UTI no Hospital Municipal.

Também em Teixeira de Freitas, uma nova estrutura de campanha deve ser entregue nos próximos dias para aumentar a capacidade de atendimento da população. A unidade, que está recebendo os últimos detalhes, foi construída contígua ao Hospital Municipal e disponibilizará 20 leitos de UTI e 20 respiradores.

"[A estrutura de cam-

nha] é uma parceria do Governo do Estado com a empresa Suzano Papel e Celulose. Eles se responsabilizaram pela montagem da estrutura e fornecimento dos respiradores e nós entraremos juntamente com a prefeitura com a operação e o custeio do funcionamento. É uma unidade importante que irá atuar em conjunto com o hospital municipal", explica o governador Rui Costa.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 06 e 07/06/2020	Página: 06

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

ajlarangeira2@hotmail.com

Esta coluna é publicada no site da TRIBUNA DA BAHIA, Jornal Grande Bahia e Notícias da Bahia, diariamente, e é de propriedade da Editora Feira da Bahia Ltda.

Covid-19 por bairros

Os números de casos da Covid-19 por bairros e localidades em Feira de Santana começaram a ser divulgados pela Prefeitura Municipal. Coube ao prefeito Colbert Martins Filho anunciar durante uma coletiva por uma plataforma virtual. Entre os cinco primeiros, estão bairro SIM que lidera a lista, com 46 casos; seguido pelo Papagaio com 31 ,

Tomba com 30 , Brasília 28 e Jardim Cruzeiro 27. Esses dados já vinham sendo solicitados há meses pela comunidade feirense através da mídia e inicialmente através desta coluna, obtendo grande repercussão.

Exoneração

Com insucesso na última eleição, todavia depois nomeado pelo governador Rui Costa, para o cargo de Ouvidor Geral do Estado, o radialista Carlos Geilson.

encaminhou dias atrás, ao chefe de estado o seu pedido de exoneração do cargo, sob alegação de se desincompatibilizar para ser candidato a prefeito de Feira de Santana.

Data

Estará comemorando idade nova, no próximo domingo, o jornalista Marcilio Costa, chefe de redação da TV Subaé. Por causa da pandemia, sua esposa Eliana Mara, fará um almoço a restrito

numero de familiares.

Leilão Bovespa

Publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Diário Oficial da União, o Aviso de Abertura de Licitação que resultará no maior investimento em iluminação pública da história da cidade. Refiro-me a habilitação da empresa ou consorcio que será responsável pela administração da iluminação pública de Feira de

Santana, durante leilão a nível internacional na Bovespa. Será a maior PPP (Parceria Público-Privada) do interior da Bahia. O investimento inicial será de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). "Uma parceria entre a Prefeitura de Feira de Santana, o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), a Secretaria Especial do Programa de Parceria e Investimentos do MDR e a Caixa Econômica Federal.

Cai Tom

Primeiro suplente do Patriotas nas eleições de 2018, Josafá Marinho poderá assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia após a publicação do acórdão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou o mandato de deputado estadual Tom (PSL). A decisão, no entanto, cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Tribuna

Enem pode ser suspenso em 2021 devido à falta de recursos

ESTADÃO CONTEÚDO

Um corte de R\$ 4,2 bilhões no Orçamento do Ministério da Educação previsto para 2021 pode levar à suspensão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano que vem. O alerta foi feito pelo MEC em ofício enviado ao Ministério da Economia e obtido pelo Estadão/Broadcast. A prova é usada por milhares de estudantes brasileiros

como porta de acesso à universidade.

Para evitar esse desfecho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, solicitou uma complementação de R\$ 6,9 bilhões ao limite previsto para 2021. O pedido ainda vai ser analisado pela área econômica, que trabalha na elaboração da proposta orçamentária do ano que vem. O projeto precisa ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2020.

A estimativa inicial é que o Ministério da Educação tenha R\$ 18,78 bilhões

para despesas discricionárias (as que não são obrigatórias), que incluem o custeio de políticas educacionais, uma queda de 18,2% em relação aos R\$ 22,97 bilhões programados para este ano.

"Ressalta-se que, dentre os programas que correm risco de não serem continuados, encontra-se o consagrado Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, e soma-se a esse prejuízo o fechamento de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a

educação profissional e tecnológica", diz o ofício assinado por Weintraub em 4 de junho.

Em nota técnica, o subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC, Adalton de Rocha Matos, também cita o risco de suspensão na concessão de bolsas de pesquisa por meio da Capes e interrupção nos programas do Prouni, que concede bolsas integrais e parciais para estudantes ingressarem em universidades privadas.

No ano que vem, a restrição nos gastos do



ABRAHAM WEINTRAUB solicitou uma complementação de R\$ 6,9 bilhões ao limite previsto para 2021

governo volta a se impor porque todas as regras fiscais terão a vigência retomada. Em 2021, a âncora da política fiscal será o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação. O teto é considerado pela equipe econômica instrumento fundamental para manter a credibilidade dos investidores no processo de ajuste das contas públicas brasileiras.

Apesar de o limite ser corrigido pela inflação,

algumas despesas acabam crescendo num ritmo superior, como são os casos de benefícios previdenciários e assistenciais, de pagamento obrigatório. Quando isso acontece, as despesas não obrigatórias, que incluem o custeio das políticas e os investimentos, acabam ficando com um espaço menor no Orçamento – daí o corte na previsão de gastos para o MEC em 2021. Outras pastas também devem ser atingidas.

Caixa explica como será o pagamento da 3ª parcela do auxílio emergencial

IG

Em coletiva de imprensa ontem, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, explicou como será feito o pagamento da terceira parcela do auxílio emergencial. O terceiro calendário de pagamento do auxílio será divulgado na segunda-feira.

"Quem determina cronograma é o ministério da cidadania – certamente a gente conversa muito, estamos finalizando. A terceira parcela seguirá o mesmo racional da segunda. Bolsa Família não se altera o cronograma, será paga-

mento em saque em dinheiro, como foi na primeira e na segunda parcelas", disse Guimarães sobre beneficiários do Bolsa Família que recebem auxílio.

Sobre os demais beneficiários, o presidente da Caixa afirmou que a estrutura do cronograma da terceira parcela será como as anteriores.

"Faremos um depósito antes, e esse depósito permitirá que as pessoas recebam – sem poder sacar imediatamente –, mas que recebam e possam utilizar o dinheiro depositado em contas para pagamentos em cartão de débito, pagamento em concessionária e o

uso agora como se fosse um cartão nas maquininhas. São mais de 10 milhões de maquininhas espalhadas pelo Brasil", afirmou.

Pedro Guimarães comentou também sobre os pagamentos de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), que devem começar neste mês de junho, junto com o pagamento da terceira parcela do auxílio emergencial.

"No FGTS também é uma conversa de haver o depósito antes do saque. Então isso ajuda muito, porque gera a bancarização de dezenas de milhões de brasileiros. No FGTS, dos 60 milhões que podem receber,

O PRESIDENTE da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, explicou como será feito o pagamento da terceira parcela do auxílio emergencial



mais de 20 milhões não têm conta em banco nenhum. Então o FGTS tem o mes-

mo racional: faremos o depósito e o saque acontecerá alguns dias depois, e isso

vai permitir que haja uma minimização das filas", explicou o presidente.

Tribuna

Bovespa fecha em alta e tem terceira semana seguida. o Dólar a 4,97

BBC NEWS BRASIL

O principal índice da bolsa de valores brasileira, a B3, fechou em alta ontem, engatando a terceira semana seguida de ganhos, acompanhando a valorização dos mercados externos, com dados positivos sobre emprego nos Estados Unidos e apostas otimistas na recuperação das economias no pós-pandemia de Covid-19. O dólar fechou a R\$4,97.

O Ibovespa subiu 0,86%, a 94.637 pontos. Veja mais cotações. Na máxima da sessão, o índice chegou a 97.355 pontos. Na semana, o Ibovespa teve alta de

8,28%.

As ações da Gol, que fechou acordo com funcionários para programas de redução de salário, licença e PDV, eram destaque de alta, subindo mais de 8% já no final do pregão.

Na quinta-feira, a bolsa fechou em alta de 0,89%, a 93.828 pontos. No mês, a bolsa acumula alta de 7,35%, mas no ano ainda tem queda de 18,87%.

No exterior, permanece o viés mais positivo nos mercados à medida que os investidores se concentram em sinais iniciais de uma recuperação econômica pós-coronavírus expectativas de

que o alívio das restrições retomará a atividade empresarial. A taxa de desemprego nos Estados Unidos surpreendeu e recuou em maio, após atingir no mês anterior o maior patamar pós-Segunda Guerra Mundial. O indicador, que havia alcançado 14,7% em abril, ficou em 13,3% no mês passado, segundo dados do Departamento do Trabalho divulgados nesta sexta-feira. Participantes do mercado disseram que a leitura foi muito melhor do que a esperada, sinal de que o pior da crise econômica do coronavírus pode já ter passado. "Investidores acompanham a divulgação de indica-

dores macroeconômicos, mas mantêm o foco na reabertura das atividades econômicas em vários países", escreveram analistas do Bradesco. "Além disso, o anúncio da ampliação do programa de estímulos monetários feito pelo BCE ontem ainda traz impulso adicional aos negócios", completaram.

O Banco Central Europeu aprovou uma expansão maior do que a esperada em seu programa de estímulo na quinta-feira para impulsionar suas economias, ampliando as compras de ativos emergenciais em 600 bilhões de euros, para 1,35 trilhão de euros.



RECUPERAÇÃO

Bovespa vem se recuperando lentamente e seduz

Membros do Copom têm apetites diferentes para testar limite dos juros

CORREIO BRASILIENSE

O Comitê de Política Monetária (Copom) volta a se reunir daqui a dez dias para definir a taxa básica de juros (Selic) da economia brasileira. Porém, ainda está dividido sobre qual deve ser o limite dos juros. Afinal, a Selic já está na mínima histórica de 3% ao ano, mas, para o mercado, ainda deve cair mais para tentar minimizar os impactos recessivos da crise do novo coronavírus.

O entendimento divergente dos membros do Copom sobre o piso da Selic foi admitido nesta sexta-feira (5/6) pelo diretor de política econômica do Banco Central (BC), Fabio Kanczuk. Questionado sobre o assunto em live com o mercado financeiro, Kanczuk explicou que os membros do Copom têm apetites diferentes ao risco e, por isso, fazem contas diferentes sobre qual deve ser a fronteira da Selic. "Cada agente econômico faz uma conta diferente, tem um apetite ao risco diferente e isso se reflete no Copom. Os diferentes membros fazem contas diferentes, conforme o mercado vai andando", disse o diretor do BC.

Ele disse ainda que, por conta disso, "vai ter pontos

para um lado e outros para o outro" na próxima reunião do Copom. Kanczuk ressaltou, contudo, que o cenário desta reunião será diferente das demais, já que as condições da economia e das contas públicas brasileiras se complicaram nas últimas semanas em função da crise da covid-19.

Kanczuk lembrou que, de um lado, a pandemia reduziu bruscamente a demanda e a renda da população e das empresas brasileiras, puxando a inflação para baixo, o que justificaria uma redução dos juros. Tanto que, como lembrou o diretor do BC, o mercado já projeta uma queda de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no segundo trimestre deste ano. Ele ressaltou, contudo, que, por outro lado, a dívida bruta brasileira subiu bastante, o que eleva a curva futura de juros por si só. "Vai ter que chegar a uma conclusão a partir disso daí", concluiu.

O diretor disse, por sua vez, que, na sua opinião, o Brasil tem que continuar fazendo política monetária sobre a taxa básica de juros neste momento, antes de pensar em alguma outra forma de atuação. "O Brasil não está no zero lower band (juros em torno de zero). Então, deve continuar fazendo política monetá-

ria através do juro de curto prazo, da Selic, porque é mais eficaz, mais eficiente e não tem risco de distorcer a curva longa", afirmou Kanczuk.

QUEDA DOS JUROS

No início da pandemia do novo coronavírus, a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) estava em 4,25% - taxa que, para o Banco Central, deveria encerrar o ciclo de cortes de Selic. Porém, voltou a cair depois que a autoridade monetária percebeu os impactos econômicos da covid-19.

A Selic foi reduzida para 3,75% ainda em março, quando a autoridade monetária entendia que o coronavírus representaria um choque externo, que afetaria a cadeia global de comércio e o câmbio, mas não deveria impactar a economia doméstica brasileira. E caiu ainda mais, para 3% ao ano, em maio, quando o Copom entendeu que a pandemia também reduziria bruscamente a atividade econômica nacional.

Como ninguém sabe ainda o tamanho dessa queda, contudo, o Copom também indicou naquela época que um novo corte de 0,75 pontos poderia ser feito na sua próxima reunião, que está marcada para os próximos dias 16 e 17.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/06/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 07 de Junho de 2020 - 17:40

Opep e aliados estendem corte de 10% na produção de petróleo

Integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados, entre eles a Rússia, decidiram prorrogar o atual corte na produção de petróleo, que gira em torno de 10% em relação à oferta mundial antes da pandemia do novo coronavírus. A medida vai vigorar agora até o fim de julho.

Quando a demanda pela matéria-prima foi duramente atingida pelo surto, os países aprovaram a redução de 9,7 milhões de barris por dia na produção de maio e junho.

O preço do petróleo, que chegou a atingir baixa recorde durante a pandemia, aumentou por causa da redução da oferta.

De acordo com a Agência Brasil, ministros dos países envolvidos decidiram manter a atual medida por mais um mês durante uma videoconferência neste sábado (6). O grupo também discutiu uma suavização do corte. A partir de agosto, a redução da produção será de 7,7 milhões de barris por dia.

Produtores de petróleo esperam segurar o preço da matéria-prima com a redução da oferta. Mas alguns países têm produzido mais do que a cota estabelecida, e o mercado ainda tem estoques acima do desejado pela Opep e seus aliados.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/06/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 07 de Junho de 2020 - 16:00

Coronavírus leva todos os setores privados a cortar vagas

por Folhapress

Análise mais detalhada dos dados sobre desemprego mostram que a pandemia do novo coronavírus leva ao corte de vagas em todos os setores privados. Apenas o setor público contrata, aponta a Pnad Contínua, pesquisa domiciliar de abrangência nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre encerrado em abril, a pesquisa detalha que o setor mais comprometido é o comércio. No período, que inclui fevereiro, mês do carnaval e anterior ao surto da doença, houve redução de 1,21 milhão postos formais e informais.

Segundo a economista e professora do Insper Juliana Inhasz, o grande volume de demissões no varejo indica que as empresas do setor projetam uma lenta retomada do consumo, fortemente impactado pelas medidas de isolamento social.

"As pessoas acabam sendo desligadas porque o empresário não sabe quando vai voltar a vender, nem como será recuperação das vendas após reabertura", afirma. Muitos lojistas optaram pela demissão rapidamente. A vendedora Helena Torres, 53, que trabalhava em uma loja de roupa no Shopping Iguatemi, na Zona Oeste de São Paulo, viveu esse tombo do varejo.

"Estava há três anos e meio desempregada, mas em dezembro do ano passado consegui uma vaga temporária. Em janeiro deste ano, fui registrada, mas pouco tempo depois veio a pandemia", diz Torres.

"Por volta do dia 20 de março me mandaram ficar em casa. Uns dez dias depois me ligaram, avisando que estavam me dispensando."

Segundo Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria, a demissão de um grande número de trabalhadores gera um efeito bola de neve sobre a economia.

"As famílias compram menos, em parte, porque muitas delas tiveram um choque no fluxo de renda -quem não trabalha, não recebe e não consome como antes", afirma.

Em número de vagas cortadas, o segundo setor mais afetado foi o da construção: 885 mil vagas eliminadas no trimestre.

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, lembra que a construção civil abrange não só grandes obras de infraestrutura e a construção de prédios residenciais e comerciais, mas também milhões de prestadores de serviços.

"Muitos informais sobrevivem como pintor e pedreiro, em serviços pontuais de pequenas reformas. Mas quem vai fazer uma reforma nesse momento de isolamento e de incerteza com relação à manutenção do emprego, da renda que vai obter dos negócios."

Quem trabalha no segmento, afirma que é exatamente isso que está ocorrendo. Com todo mundo trancado em casa, ficou difícil até fazer reforma, relata o autônomo Fernando Soares, 39.

"A paralisação está acabando com a gente. Não tem loja para reformar, não tem casa, não tem serviço", afirmou. "Vou ter de cancelar meu MEI [cadastro de microempreendedor individual], porque não tenho como manter aberto, pagando o valor mensal. Não estou tendo retorno."

Inhasz, do Insper, afirmou que a situação da construção civil é péssima para um setor que não tinha se recuperado da última crise.

"Essa área que vem sofrendo há muito tempo. Agora, com esse cenário vai continuar, porque a incerteza passa a ser muito grande."

Se a redução dos dois primeiros setores está relacionada à demanda de consumo e serviço, a queda do segmento de trabalhos domésticos está atrelada ao medo da doença. O terceiro maior corte do setor privado eliminou 727 mil vagas.

Manuela Silva, 39, trabalhava como cuidadora de idosos em São Paulo, mas, como lidava diretamente com pessoas do grupo de risco, tinha que ter cuidado redobrado, como ir ao trabalho com motoristas de aplicativo para evitar se expor à doença no transporte público. Isso elevou o preço do seu serviço.

"Ficava caro eu viajar todo dia com motorista de aplicativo. Os familiares decidiram que eles mesmos cuidariam do idoso. Agora, não tenho ideia de quando vou voltar", disse Silva.

Donato, da LCA, afirma que na pesquisa sobre o trimestre encerrado em março havia indicado um forte corte do número de trabalhadores domésticos com carteira assinada. Segundo ele, agora, é a vez do informal.

"Era como se as famílias tivessem se antecipando ao impacto de quarentena. Agora, que a crise se agravou, você vê o impacto maior sobre o trabalhador doméstico sem carteira."

Ana Maria de Brito, trabalha como diarista na capital paulista. Ela afirmou que está em casa, sem serviço, desde o começo de abril, só cozinhando para uma família que manteve o pagamento integral de suas diárias.

"As pessoas não querem que você vá nas casas delas. Acho que não é nem tanto pela questão do pagamento, mais por medo mesmo. Tenho amiga que comenta que quando ela vai trabalhar, as pessoas saem de casa", diz.

Além das três áreas mencionadas, o segmento de alojamento e alimentação perdeu 700 mil vagas, a indústria, 685 mil, transporte, 242 mil, informação e comunicação, 219 mil, agropecuária, 157 mil, e outros serviços, 366 mil.

O fim da crise do coronavírus no Brasil ainda não está no horizonte. Na sexta-feira (5), o país registrou 1.005 novas mortes em 24 horas, superando 35 mil óbitos. A maior parte das vítimas da doença está concentrada no estado de São Paulo.

"Fico de mãos atadas, porque onde vou procurar [emprego]? Como vou procurar com essa quarentena? Com todas as lojas fechadas. Não sei o que eu vou fazer", disse a vendedora Helena Torres.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 07/06/2020	



Economia

Empréstimo a empresas do setor elétrico deve ser liberado na próxima sexta

Segundo o jornal O Estado de S.Paulo, esta semana a Aneel pretende analisar todas as 404 contribuições que 82 instituições apresentaram durante a consulta pública



Foto : Beth Santos / Secretaria-Geral da PR

Por Luciana Freire no dia 07 de Junho de 2020 · 14:00

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve votar a proposta para regulamentar o empréstimo bilionário de socorro ao setor elétrico na próxima

sexta-feira (12). De acordo com o jornal 'O Estado de S.Paulo' a ideia é convocar reunião extraordinária para discutir o tema.

Nesta semana, o órgão regulador pretende analisar todas as 404 contribuições que 82 instituições apresentaram durante a consulta pública.

Pelo menos oito bancos públicos e privados devem participar do financiamento liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deve ter participação entre 20% e 30%. A Aneel propôs um teto de R\$ 16,2 bilhões para a operação.

Ainda segundo a reportagem, a primeira tranche deve ser liberada até 21 de junho.

Veículo: Política Livre	
Data: 08/06/2020	Caderno: Economia



08 de junho de 2020 | 10:08

Mercado financeiro prevê queda de 6,48% da economia este ano

ECONOMIA

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano chegou a 6,48%. Essa foi a 17ª revisão seguida para a estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Na semana passada, a previsão de queda estava em 6,25%.

A estimativa consta do boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há duas semanas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,40, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5,08, a mesma expectativa da semana passada.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC continuam a reduzir a previsão de inflação de 2020. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu pela 13ª vez seguida, ao passar de 1,55% para 1,53%.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3,10%. A previsão para os anos seguintes – 2022 e 2023 – também não teve alterações: 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%, também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 3% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2,25% ao ano, a mesma previsão da semana passada. A expectativa do mercado financeiro é que a taxa caia para esse patamar (2,25% ao ano) na reunião do Copom deste mês, marcada para os dias 16 e 17 e nas reuniões seguintes ao longo deste ano seja mantida pelo comitê.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3,50% ao ano. A previsão da semana passada era 3,38%. Para o fim de 2022, a previsão passou de 5,13% para 5% ao ano. Para o final de 2023, a projeção permanece em 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Veículo: Política Livre	
Data: 07/06/2020	Caderno: Economia



07 de junho de 2020 | 11:31

Auxílio de R\$ 600 elevou valor de notas fiscais nos mercados

ECONOMIA

O valor das compras no varejo de alimentos subiu nos dias seguintes à liberação do auxílio emergencial de R\$ 600, em sinal de que o recurso foi usado para a aquisição de itens de primeira necessidade, segundo pesquisa da empresa de inteligência de mercado Horus com base na leitura de notas fiscais. A média saltou de um patamar em torno de R\$ 35 no dia 14 de abril, quando saiu a primeira parcela, para mais de R\$ 55 no dia 18 e a quantidade de produtos na sacola saiu de seis para dez.

A data em que a elevação do consumo ocorreu costuma ter desempenho inferior. Meio de mês não é período típico de alta de despesa, segundo Luiza Zacharias, sócia da Horus. O fôlego nas compras se deslocou do início do mês, quando os assalariados têm recurso disponível, para a segunda semana.

O levantamento mostra o pequeno varejo como o canal de vendas que mais sentiu a variação após o pagamento do auxílio, com alta de 10% no intervalo de 14 a 18 de abril ante o período entre os dias 3 e 13 do mês. Grandes redes e atacarejos, que têm menor presença em regiões de baixa renda, não registraram o mesmo avanço.

Folhapress

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTE Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Eleições 4.0

Sem prolongar os mandatos agora, país deveria debater como realizar votações remotas no futuro

Diante da paralisação generalizada de atividades no Brasil acarretada pela pandemia do novo coronavírus, tornou-se inevitável avaliar a conveniência de manter o calendário eleitoral ou de estendê-lo.

Pela Constituição o escrutínio para prefeitos e vereadores deve ocorrer no primeiro domingo de outubro (4), e o segundo turno, no último domingo do mês (25).

Fosse só pelas datas de votação, que já estarão provavelmente distantes dos picos da infecção, haveria pouco embaraço em manter o calendário. Com medidas de distanciamento e higiene, o pleito poderia ocorrer satisfatoriamente.

O que torna a sua consecução duvidosa é tudo o que vem antes da votação. Pelo cronograma do Tribunal Superior Eleitoral, as convenções partidárias para definir os candidatos devem se dar de 20 de julho a 5 de agosto. Se esse prazo não for exequível, começará a haver complicações logísticas na programação e na distribuição temporária das urnas para todos os 5.568 municípios.

Por isso uma comissão foi anunciada no Congresso para estudar a necessidade de alongar os prazos e empurrar as datas de votação. Ela toma como premissa, correta, que o novo cronograma, se for inevitável, não deverá jamais implicar extensão dos atuais mandatos.

Em paralelo a esse esforço emergencial, deputados, senadores e au-

toridades deveriam debruçar-se sobre projetos que poderiam, no futuro, lançar bases para um processo de votação muito mais barato e rápido, abraçando avanços tecnológicos em desenvolvimento.

As eleições 4.0 ainda não têm praticantes em larga escala no mundo, sendo o caso da Estônia, um pequeno país báltico de 1,3 milhão de habitantes, o que mais se aproxima do ideal em que todos podem escolher os seus candidatos digitalmente sem sair de casa.

O voto no smartphone, no entanto, é apenas o ponto de chegada de um processo abrangente de digitalização da relação do indivíduo com o Estado, que começa pela identificação inequívoca de cada cidadão no ambiente virtual. Terá também de oferecer as mesmas garantias contra a coação que o ambiente indevável da cabine eleitoral propicia.

Delineado um bom sistema de votação remota, ele precisará ser testado em localidades pequenas ou com públicos restritos. Desse modo as vulnerabilidades poderão ser conhecidas e sanadas a tempo.

É um processo familiar ao Brasil, que chegou à inovadora urna eletrônica exatamente assim, mediante passos pequenos e seguros. Seguindo a receita, a escolha de representantes da população num futuro visível poderá se livrar das amarras e dos custos do século 20 sem perder credibilidade.

Pé no chão

Socorro às empresas aéreas deve seguir regras para não se tornar mais um exemplo de compadrio

Arrasta-se desde o mês passado no governo o debate em torno de um pacote de socorro financeiro ao setor aéreo, um dos mais atingidos pelos impactos da pandemia de Covid-19. Existem, de fato, motivos consideráveis de controvérsia em torno da medida.

As divergências mais visíveis dizem respeito aos valores, que poderiam chegar a R\$ 6 bilhões em crédito para três empresas — dos quais R\$ 2,4 bilhões do BNDES, o banco federal de fomento, e um restante ainda incerto a ser aportado pelo setor privado.

Como a Folha noticiou, o Ministério da Infraestrutura faz gestões internas para ampliar o montante, negociado pela pasta da Economia. Mas é sobretudo o desenho do pacote que deveria merecer uma discussão mais aprofundada — e transparente.

Intervenções seletivas do governo em setores econômicos se mostram em regra problemáticas. Há riscos de favorecimento indevido, escolha arbitrária de vencedores e mau uso do dinheiro público. Sempre caberá questionar por que estes recebem a ajuda e aqueles não.

Reconheça-se, por outro lado, que a situação atual é atípica e extrema. A crise do coronavírus é externa à economia, e as dificuldades

setoriais não decorrem de erros de gestão. O caso das empresas aéreas, de fato, é dos mais graves, com retração de 80% da demanda nos últimos meses e rápido consumo das reservas de caixa.

O desafio, pois, consiste em montar um pacote de ajuste que permita a sobrevivência das companhias e a preservação de empregos, mas sem benesses indevidas a acionistas e credores anteriores.

O programa deve se dar, tanto quanto possível, em condições de mercado e com participação majoritária de bancos privados.

Outra condição importante é que o BNDES se beneficie da esperada recuperação das aéreas mais adiante. Tudo indica que será assim, pois o financiamento ocorrerá por meio da compra de debêntures conversíveis em ações ou outra estrutura similar, como se tem feito no restante do mundo.

A eventual participação do Estado no capital das empresas não pode vir a ser dominante e, se inevitável, as ações deverão ser vendidas no mercado mais adiante.

Por fim, há que fixar limites para a remuneração de executivos e critérios para a proteção de empregos, sem o quê o socorro oficial será visto como novo exemplo de capitalismo de compadres.



Lulas lá

Roberto Dias

SÃO PAULO No mês decisivo da campanha eleitoral de 2002, The Economist estampou capa "The meaning of Lula" (o significado de Lula). No editorial, lia-se: "A primeira coisa a dizer é que a vitória será um triunfo para a democracia brasileira".

A revista estava certa, e isso independia, como ela mesmo prova, de concordar com Lula. Ele foi eleito e reeleito, deixou o governo com 83% de aprovação e fez a sucessora.

Mas o petista envelheceu muito mal. Foi preso por corrupção e tentou sem sucesso rasgar a Lei da Ficha Limpa, assinada há exatos dez anos por ele mesmo. O interesse pessoal de seus cálculos políticos mais e mais salta aos olhos.

Recusou-se a aderir ao manifesto da oposição por impeachment, executando gesto isolado três semanas depois. A seguir escorregou na língua ao exaltar o coronavírus. Agora recusa-se a apoiar os movimentos que brotam na sociedade.

O comando do PT quer se aliar só a quem acha que Lula foi um preso político, não um político preso. Pa-

rece não haver tanta gente assim disposta a mudar de opinião sobre a Lava Jato para ter o rebanho lulista do lado. Na última vez que o Datafolha perguntou a opinião dos brasileiros, no fim do ano passado, já após a Vaza Jato, o resultado foi de apoio esmagador: 81% queriam que a operação continuasse.

Na mesma pesquisa, o instituto comparou algumas figuras públicas. A que teve o maior índice de alta confiança foi o juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, com 33%. Lula ficou em 30%. Por isso, sou incrédulo de que uma parte dos integrantes dos movimentos nascentes na sociedade não aceitar o ex-ministro Moro entre os signatários.

Os 14 anos do PT deixaram obviamente muitos legados, bons e ruins. Entre os últimos, um país profundamente dividido e intolerante. Nesse sentido, a ausência de Lula pode até acabar fazendo bem aos manifestos. Já a ausência da direita que navega com Moro é capaz de ferir de morte tais movimentos.

roberto.dias@grupofolha.com.br

Intervenção sob encomenda

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro busca uma intervenção militar sob encomenda. Em menos de um ano e meio, o presidente e seus aliados ameaçaram chamar as Forças Armadas ao menos sete vezes para reprimir opositores e intimidar críticos do governo.

Ainda em outubro, ele disse enxergar perigo nos protestos que aconteciam no Chile e afirmou que havia conversado com o ministro da Defesa sobre a possibilidade de convocar os militares em caso de manifestações por aqui. "A gente se prepara para usar o artigo 142, que é pela manutenção da lei e da ordem".

O Brasil não viu uma fagulha do que ocorreu em Santiago, mas o comportamento incendiário permaneceu. Dias depois, Eduardo Bolsonaro disse que o governo poderia repetir medidas de exceção da ditadura caso a esquerda adotasse uma postura considerada radical. No mês seguinte, foi Paulo Guedes quem falou no risco de um novo AI-5.

Na época, Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto que isentaria militares de punições nas opera-

ções de garantia da lei e da ordem, o que se aplicaria à repressão a protestos. A proposta acabou engavetada.

Bolsonaro voltou a agitar essa bandeira na reunião ministerial de 22 de abril: "Qualquer dos Poderes pode pedir às Forças Armadas que intervenham para reestabelecer a ordem". Depois, cobrou ação do Ministério da Defesa para enfrentar o que chamou de contragolpe de seus rivais.

O assunto voltou nas últimas semanas, quando Eduardo propôs acionar as Forças Armadas para pôr "um pano quente" nos embates entre o Planalto e o STF — a favor do governo, é claro. Foi seguido pelo pai, que divulgou um vídeo que defendia essa hipótese, um dia depois.

O presidente continua à procura de conflitos. Nesta quarta (3), ele citou o uso da força para reprimir protestos e chamou de terroristas os manifestantes que foram às ruas contra o governo nos últimos dias. Foi o mesmo termo que ele empregou no ano passado, quando apresentou a proposta que protegeria militares durante operações dessa natureza.

Esquerda pode atropelar Lula

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO A duas semanas das eleições, em 2018, escrevi neste espaço que um segundo turno entre Bolsonaro e Haddad nos garantiria mais quatro anos do clima de ódio que já reinava no país. Bingo.

Lula, pelo que parece, quer dobrar a meta e nos dar um bônus até 2026 ao deslendar de uma frente ampla e democrática, que ensaie se formar contra Bolsonaro. Como fica cada vez mais claro, para o ex-presidente, ninguém é democrata ou democrata suficiente se não falar amém e se não topar ser coadjuvante de qualquer coisa encabeçada pelo PT. Eu conto ou vocês contam?

Ok, vamos lá. Tanto Lula, quanto essa esquerda embolorada, precisa acordar para a vida, parar de ignorar o peso do antipetismo — que não diminuiu mesmo diante do pesadelo em que vivemos, oxigenar um movimento que pode enfraquecer esse presidente golpista e, se for necessário, ceder espaço a quem tiver mais chance de derrotar Bolsonaro nas urnas. Nem que seja o Macaco Tião.

É cedo para dizer se o apreço pela democracia será maior do que as diferenças ideológicas para que a união ganhe força e se prolifere pelo país. Parar de chamar o colequinho de antidemocrático, como fazem Lula e parte da esquerda, talvez seja um bom começo.

Não me parece democrático enxergar democracia apenas quando se é protagonista e colar o selo "fascista" em todas as pessoas que rezam por meio de ideologias posicionadas a um palmo da, adivinha, esquerda. Centro-esquerda, liberais, sociais-democratas, conservadores? Todos fascistas.

Ou Lula muda de postura e ajuda a converter esse pessoal que tem nojinho do pensamento diverso, ou pode ser atropelado, inclusive por uma ala da esquerda mais jovem e mais conectada com a mudança dos ventos e com a necessidade urgente de combater quem é de fato antidemocrático: Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Talvez isso já esteja acontecendo.

O pior dos exemplos

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Três meses depois da chegada da Covid-19, o país continua atecendo em relação a tudo o que é importante para enfrentar a crise. Muitos estados e municípios ensaiam a flexibilização do distanciamento social sem a segurança mínima que só a capacidade de rastrear os atingidos é capaz de dar. A única preocupação do presidente na matéria parece ser a de empurrar para governadores e prefeitos a imensa conta da catástrofe sanitária e econômica em curso.

Ou é ilusório, ou má-fé da parte dele. A sua responsabilidade é inequívoca e se desdobra em muitos planos: na falta de coordenação da política sanitária que caberia ao ministério cujo titular mudou três vezes em um mês; na hostilidade gratuita à Organização Mundial da Saúde, apartando o país das redes internacionais de cooperação nessa área literalmente vital; na demora em adotar medidas de proteção aos mais pobres e vulneráveis, aos empregados com carteira, aos pequenos empreendedores e às milhares de empresas necessitadas de apoio — iniciativas cujo porte mesquinho foi em parte corrigido pelo Congresso; na ausência, enfim, de qualquer noção do que fazer nos próximos meses, para não falar no próximo ano.

Como se fosse pouco, Bolsonaro comportou-se por palavras e atos como o principal agente desorganizador dos esforços para conter o impacto destrutivo do novo coronavírus. Desincentivou os brasileiros e incentivou o desprezo ao isolamento social, que até o momento é o único redutor comprovado da velocidade da contaminação.

Recente pesquisa nacional de opinião realizada pelo DataPoder360 mostra a população dividida ao meio entre os que se sentem os que não se sentem seguros para sair de casa e retomar as suas atividades. Sintomaticamente, entre os 28% que apoiam Bolsonaro chega a 73% a proporção daqueles que acham seguro abandonar o distanciamento social. No grupo dos que o desaprovam, são apenas 37%.

A parte isso, estudos ainda inéditos dos pesquisadores Ivan F. Fernandes, Gustavo A. Fernandes e Guilherme A. Fernandes — "Ideologia, isolamento e morte: uma análise dos efeitos do bolsonarismo na pandemia de Covid-19" — mostra que a votação de presidente no primeiro turno, por município, tem correlação negativa com a taxa de isolamento, e correlação positiva com mortes por Covid-19. Ou seja, ali onde ele teve mais votos, o isolamento é menor e, em decorrência, maior o número de óbitos.

Embora os resultados não permitam dizer que as atitudes de Bolsonaro explicam o descaço de seus eleitores ou a própria saúde e a dos outros, na melhor das hipóteses as suas bravatas o estigmatizam.

mhermtavares@gmail.com

mercado **coronavírus**

Loja de calçados em Porto Alegre, no RS, um dos estados que relaxaram distanciamento social. Evandro Leal/Ag. Freelancer/Folhapress

Vendas patinam nas regiões que reabriram o comércio

Falta de confiança e medo de contaminação limitam compras à metade do normal

Nicola Pamplona

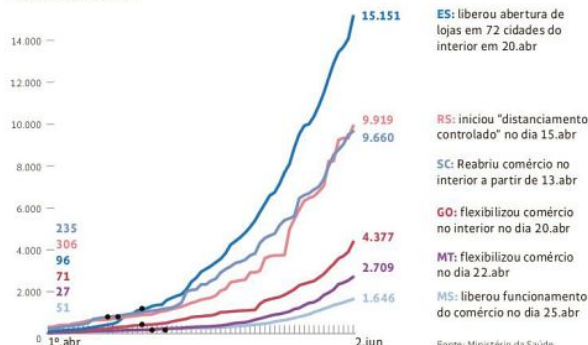
RIO DE JANEIRO O desempenho das vendas nos primeiros estados a reabrir o comércio após o início da pandemia no novo coronavírus indica que a retomada da economia será lenta, com consumidores preocupados com o risco de contaminação e de perda de emprego. Ainda não há estatísticas consolidadas, mas a Folha falou com representantes dos lojistas, dos trabalhadores e especialistas para entender o que as primeiras semanas de lojas abertas em alguns estados dizem sobre o comportamento do consumidor e expectativas para o resto do ano. Em geral, os volumes de vendas estão abaixo da metade da média registrada antes da pandemia, e o foco ainda são produtos de primeira necessidade. As indústrias mais afetadas pelo fechamento das lojas, como têxtil e eletroeletrônicos, ainda não viram novas encomendas.

"As vendas ainda estão bem aquém do normal", diz Marcelo Balocchi, presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás. "Tanto pela situação econômica, insegurança sobre o emprego, quanto pelo receio de contaminação. Goiás foi um dos primeiros estados a relaxar as restrições ao comércio, em 20 de abril. A capital, Goiânia, porém, manteve restrições. Balocchi estima que as vendas nos municípios do interior se situem hoje em torno de 50% da média de antes da quarentena.

"Definitivamente, não é o momento para a reabertura

Evolução de casos em estados que reabriram o comércio mais cedo

• Abertura do comércio



Situação semelhante vive o Espírito Santo, que relaxou as medidas de restrição no interior na mesma época.

"Tem alguns segmentos que atingiram, no máximo, 60% do que vendiam antes, mas a grande maioria não passa de 40%", diz o presidente da Fecomércio-ES, José Lino Sepulcri.

Nos dois estados, o crescimento no número de casos após o relaxamento trouxe de volta debates sobre o fechamento das lojas. Em meados de maio, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), chegou a estudar um decreto retomando restrições, mas desistiu por falta de apoio.

"Definitivamente, não é o momento para a reabertura

do comércio", escreveu o presidente do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo, Rodrigo Rocha, em uma rede social, em críticas à liberação do funcionamento de shopping centers no estado a partir de segunda (1ª).

Mas, mesmo em Florianópolis, onde já não há registro de mortes por Covid-19 há um mês, o comércio ainda amarga vendas baixas, diz o presidente do Sindicato dos Comerciantes do município, Lael Marins Nobre. "Não chega a 40% nos melhores momentos."

Entre abril e maio, sete estados editaram decretos relaxando as restrições ao comércio: além de Goiás e Espírito Santo, houve mudanças tam-

bém em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Maranhão. No Rio, o governo estadual permitiu o funcionamento de lojas em sistema de delivery.

Em todos os casos, foram estabelecidos protocolos de funcionamento, como uso obrigatório de máscaras e limite de clientes nas lojas. Em alguns deles, os governos estabeleceram rodízios de horários ou de dias para a abertura dos diferentes tipos de estabelecimentos.

O relaxamento das restrições já garantiu a abertura de 232 shoppings em 97 cidades, o equivalente a 40% dos estabelecimentos desse tipo exis-

tentes hoje no país. O cenário não é muito diferente das lojas de rua, com vendas em torno de 40% a 45% do normal.

"A gente sempre soube que essa retomada não era para recuperar venda, era para recuperar confiança, para entender a nova dinâmica [de funcionamento do comércio]", diz o presidente da Abrasce (Associação Brasileira dos Shopping Centers), Glauco Humai.

Dados da CNC (Confederação Nacional do Comércio) mostram, porém, que a confiança do consumidor nunca esteve tão baixa, o que deve ajudar a retardar o processo de retomada da atividade. Em maio, 50,9% das famílias entrevistadas preveem consumir menos nos próximos meses.

Para especialistas e indústria, porém, a virada deve ocorrer apenas com a reabertura em Rio e São Paulo, os dois principais mercados do país. Nesta semana, as lojas começaram a reabrir no interior paulista, mas ainda não há expectativa de retorno na capital.

"Os estados que já reabriram] são economias frágeis, que já eram antes da pandemia, e não vão ter impacto significativo", diz Otto Nogami, economista do Inper. Além disso, afirmam representantes de indústrias afetadas, o excesso de estoques no varejo vai retardar a retomada das encomendas.

"As encomendas não estão chegando justamente pela existência de estoques", diz o presidente-executivo da Abine (Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônicos), Humberto Barbo, E, quando começarem a chegar, vão consumir primeiro os estoques existentes nas fábricas.

A produção da indústria elétrica e eletrônica recuou 30,3% em abril. A produção de eletrodomésticos caiu 70,4%.

"A abertura que efetivamente poderá trazer novas encomendas é São Paulo, que representa mais de 40% de nosso mercado", diz o executivo.

Na indústria têxtil, também muito afetada, já há relatos de fábricas que recomeçaram a fabricar ou pensam em retomar a produção. "Isso traz um pouco de esperança, já é uma luzinha no fim do túnel", diz o presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil, Fernando Pimentel.

Ele frisa, porém, que não espera uma "ladeira íngreme", mas um processo longo de retomada. A expectativa é chegar ao fim do ano com produção a 70% da capacidade. "O mês de junho vai ser importante, porque São Paulo recomeça", afirma Pimentel.

Embora pequena, há sinais de melhora na arrecadação de alguns estados que já reabriram o comércio. Em Mato Grosso, por exemplo, a última semana de maio foi a primeira, desde o início da pandemia, em que o faturamento tributável do comércio cresceu em relação à média anterior.

Segundo o governo do Estado, a alta, de 3%, é explicada por compras sazonais do

setor agropecuário, mas as semanas anteriores já haviam mostrado quedas menores do que nos períodos de lojas fechadas. Em Santa Catarina, a arrecadação em maio foi 11,5 pontos percentuais menor do que a projeção inicial, de 36,3%.

Sector de maquininhas reduz crédito ao varejo e teme inadimplência

Isabela Bolzani

SÃO PAULO O tombo do varejo freou também o mercado de maquininhas de cartão, e as cinco principais empresas do setor — Cielo, Getnet, PagSeguro, Rede e Stone — já reduzem o crédito via antecipação de recebíveis a lojistas e indicam preocupação com provável aumento da inadimplência.

Lojistas perceberam — e reclamaram — logo no início da pandemia da maior dificuldade de acesso a financiamento. De acordo com dados do Banco Central, as concessões de crédito por antecipação de recebíveis caíram 61,6% em abril em comparação a março, para R\$ 11,9 bilhões — o menor patamar desde maio de 2018. Já os empréstimos com descontos de duplicatas tiveram queda de 44,1%, para R\$ 25,1 bilhões.

Antecipação de recebível existe quando um lojista vende um cartão de crédito (à vista ou parcelado). Geralmente ele leva 30 dias para receber pela venda, mas, se quiser antes o dinheiro, antecipa com a empresa de maquininha o valor, pagando uma taxa.

Essa é uma das receitas das empresas de maquininhas — as outras são a taxa paga a cada transação e a receita com aluguel e venda de aparelhos.

Mas a antecipação de recebíveis encorche não somente pela maior seletividade na concessão do crédito mas também pela queda nas receitas dos lojistas, que, sem vendas, também não têm recebíveis a adiantar.

Analistas que acompanham as empresas listadas em Bolsa (Cielo, PagSeguro e Stone) já haviam cortado projeções para os resultados deste ano. Mariana Taddeo e Kaio Prato, do UBS, estimaram queda de 22% no volume de transações neste ano, considerando a média das operações que passam pelas maquininhas das três companhias.

"Esperamos que os gastos do consumidor permaneçam fracos, uma vez que o isolamento e o distanciamento social podem continuar naturalmente [mesmo com a reabertura da economia] e que há um aumento do desemprego, enquanto os salários diminuíam", afirmaram em relatório.

Segundo os analistas do UBS, o setor pode se recuperar conforme o varejo reabre. Enfrentará, porém, o risco de crise sobre os pequenos negócios.

Bolsonaro veta R\$ 8,6 bi para estados combaterem coronavírus

Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quarta-feira (3) o repasse de R\$ 8,6 bilhões para governadores e prefeitos combaterem a Covid-19, o que causou reações de parlamentares e de representantes estaduais e municipais. O dinheiro estava em um fundo gerido pelo Banco Central e que foi extinto por uma MP (medida provisória). O fim do fundo foi pedido pela equipe do ministro Paulo Guedes, que queria usar os recursos para reduzir a dívida pública. No entanto, o Congresso resolveu mudar o destino do dinheiro para o enfrentamento da pandemia.

O governo afirma no Diário

Oficial da União desta quarta-feira (3) que a proposta dos parlamentares diverge do ato original, o que violaria os princípios da reserva legal e do poder geral de emenda.

Diz também que o ato criaria uma despesa obrigatória sem previsões de impacto nos próximos anos, o que também defende ser irregular. O veto foi defendido pelo Ministério da Economia e pela Advocacia-Geral da União. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o veto surpreendeu deputados. "A informação dos deputados é que tinha ocorrido um acordo [com o governo], inclusive, para destinação desses recursos", afirmou Maia nesta quarta.

Agora, segundo ele, cabe

ao Congresso convocar uma sessão para analisar o ato de Bolsonaro e decidir se o veto será mantido ou derrubado. Líderes partidários já articulam uma derrota do governo.

Nas votações da Câmara, nesta quarta, Maia foi cobrado para que articule com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a convocação da sessão do Congresso para analisar vetos presidenciais.

O relator da MP na Câmara, Luis Miranda (DEM-DF), disse que a proposta havia sido costurada em parceria com o governo e aprovada de forma unânime. "Ele traiu um acordo que fizemos com líderes do governo nas duas Casas", afirmou. "Ele [Bolsonaro] é irresponsável, é totalmente descabido tomar uma decisão des-

sa, além de ser um desrespeito ao Congresso."

"Ele não visita hospitais com doentes, mas vai de helicóptero para lanchonete, como se fosse barato. O descaso dele com o momento que estamos vivendo é grande", afirma.

Para ele, o texto sancionado também pode deixar a destinação dos recursos do fundo em um limbo jurídico por não dizer mais expressamente que o valor em questão vai para o pagamento de dívida. Consulta do, o Ministério da Economia não se pronunciou até a conclusão deste texto.

Rafael Fonteles, presidente do Confesfaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal), afirmou que os

estados vão articular com as bancadas a derrubada do veto.

O secretário-executivo do Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, diz que a entidade foi surpreendida, até porque teve reunião no mês passado com o Ministério da Saúde para discutir o formato de divisão dos recursos. "Vamos trabalhar para derrubar o veto", disse.

Para o governo, a medida tinha caráter de urgência por permitir o uso dos R\$ 8,6 bilhões disponíveis para abater a dívida. Isso ajudaria a cumprir a regra de ouro (que proíbe o endividamento para pagamento de despesas correntes, como salários e aposentadorias).

O Congresso alterou a medida para que os recursos exis-

tentes fossem transferidos integralmente a estados, Distrito Federal e municípios.

O valor deveria ser usado para a aquisição de materiais de prevenção à propagação do coronavírus, para proporcionar condições de abertura de estabelecimentos comerciais.

O fundo extinto pela MP é administrado pelo BC e recebe recursos do IOF para ser usado na intervenção nos mercados de câmbio e títulos, além da assistência a bancos. Era visto como irregular pelo TCU (Tribunal de Contas da União) porque estava sem objetivo e sem prestar serviço à sociedade após ter seu uso restrito com mudanças legais.

O próprio órgão determinou ao governo uma solução definitiva para o problema.

Com indicadores menos ruins que o esperado, dólar cai para R\$ 5,08

Moeda dos EUA, que acumula queda de 14% desde o pico, chegou a ser negociada a R\$ 5,02; Bolsa tem maior nível em três meses

Júlia Moura

SÃO PAULO Nos últimos dias, dados econômicos vieram menos ruins que o esperado, o que aumentou o otimismo do mercado financeiro. Investidores retomaram o apetite para o risco, conforme economias reabrem e o número de novos casos de Covid-19 na Europa e nos EUA.

O movimento levou a Bolsa brasileira aos 93 mil pontos nesta quarta-feira (3), alta de 2,14%, maior valor desde 6 de março, antes dos seis circuit breakers —paralisação temporária nas negociações em fortes quedas— daquele mês.

O dólar segue em queda livre. A moeda recuou 2,45%, a R\$ 5,08, menor valor desde 26 de março. Durante o pregão, a moeda chegou a ser negociada a R\$ 5,02. O turismo caiu para a R\$ 5,36.

Com o recuo de cerca de 14% desde que atingiu o recorde nominal (sem contar a inflação) de R\$ 5,90 em 13 de maio, o real deixou de ser a moeda que mais perde valor ante o dólar entre 2020, indo para o terceiro lugar no ranking de desvalorização, atrás da rupia de Seychelles e da kwacha de Zâmbia.

Nesta quarta, o mercado reagiu a uma queda menor do que o esperado da indústria brasileira em abril (leia na pág. A14), apesar de ser o pior resultado da série histórica, que vem desde 2002.

De acordo com o IBGE, a produção industrial caiu 18,8% na comparação com março e 27,2% na comparação com abril do ano passado. Economistas consultados pela Bloomberg, no entanto, esperavam retração de 28,3% com relação a março de 2020 e de 36,1% na comparação com abril do ano passado.

Nos EUA, dados do Instituto ADP apontam um desemprego menor do que o esperado no setor privado. Foram cortadas 2,76 milhões vagas de emprego em maio, ante expectativa de corte de 9 milhões. "Nos EUA, a flexibilidade de

POR QUE O DÓLAR CAIU, EM CINCO TÓPICOS

1. Após a alta de 47% do dólar, que levou a moeda ao recorde de R\$ 5,90, investidores que estavam comprados em dólar realizam os ganhos, o que derruba o preço da moeda

2. O otimismo de investidores com a reabertura das economias diminui a aversão a risco, fazendo o dólar perder força internacional

3. Indicadores econômicos mostram deterioração menor que o previsto pelo mercado em abril e maio, contribuindo para a melhora dos ativos de risco, como moedas emergentes

4. Em maio, houve entrada líquida de dólares no Brasil pela primeira vez desde julho de 2019, com saldo positivo de US\$ 3 bilhões; nesta quarta (3), o Tesouro captou US\$ 3,5 bi em emissão nos EUA

5. O BC tem atuado para conter a alta da moeda, vendendo dólares das reservas

contratar e mandar embora é maior. Difícilmente, os americanos terão um decréscimo de desemprego. Eles estão no pico da pandemia e, talvez, os empregadores não estejam mandando embora agora", diz Roberto Dumas Damas, professor de economia do Insper.

Já o setor de serviços americano, medido pelo índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês), teve leve melhora em maio, subindo para 45,4, ante 41,8 em abril, que havia sido a leitura mais baixa desde 2009 e a primeira contração desde dezembro de 2009. Economistas consultados pela Reuters previam que o índice subiria a 44 em maio.

Leitura abaixo de 50 indica contração do setor de serviços, que responde por mais de dois terços da atividade econômica dos EUA.

"Por mais que o setor ainda se situe em território contractionista, a forte melhora das expectativas é bem recebida por investidores. Apesar disso, a produção, os novos pedidos, o emprego e os preços do setor continuaram em níveis historicamente baixos ante uma demanda doméstica e internacional que segue pressionada", diz relatório da Guide Investimentos.

Na China, depois de a indústria registrar expansão em maio, foi a vez de o setor de serviços superar expectativas, com crescimento do PMI para 55 pontos. O mercado esperava um crescimento de 44,4 pontos em abril para 47,3 pontos, apenas.

"A China está se recuperando por meio de anabolizantes do Estado, com bancos locais emprestando montanhas de dinheiro para obras de infraestrutura. O país deve crescer de 1% a 1,5% neste ano", afirma Dumas.

Os dados fizeram investidores apostar em uma retomada econômica mais rápida e forte, levando ativos de segurança como ouro e dólar a perder valor no mercado interacional.

Em Nova York, o índice S&P

500 subiu 1,36%, o Dow Jones teve alta de 2%, e a Nasdaq registrou ganho de 0,8% e se aproximou da máxima histórica.

"Fazer previsão em tempo de crise é mais difícil. Não é que os dados estejam bons, mas há mais erro nas previsões, que são baseadas em dados históricos, passados. O impacto do coronavírus na economia vai ser feio ainda", diz Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da FGV.

Na Europa, o PMI composto, que combina serviços e indústria, também apresentou leve melhora, subindo de 13,6 em abril, menor pontuação histórica, para 31,9 em maio.

Tesouro emite US\$ 3,5 bilhões em títulos de dívida

Larissa Garcia

BRASÍLIA Também contribuiu para a queda do dólar a emissão de dívida soberana no mercado internacional pelo Tesouro, um sinal de que há demanda por ativos brasileiros e reforça a venda de dólares num contexto em que o real ainda é tido como uma moeda mais barata em relação a seus pares, o que respalda a correção recente na taxa de câmbio.

O Tesouro Nacional emitiu US\$ 3,5 bilhões no mercado nesta quarta. São dois tipos de papéis, com vencimentos em cinco e dez anos.

Com a emissão dos títulos, o governo consegue captar recursos de investidores internacionais. Esses valores são somados às reservas internacionais, que atualmente estão em US\$ 347 bilhões.

O principal motivo para as emissões, segundo o Tesouro, é dar referência para as empresas brasileiras que querem se financiar no mercado de capitais internacional.

Com Reuters

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Déjà-vu

A crise da Covid-19 começa a gerar no consumidor mudanças de comportamento semelhantes àquelas que foram identificadas na recessão de 2015, segundo Liel Miranda, presidente da Mondelez Brasil, que tem marcas como Bis, Halls e Tang. No início do ano a empresa planejava investir em produtos de maior valor, mas no segundo semestre focará os mais econômicos. A ideia é resgatar embalagens maiores, que dão desconto, e reduzir o tamanho de outras para manter o cliente.

CALCULADORA "Estamos fazendo alguns ajustes necessários, projetando uma queda de volume pela situação econômica. Mesmo que a quarentena seja removida, o consumidor não vai aos pequenos varejos com a mesma frequência de antes", afirma Miranda.

AÇÚCAR O executivo diz que a venda de produtos que são consumidos em casa, como chocolates, biscoitos e sucos em pó, aumentou mais de 10% na pandemia. Por outro lado, com os bares e restaurantes fechados, as balas e gomas de mascar tiveram queda de aproximadamente 30%.

CLIQUE Miranda afirma que o investimento no e-commerce da Mondelez na Páscoa mitigou os prejuízos para o feriado e as vendas caíram menos de 10% em relação a 2019. "Aprendemos que o comércio eletrônico tem um papel enorme e vamos investir 50% a mais no setor do que planejávamos no segundo semestre", diz.

DIVERSIDADE Para o executivo, a pandemia tem padrões diferentes no mundo. O brasileiro não sentiu tanta necessidade de estocar quanto o americano. Como o europeu, ele está passando menos tempo no supermercado e recorrendo a produtos tradicionais, afirma Miranda.



PROSA

“A nossa grande preocupação agora é com o pequeno varejo, muitos não terão capacidade econômica para reabrir”

Liel Miranda
presidente da Mondelez no Brasil

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini
colaborou Ana Estela de Sousa Pinto

INDICADORES

JUROS

Maio, em % ao mês



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

* O prazo para empresas vence em 19 jun; para pessoas físicas, vence em 15 jun

IMPOSTO DE RENDA

IR	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADORES DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

* O prazo para o patróio da doméstica vence em 5 jun. A guia de pagamento dos patróios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica. O FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Ações da Warner Music estreiam com alta de 20% na maior oferta inicial de 2020 nos EUA

LOS ANGELES E NOVA YORK | THE WALL STREET JOURNAL

Os papéis da Warner Music, terceira maior gravadora de música do mundo, estrearam com alta de 20% nesta quarta-feira (3), na maior oferta pública inicial de ações (IPO) nos Estados Unidos até o momento. A forte estreia em meio à incerteza do mercado e à pandemia de coronavírus mostra a força da resurgente indústria musical.

Após anos de quedas nas vendas, a sorte do setor mudou, impulsionada pela crescente popularidade de serviços de streaming como Spotify e Apple Music.

A Warner, que tem estrelas como Ed Sheeran e Madonna, foi listada na Nasdaq.

"É um voto de confiança na maneira como as pessoas veem a trajetória de crescimento da música e como elas veem a distribuição ganhando forma nos mercados maduros e em desenvolvimento", disse Steve Cooper, presidente-executivo da Warner Music.

"Acho que elas veem que

ARTISTAS DA WARNER MUSIC

- Ed Sheeran
- Madonna
- Coldplay
- James Blunt
- Lizzo
- Neil Young
- Led Zeppelin
- Prince
- Red Hot Chili Peppers

ainda há um longo percurso para os 'streamers' tradicionais crescerem e se expandirem, mas também novos modelos de negócios."

A venda consistiu em ações secundárias pertencentes à Access Industries Inc., do bilionário Len Blavatnik, que mantém o controle dos votos, e entidades relacionadas; a oferta não levantou novos fundos para a empresa.

Graças às receitas dos serviços de streaming, a indústria fonográfica cresce há quatro anos, após mais de uma década de declínio devido à pirataria on-line e ao colapso das vendas de CDs.

A receita global de música gravada cresceu 8,2% no ano passado, para US\$ 20,2 bilhões, de acordo com a Federação Internacional da Indústria Fonográfica. O streaming representou mais da metade do total.

"A avaliação reflete a crescente conscientização sobre o valor do conteúdo. Muitas vezes o foco é para a tecnologia, mas a tecnologia de vá-

rias formas utiliza a música", disse Cooper, indicando empresas como Peloton Interactive Inc. e TikTok, da ByteDance Ltd.

"A música tem sido um elemento fundamental."

A Warner Music —dona de gravadoras como Atlantic, Elektra e sua emblemática Warner Records, bem como a Warner Chappell Music, a terceira maior distribuidora de música— viu as receitas do streaming, o maior contribuinte para a linha superior, aumentarem 12% em abril. O ganho foi compensado por quedas relacionadas ao coronavírus na receita digital e física sustentada por publicidade, mas espera-se que essas linhas se recuperem.

Juntamente com a IPO da ZoomInfo Technologies Inc., planejada esta quinta-feira (4), a Warner lidera uma semana ativa de IPOs, após um período de calma durante o qual o mercado foi resfriado pela pandemia.

Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves

mercado coronavírus

Indústria cai mais até que na greve dos caminhoneiros

Recuo de 18,8% em abril, menor que o esperado, é o maior da série histórica

Diego Garcia

SANTOS A pandemia da Covid-19 destruiu a produção industrial no mês de abril, o primeiro que começou e terminou com medidas de isolamento social em todo o país.

De acordo com o IBGE, a queda de 18,8% na comparação com março — que já havia caído 9,1% — é a pior da série histórica, que vem desde 2002.

Na comparação com abril do ano passado, os efeitos são ainda mais duros, com recuo de 27,2%. É o sexto resultado negativo nessa base de análise. E a queda foi generalizada, alcançando todas as categorias econômicas e 22 dos 26 setores de atividade.

Para Otto Nogami, economista do Insper, a retração recorde mostra uma paralisação muito forte na atividade econômica como um todo. “É um tombo tremendo, nunca visto antes”, disse.

Renata de Mello Franco, economista do FGV-Ibre, observou que o resultado veio menor do que a expectativa. Isso pode significar que o fundo do poço da produção industrial ainda está por vir.

A projeção da Bloomberg era de 28,3% de retração com relação a março de 2020 e 36,1% de recuo na comparação com abril do ano passado.

“Os dados mostram que o Brasil está chegando ao fundo do poço, mas precisamos ver os dados de maio para ver se esse fundo do poço foi em abril e se teremos o mesmo nível de produção”, disse Franco.

A queda após a paralisação dos caminhoneiros havia sido o pior resultado desde 2008, durante a crise internacional, quando o arrefecimento da atividade econômica mundial fez a produção recuar 11,3%.

Segundo o gerente da pesquisa, André Macedo, o resultado de abril decorre claramente das medidas de distanciamento social.

“Tivemos um número maior de paralisações das várias unidades produtivas, em diversos segmentos industriais, em razão da pandemia. Março já tinha apresentado resultado negativo. Agora, em abril, vemos um espalhamento, com quedas de magnitudes históricas”, diz Macedo.

A principal influência negativa veio do setor automotivo. Em abril, 64 das 65 fábricas de automóveis no Brasil suspenderam suas operações.

O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias registrou queda de 88,5%, intensificando o recuo observado no mês anterior (-28%). Foi a queda mais intensa desde o início da série histórica.

De acordo com a Anfavea

(Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), o resultado foi ainda pior, com 99% de tombos sobre o mês anterior e 99,4% na comparação com o ano passado. As quedas são as piores desde 1957, quando o setor passou a calcular a série histórica.

O presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, afirmou que é preciso em primeiro lugar proteger a saúde dos funcionários, mas também encontrar meios para que o Brasil não entre em uma grave recessão. “Não é hora de ruídos políticos que só desviam as atenções do que realmente interessa à população brasileira no momento de uma crise sem precedentes.”

Segundo a Anfavea, apenas 1.847 veículos foram produzidos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, e somente 1.752 máquinas autopropulsadas, 59% a menos que em março. O setor de máquinas agrícolas é considerado essencial mesmo em período de pandemia, pois ajuda a manter o nível da colheita do setor rural.

A interrupção da produção de veículos automotores impactou outros segmentos industriais, que também caíram em abril, como metalurgia, produtos de borracha e de material plástico e máquinas e equipamentos.

Outros recuos relevantes no mês vieram de atividades de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, pela queda expressiva na quantidade de carros circulando nas ruas, e bebidas, outro setor impactado pelo distanciamento social, já que bares e restaurantes foram fechados pela pandemia.

Uma queda importante foi na produção de produtos têxteis, com retração de 38,6%. Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), apontou que as indústrias desse ramo pode perder até 80 mil empregos formais, e sinalizou para a importância da MP 936 na preservação de trabalhos no setor.

“É extremamente importante que essa possibilidade seja prorrogada, pois garantem os postos formais pelo período correspondente. Temos 8 milhões de trabalhadores, e o nosso setor tem relevância muito grande na parte de emprego”, disse Pimentel. Ele analisou que a saída do distanciamento social em alguns Estados vai ajudar as indústrias têxteis a reagirem.

“Essa flexibilização vai ajudar o setor a conseguir até o fim de 2020 chegar a pelo menos 70% do resultado esperado antes da pandemia. Nin-

guém tem culpa do que está acontecendo, foi pela Covid-19, a perda de vidas é muito triste, mas também impacta em empregos e destruição de negócios familiares duramente construídos por vários empreendedores.”

Otto Nogami, do Insper, diz que é difícil prever uma retomada nesse momento. E, quando acontecer, causaria impacto nas vendas e consumo e aumentar os níveis de produção, o que não deve acontecer de maneira rápida após o tombo.

“As indústrias estão fragilizadas. Precisa haver uma substituição de fornecedores, pois alguns faliram, e isso não acontece da noite para o dia. Será um processo lento para ajustar e voltar a produzir de maneira intensa.”

Segundo Renata de Mello Franco, do FGV-Ibre, em abril o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) apontou que, em média, as fábricas operavam com 56,5% da capacidade, bem menos do que os 74,2% de março, fato nunca visto em nenhuma outra crise. Houve uma recuperação para 59,9% em maio, mas ainda é difícil prever uma retomada. “É cedo ainda, pois as medidas de isolamento social ainda estão em vigor, afetando as indústrias de maneira diversa”, disse.

Para a economista, a recuperação virá da demanda interna. “O mercado externo está bastante restrito pela situação, então dificilmente o mercado externo pode impulsionar nossa produção na indústria de transformação. Vamos ficar dependentes do mercado interno”, analisou Franco.

Com isso, ficando importante olhar como está sendo

a dinâmica do emprego e renda das famílias no Brasil. “Em termos de recuperação vai depender bastante de como o emprego vai reagir.”

Até o momento, a Covid-19 intensificou o aumento do desemprego no Brasil, que chegou a 12,6% no trimestre encerrado em abril, e contribuiu para que 4,9 milhões de postos de trabalho fossem perdidos. A população ocupada teve uma queda recorde de 5,2% na comparação com o trimestre anterior.

O primeiro óbito conhecido de Covid-19 no país ocorreu no dia 17 de março. A partir daí, com o avanço da doença, o país promoveu o isolamento social como forma de combater a pandemia. Em abril, os efeitos econômicos começaram a ser sentidos com mais intensidade, já que as medidas restritivas duraram do começo ao fim do mês.

Diante desse cenário, a Covid-19 intensificou o aumento do desemprego no Brasil, que chegou a 12,6% no trimestre encerrado em abril, e contribuiu para que 4,9 milhões de postos de trabalho fossem perdidos. A população ocupada teve uma queda recorde de 5,2% na comparação com o trimestre anterior.

Com as pessoas dentro de casa, cresceu a produção de alimentos (3,3%), remédios (6,6%) e produtos de limpeza e higiene pessoal (1,3%).

Para Renata de Mello Franco, economista do FGV-Ibre, a alta era esperada nesses segmentos, o que mostra também uma mudança no padrão de consumo da população para serviços essenciais.

“A gente sabe que a renda das famílias está sendo bastante impactada, com perda de emprego e renda, então os consumidores tendem a focar o consumo só nesses bens essenciais”, disse Mello Franco.

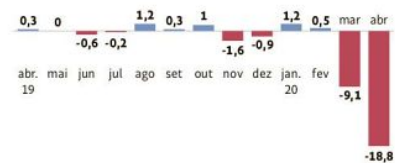
O Brasil teve sua primeira morte pela Covid-19 em 17 de março. A partir de então, medidas restritivas passaram a ser adotadas pelo país. Só permaneceram abertos serviços considerados essenciais, como supermercados e farmácias, o que mudou a forma de consumir da população.

“A gente sabe que a renda das famílias está sendo bastante impactada, com perda de emprego e renda, então os consumidores tendem a focar o consumo só nesses bens essenciais”, disse Mello Franco.

O Brasil teve sua primeira morte pela Covid-19 em 17 de março. A partir de então, medidas restritivas passaram a ser adotadas pelo país. Só permaneceram abertos serviços considerados essenciais, como supermercados e farmácias, o que mudou a forma de consumir da população.

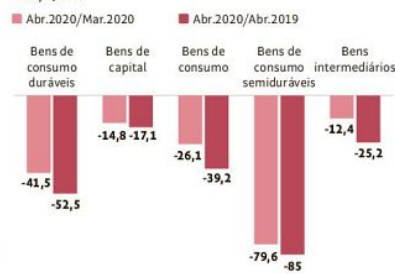
Produção industrial brasileira

Varição ante mês anterior, em %



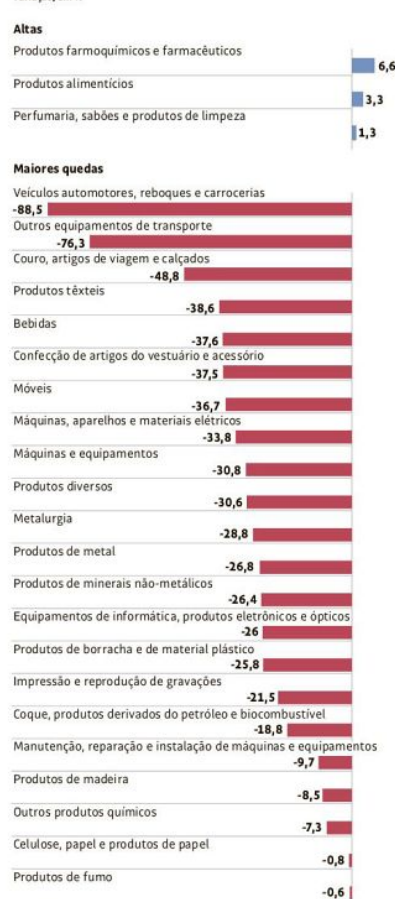
Desempenho por categorias econômicas

Varição, em %



Desempenho por ramo de atividade

Varição, em %



Fonte: IBGE

“Os dados mostram que o Brasil está chegando ao fundo do poço, mas precisamos ver os dados de maio para ver se esse fundo do poço foi em abril e se teremos o mesmo nível de produção”

Renata de Mello Franco
economista do FGV-Ibre

Dado significa apenas que fundo do poço não foi tão profundo quanto se imaginava

ANÁLISE

Renata Mello Franco
pesquisadora da FGV Ibre

O resultado negativo da produção industrial de abril reflete os efeitos deletérios da pandemia do novo coronavírus sobre o setor, principalmente no segmento de transformação, já que a produção do setor extrativo ficou estável. Devido à necessidade de distanciamento social, o setor foi fortemente impactado tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

Em relação à oferta, a neces-

sidade de paralisação total ou parcial das fábricas por motivos sanitários afetou o nível de produção tanto diretamente, pela interrupção da produção, quanto indiretamente, pelos efeitos prejudiciais causados às cadeias produtivas.

Como uma das consequências — e não apenas por esse motivo —, os bens intermediários apresentaram a maior queda mensal observada em sua série, de 14,8% na margem.

Pelo lado da demanda, o aumento da incerteza e a deterioração do cenário econômico nacional e internacional levaram as pessoas a rever suas

decisões de consumo, e empresas, suas decisões de investimento.

Para as empresas, a dificuldade de traçar um horizonte para a recuperação econômica e de fazer previsões acerca de seus negócios inviabilizam novos investimentos, bem como postergam os já contratados, o que influencia fortemente o desempenho dos segmentos produtores de bens de capital, cuja produção caiu inéditos 41,5%.

Além disso, o mercado externo também não tende a cooperar, já que os prognósticos para o fluxo de comércio

mundial não são bons.

Apesar do câmbio desvalorizado, o que ajuda a impulsionar alguns segmentos, o desempenho das exportações da indústria de transformação só não foi pior neste ano, até aqui, devido à demanda externa ainda aquecida por bens não duráveis.

Ainda pelo lado da demanda, o aumento do desemprego e a redução da renda fizeram com que a procura por bens não essenciais pelas famílias despencasse, refletindo na produção de bens duráveis, semiduráveis e alguns segmentos de não duráveis.

Como destaque negativo, pelo segundo mês consecutivo o segmento de veículos automotores apresentou perdas mensais intensas, acelerando a queda de 28% observada em março para 88,5% em abril — com variação interanual de -99,9% na produção de automóveis. Vale mencionar a queda de 58,3% na comparação interanual da produção de eletrodomésticos, com destaque para a linha branca (-75,2%).

De fato, como esses produtos possuem maior custo de aquisição, sua demanda depende da certeza que as pessoas têm em relação à manutenção da sua renda, algo que não é possível diante do cenário econômico tão adverso.

Na contramão, apenas os segmentos de alimentos, farmacêutica e limpeza e perfumaria, itens considerados essenciais durante essa pande-

mia, apresentaram aumento de produção na margem. A

Apesar de a queda da produção não ter sido tão intensa quanto a mediana das previsões de mercado, isso significa apenas que o fundo do poço da atividade industrial não foi tão profundo quanto se imaginava. E, para os próximos meses, os prognósticos ainda não são bons.

A edição de maio da Sondagem da Indústria de Transformação da FGV Ibre mostra um setor ainda acentuadamente abalado pela crise. O crescimento marginal da confiança e do nível de utilização da capacidade instalada sinaliza uma melhora muito tímida no mês, tendência que deve persistir em junho.

A recuperação da produção industrial será gradual, e de forma consistente, somente a partir do segundo semestre.

mercado coronavírus

Impagáveis erros

Aprovar mais gastos dizendo que 'depois a gente faz as reformas' é a fórmula do fracasso

Solange Srour

Economista-chefe da gestora ARX Investimentos. É mestre em economia pela PUC-Rio

A atual crise será duradoura, com graves implicações econômicas. Estamos e ficaremos ainda mais pobres, endividados e menos produtivos.

A rede de proteção aos mais vulneráveis terá de ser estendida de forma permanente. Mas um debate pouco cuidadoso com os números e com a restrição fiscal já saltou para uma opção mais radical: a instituição de um programa de renda universal ou a simples perenização do atual auxílio emergencial.

Projetos nessas direções já foram até apresentados no Congresso. No entanto, está ausente do debate a questão fundamental: como ampliar os benefícios sociais sem criar restrições ao crescimento, que, em última instância, é de onde se pode extrair recursos. É surpreendente que décadas de estag-

nação não nos fizeram conscientes de que a redução da pobreza dependerá cada vez mais de ganhos de produtividade.

Transformar simplesmente o coronavaucher em um programa de renda básica permanente, ainda que com um valor menor, constitui um erro. A escolha feita durante a paralisação da atividade econômica não deve ser a mesma quando a economia volta a operar.

O auxílio emergencial foi uma solução temporária, adequada à restrição do isolamento social. O valor generoso e a falta de focalização foram inevitáveis, devido à comoção política e à pressão em colocar a política em prática. Já a construção de um programa de caráter contínuo está sujeita a novas restrições, sendo a mais importante sua viabilidade no longo prazo.

Qualquer proposta de aumento de gastos precisa respeitar os fatos:

1) a relação dívida/PIB chegará ao fim deste ano perto de 100%. Gastamos em menos de um ano o equivalente às despesas poupadas na reforma da Previdência;

2) os recursos são finitos, e existe restrição de endividamento. Nosso histórico de alta inflação, controles cambiais e confisco não nos permite monetizar déficits;

3) gastamos mal. Dado o alto volume de gastos públicos, temos tido pouco sucesso na redução da desigualdade e da pobreza;

4) a expansão fiscal e o aumento da carga tributária das últimas décadas vêm prejudicando o crescimento.

Nosso sistema de proteção

social e emprego é composto por programas sobrepostos e mal articulados. Gastamos cerca de 2,7% do PIB, em linha com países pobres. Se desejamos aumentar esse valor, não podemos nos dar ao luxo de não rever o que já temos, incentivando a participação no mercado de trabalho formal e o aumento da produtividade.

Teremos que aceitar rediscutir programas como BPC e abono salarial, que não focam os mais pobres, e pensar como ampliar o mais eficiente, o Bolsa Família, criando mecanismos que incentivem a saída dele.

A dificuldade política dessa tarefa é enorme: basta lembrar que todas as mudanças propostas para o BPC, na reforma da Previdência, foram descartadas pelo Congresso. Estaremos dispostos a levar essas mudanças

adiante em nome de financiar uma renda básica para todos?

A alta do desemprego será duradoura, e muitos trabalhadores não terão as habilidades necessárias para voltar ao mercado, cada vez demandando de mais escolaridade e tecnologia. A poupança compulsória via FGTS e o seguro-desemprego precisam ser reformulados, eliminando a excessiva rotatividade da mão de obra, que resultam da interação dos dois.

Com a Selic baixa, o financiamento do setor imobiliário pode prescindir da poupança compulsória dos trabalhadores. Há várias propostas elaboradas, nas quais a remuneração do FGTS converge para taxa de mercado e as multas rescisórias são destinadas a facilitar a inserção dos desempregados e a melhoria de sua qualificação.

Não só de ganhos de eficiência virão os recursos para financiar a expansão da assistência social discutida no Congresso. Falsas soluções, como o fim do teto de gastos ou a criação de novos impostos, derubarão o que sobrou da confiança dos investidores.

Queremos um Plano Real da

desigualdade? Urge, então, ao Executivo e ao Legislativo, primeiro, definir de onde sairá do dinheiro e tomar as providências para que, de fato, ele esteja liberado. Aprovar mais gastos dizendo que "depois a gente faz as reformas para arrumar o dinheiro" é a fórmula certa do fracasso.

É imprescindível avançar com privatizações e com as reformas engavetadas, como a administrativa e a tributária, que podem não só custear uma rede de proteção ampliada mas principalmente produzir ganhos de produtividade. Do ponto de vista da redução da desigualdade, é possível alcançar maior progressividade sem aumento de carga, enquanto o regime administrativo altera benefícios apropriados por quem que está bem longe da pobreza.

A velha ideia de que gasto aumenta consumo, arrecadação e gera crescimento foi a essência da "nova matriz econômica" do governo Dilma. A conta ainda está sendo paga: baixo crescimento e aumento da pobreza.

Assistência social não é impagável, basta não recorrer aos malarbarismos econômicos fracassados.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU. Hélio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Rede encerra suspensão de contratos e demite 20%

Desligados da Coco Bambu dizem não terem recebido rescisão integral; sócio negam

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Funcionários da rede de restaurantes Coco Bambu que estavam com contratos suspensos por meio da aplicação da medida provisória 936 foram demitidos.

Segundo relatos ouvidos pela Folha, nem todos receberam o valor integral da rescisão trabalhista, que é aumentada por decisão da MP.

Além disso, funcionários afirmam ter sido chamados para trabalhar durante o período em que o contrato estava suspenso.

A empresa havia suspenso contratos dos funcionários em abril. Com o fim do prazo de dois meses para suspensão chegando ao fim, 1.500 foram demitidos, o equivalente a 22% dos 7.000 na folha de

pagamento. A Coco Bambu não diz quantos foram incluídos no programa do governo.

Os irmãos Ronald e Ronan Aguiar, sócios-diretores na rede, negam que alguém tenha ficado sem receber os direitos trabalhistas. "A gente recebe com muito espanto e fica até um pouco chateado porque fez tudo da forma mais correta possível", diz Ronald.

Segundo relatos de funcionários da rede em São Paulo, garçons, cozinheiros, ajudantes, recepcionistas e maitres foram chamados pela empresa para que comparecessem ao escritório.

Deveriam levar a carteira de trabalho e o uniforme ou avental. Para entrar na sala do escritório localizado na avenida Braz Leme, na região norte de São Paulo, bolsas e tele-

fores celulares tiveram de ser deixados fora.

Lá dentro, um funcionário da administração da empresa relatou como a situação econômica estava difícil e que o faturamento com o serviço de delivery não conseguia cobrir todos os gastos. Por isso, teria dito o gestor, havia a necessidade de fazer demissões.

Os empregados receberam, então, um recibo de rescisão do contrato. Os relatos sobre o que aconteceu depois variam de acordo com quem o contou.

A Folha ouviu oito funcionários demitidos pela rede desde o início da pandemia do novo coronavírus. Três deles disseram ter recebido corretamente as verbas rescisórias e indenizatórias, como as multas do FGTS e da demissão no período de estabilidade.

Os demais afirmam ter recebido um envelope com dinheiro que corresponderia ao acerto final. Esses valores, no entanto, eram menores do que o recibo da demissão indicava.

Um dos recibos a que a reportagem teve acesso detalha o recolhimento de tributos como Imposto de Renda e contribuição previdenciária, verbas trabalhistas como 13º e férias proporcionais, além de aviso prévio indenizado.

O documento lista também o valor da ajuda compensatória prevista pela MP 936 e a indicação de uma indenização por estabilidade. Esse funcionário diz ter recebido de R\$ 1.600 em um envelope, mas, segundo o recibo entregue pela empresa, teria direito a R\$ 5.000.

Os relatos dos ex-empregados são que, nesses encontros para que fossem efetuadas as demissões, havia a sugestão de uma troca: quem aceitasse as condições poderia ser chamado de volta quando as atividades forem liberadas.

O sócio-diretor da unidade atribui os relatos à incompreensão com a situação e com o cálculo das demissões. Ele diz que funcionários podem ter ficado chateados com o fato de terem sido cortados.

Ronald Aguiar diz que, no dia em que as demissões foram efetivadas, alguns pediram para receber os valores em dinheiro, pois estavam com suas contas no vermelho.

Um garçom que trabalhou na casa por cerca de quatro anos relata ter feito esse pedido, mas diz que os valores estavam corretos.

Outra funcionária do salão diz, no entanto, que o envelope que recebeu tinha o equivalente a 30% do que teria direito na demissão sem justa causa.

Os funcionários da Coco Bambu estavam no período de garantia previsto no programa emergencial de manutenção do emprego e renda. Criado pela medida provisória 936, que teve o texto-

base aprovado na Câmara, ele autoriza as empresas a suspender os contratos por até dois meses.

Nesse modelo, se a empresa faturou mais de R\$ 4,8 milhões em 2019, com o caso da Coco Bambu, paga 30% do valor do salário do funcionário. O restante, equivalente a 70% do valor do seguro-desemprego a que empregado teria direito, são pagos pelo programa do governo.

Após o fim do período de suspensão, os trabalhadores têm estabilidade no emprego pelo mesmo período.

Se a demissão ocorre antes, a empresa tem que pagar um multa equivalente a 100% dos salários a que o funcionário teria direito durante o período de garantia de emprego.

A empresa diz ter pago a multa ao calcular as rescisões, mas Ronald e Ronan dizem que, sem a possibilidade de renovar a suspensão de contrato previstas na MP 936, foi necessário enxugar as despesas.

"A gente praticamente não fez demissão no começo [da pandemia] e foi queimando caixa para manter os funcionários, até porque a gente achou que ia demorar meses para passar", diz Ronald.

TCU ignora indícios de fraudes em recomendações para pagar auxílio

Renato Machado

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou na noite desta quarta (3) o acordo como mapeamento de riscos e recomendações para a execução do auxílio emergencial, a fim de evitar pagamentos indevidos e exclusão do programa de pessoas que teriam direito ao benefício.

No entanto, o acordo aprovado não contém informação presente no voto do relator, ministro Bruno Dantas, de que 6 milhões de pessoas podem estar recebendo indevidamente o auxílio de R\$ 600. O benefício é pago pelo governo federal por conta da pandemia de coronavírus.

De acordo com voto do ministro, elaborado com base em relatório de técnicos do órgão, há indícios de que 10% dos pagamentos do auxílio emergencial sejam indevidos. O documento apresenta dados referentes a abril. Os técnicos chegaram ao número cruzando os cadastros efetivados para o pagamento com

uma estimativa do público que teria direito ao benefício.

A estimativa de possíveis beneficiários foi elaborada com base na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, de 2019, e na legislação que instituiu o auxílio. Então confrontou-se esse dado com o número de cadastros efetivados para receber o benefício, dessa forma, chegando aos indícios de pagamentos indevidos.

O relatório da equipe técnica estimou que o público-alvo do auxílio emergencial seria de 53,2 milhões de pessoas. No entanto, 59,3 milhões de pessoas estavam previstas para receber cada parcela.

"Há indícios de que cerca de 6 milhões de pessoas podem estar recebendo indevidamente o auxílio emergencial, por erro de inclusão, o que representaria cerca de 10% do total", afirma o voto do ministro. Considerando o valor do auxílio emergencial de R\$ 600, isso significa que R\$ 3,6 bilhões podem ter sido pagos de maneira indevida.

O próprio ministro relator, no entanto, decidiu não incluir os indícios de fraude no acórdão que foi discutido no plenário do TCU. Dantas argumentou que essa informação ainda será "objetivo de averiguações nas próximas etapas deste acompanhamento, quando a equipe terá acesso a novas bases de informação e utilizará da ferramenta de tratamento de dados".

O relator, no entanto, afirmou que o relatório que levantou os indícios pode ser encaminhado aos responsáveis pelo programa.

O ministro, ao apresentar seu voto, mencionou que solicitou aos órgãos do governo federal o cruzamento de informações entre os declarantes de imposto de renda, seus dependentes e os beneficiários do auxílio. Segundo o relator, há denúncias de que os dependentes de classe média e alta podem estar entre as pessoas que recebem o benefício.

Por outro lado, o relatório dos técnicos do TCU também aponta para a não inclusão no

programa de auxílio de pessoas que preencheriam os pré-requisitos para obter o direito.

O relatório aponta ainda uma imprevisibilidade do público-alvo. Havia uma previsão inicial de 54,5 milhões de cotas de pagamento — que representaria 45,5 milhões de pessoas elegíveis. Para atender esse público, houve a abertura de R\$ 98,2 bilhões em créditos extraordinários.

No entanto, durante o pagamento da primeira parcela, verificou-se que o valor seria insuficiente para atender o público total. Portanto houve o acréscimo de créditos extraordinários, de R\$ 25,7 bilhões.

O voto também alerta para a necessidade de análise e planejamento, em relação a uma possível prorrogação do auxílio emergencial. O texto afirma que essa medida representaria uma despesa adicional de R\$ 41 bilhões por mês.

O acórdão apresentado, com as conclusões, será agora encaminhado para a Comissão Mista do Congresso Nacional, criada para monitorar as ações referentes ao combate ao coronavírus, e para os gabinetes de crise sob comando da Casa Civil da Presidência e também da Procuradoria-geral da República.



AUSTRÁLIA TERÁ 1º RECESSÃO EM 3 DÉCADAS Consumidoras à frente de loja de departamento em Melbourne; economia do país da Oceania encolheu de janeiro a março, e expectativa é um cenário 'muito mais severo no segundo trimestre' William West/AFP

BNDES lança linha de crédito de R\$ 2 bi para hospitais e laboratórios

Objetivo do banco estatal é garantir capital de giro para que as grandes instituições sigam funcionando.

O Globo · 8 junho 2020 · LUCIANA CASEMIRO lucianac@oglobo.com.br

Quase três meses após o início da pandemia, a crise já afeta o caixa dos hospitais. Diante da necessidade de recursos para fechar as contas, o BNDES lança nesta semana uma linha orçada em R\$ 2 bilhões para capital de giro — dinheiro para bancar a continuidade do funcionamento da empresa — voltada a grandes hospitais e laboratórios. A medida se soma a outras iniciativas do banco para a área de saúde, como a criação, em março, de uma linha para compra de equipamentos usados no combate ao coronavírus e ampliação de leitos de UTI, uma campanha de financiamento coletivo em parceria com santas casas e hospitais e a suspensão pelo prazo de até seis meses do pagamento de empréstimos com o banco — neste último caso, em ação que abrange todos os setores da economia.



Em entrevista ao GLOBO publicada no último sábado, o fundador da Rede D'Or, Jorge Moll, afirma que a pandemia prejudicou o caixa das empresas do setor. Segundo ele, todos os hospitais perderam dinheiro porque o paciente de Covid-19, em geral, gasta pouco, embora use respiradores e remédios que ficaram mais caros na crise. Do ponto de vista financeiro, os hospitais ganham mais com cirurgias — muitas das quais adiadas durante a pandemia — e atendimentos de emergência.

META PARA EMPREGOS

De acordo com o relato de executivos do setor de saúde, além do aumento do custo de medicamentos e equipamentos, hospitais e laboratórios viram seu faturamento cair entre 30% e 70%

com a suspensão de procedimentos eletivos. Eles afirmam que boa parte dos hospitais não está faturando o suficiente para arcar com os custos fixos da operação.

Para Luiz Fernando Silva, superintendente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), é preciso agilidade na liberação de recursos para evitar o fechamento de empresas do setor Brasil afora.

— Os pequenos e médios hospitais estão numa situação desesperadora. Estamos desde março conversando com o BNDES, precisamos de recursos. Já temos notícias de hospitais que fecharam as portas, pois estão com movimentação praticamente zero. É o caso, por exemplo, de clínicas especializadas —afirma Silva.

A nova linha de crédito será voltada para hospitais e laboratórios com faturamento anual de ao menos R \$300 milhões. O valor mínimo do tino é de R\$10 milhões, e o máximo, de R\$ 200 milhões. O prazo de pagamento é de 48 meses, com até um ano de carência, podendo ser prorrogado por mais seis meses caso o tomador cumpra metas de emprego e renda.

Para obter direito a prazo mais longo e condições melhores de empréstimo, a empresa tem que manter 90% da mão de obra que tinha na data de assinatura do contrato por dois meses e, em 12 meses, manter a média de funcionários. O custo do empréstimo é de Taxa de Longo Prazo (TLP) ou Selic (atualmente em 3%) mais taxa de risco e a remuneração do BNDES, de 1,5% ao ano. Este percentual pode cair para 1,1% com a manutenção de postos de trabalho. Hospitais beneficentes poderão usar recursos recebidos pelo SUS como garantia para a operação de financiamento.

Segundo fontes do setor de saúde, grupos como o Hospital Moinho de Ventos, de Porto Alegre, a Rede D'Or, o Mater Dei, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e o Real Hospital Português de Beneficência em Recife já estariam habilitados para o novo crédito.

CUSTO ELEVADO

Mesmo assim, parte do setor ainda avalia que o custo da linha é alto. O diretor financeiro da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Ricardo Englert, avalia que, embora esteja habilitada a pegar o empréstimo, a instituição não usará os recursos do BNDES. O hospital tem 71% de seu atendimento destinados ao SUS. O faturamento médio mensal caiu de R\$ 100 milhões para R\$ 58 milhões em abril, afetado pela queda nos atendimentos particulares e por convênios. Para enfrentar a crise, o hospital já levantou R\$ 15 milhões com bancos.

— Além de ter demorado a sair, a linha do BNDES, nas condições que tinham nos apresentados, pode sair por um custo igual ou maior do que a que encontramos no mercado. Considerando a taxa de risco, o custo anual fica próximo aos 10% ao ano —diz Englert.

Além disso, a maioria dos 4.200 hospitais do país é de pequeno ou médio porte e pode não reunir as condições necessárias para obter o crédito. Para eles, a saída é esperar o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI). O governo resolveu reforçar este fundo para ampliar a participação da União nas garantias de empréstimos. Este foi o caminho encontrado para fazer deslanchar o crédito a médias empresas, que esbarram no receio dos bancos privados de contrair risco em um momento de turbulência.

Em três meses, Caixa libera R\$ 4,9 bilhões para municípios

Duas seriam as razões para acelerada de empréstimos do banco, as eleições municipais e a aproximação do Planalto com o Centrão

Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

08 de junho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA | Em ano de eleições municipais, a Caixa Econômica Federal abriu a torneira e concedeu R\$ 4,9 bilhões em novos empréstimos a Estados e municípios ao longo dos últimos três meses. Um terço desse valor (R\$ 1,6 bilhão) foi contratado em um período de apenas dois dias, após o Conselho Monetário Nacional (CMN) atender a um pedido de governadores, prefeitos e parlamentares e ampliar o limite para novos endividamentos em R\$ 4 bilhões.

Os maiores beneficiados dos créditos são as prefeituras, já que os governadores contrataram apenas três operações no valor total de R\$ 278,5 milhões, segundo dados do Tesouro Nacional levantados pelo *Estadão/Broadcast*.

A pisada no acelerador pela Caixa tem sido vista na área econômica como sinal de uso político do banco, num momento em que o Palácio do Planalto se aproxima

do bloco de partidos do Centrão para formar uma base aliada e tentar se blindar de um eventual pedido de impeachment.

Em ano eleitoral, a data limite para o primeiro desembolso é 3 de julho. Após essa data, ainda é possível fazer novas contratações até 2 de setembro, mas o repasse do dinheiro só cai no conta no início da gestão do sucessor.

A Caixa responde sozinha pela maior parte dos R\$ 9,7 bilhões em novos financiamentos celebrados por governadores e prefeitos este ano. O BNDES tem R\$ 311,9 milhões entre operações aprovadas e já contratadas em 2020. O Banco do Brasil não forneceu os dados alegando “sigilo comercial”, mas os dados do Tesouro Nacional apontam R\$ 879 milhões em operações deferidas para Estados e municípios este ano.

Preocupações

Técnicos do governo manifestam preocupação com o maior risco das operações que estão sendo contratadas junto à Caixa, já que a maior parte não conta com garantia da União. Quando há aval do Tesouro, o governo federal garante o pagamento em caso de inadimplência. Nesses contratos, porém, o Estado ou município empenha receitas próprias, como os repasses recebidos por meio de fundos de participação ou o ICMS. Se houver atraso, é a própria instituição financeira que precisa fazer a cobrança.

Segundo dados da Caixa, dos R\$ 5,4 bilhões em empréstimos concedidos ao setor público (que incluem as operações com Estados e municípios) em 2020, 76% não têm aval da União. Considerando apenas as operações do início de junho, R\$ 1,35 bilhão (84% do total) foi contratado tendo apenas as receitas próprias de Estados e municípios como garantia.

A concessão de empréstimos tendo as receitas tributárias de Estados e municípios como garantia já foi alvo de controvérsia e levou o Conselho de Administração da Caixa a suspender essas operações no início de 2018, como revelou à época o Estadão/Broadcast.

Uma representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) questionou a legalidade dos financiamentos. O Banco Central foi obrigado a agir e passou a requerer maior capital dos bancos para fazer frente a esse tipo de empréstimo, de maior risco – na prática, ao direcionar recursos para um crédito sem aval da União, o banco passou a diminuir de forma mais drástica o seu poder de fogo para emprestar a outros tomadores.

Limite

O limite inicial concedido pelo CMN era de R\$ 4,5 bilhões em operações de crédito para Estados e municípios com garantia da União e de R\$ 3,5 bilhões em contratos sem o aval do Tesouro. Na última segunda-feira (1º), em reunião extraordinária, o conselho concedeu um espaço adicional de R\$ 4 bilhões para

que Estados e municípios contratem novos financiamentos sem precisar ter o governo federal como seu fiador.

O aumento vinha sendo solicitado desde meados de maio por governadores, prefeitos e parlamentares do Congresso Nacional. Ofícios obtidos pelo *Estadão/Broadcast* mostram que os senadores Wellington Fagundes (PL-MT) e Luiz Carlos Heinze (PP-RS) estão entre os que pediram limites adicionais para a contratação de empréstimos. Tanto o PL quanto o PP são partidos que integram o Centrão. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CMN), Glademir Aroldi, também endereçou pedido semelhante ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

A urgência defendida nos documentos foi justificada com o prazo de validade dos processos de contratação dos empréstimos. Mas o calendário eleitoral também impôs uma corrida nas operações.

Procurada, a Caixa afirmou que o processo de concessão de crédito aos entes públicos “obedece a critérios exclusivamente técnicos”. Ainda segundo a instituição, o limite inicial fixado pelo CMN em março foi consumido no mesmo mês. “Em 02/06/2020, foi disponibilizado pelo CMN novo limite para contratação sem garantias da União, ocasião em que o estoque já analisado aguardava apenas a contratação”, afirmou o banco em nota.

‘Não há saída sem um aumento temporário da carga tributária’, diz Maílson da Nóbrega

Ex-ministro defende a elevação de impostos incidentes sobre renda e patrimônio, como forma de conter a dívida pública

Entrevista com

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda

Fabício de Castro, O Estado de S. Paulo

07 de junho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA | Ex-ministro da Fazenda durante o governo de José Sarney, o economista **Maílson da Nóbrega** afirma que a expansão da dívida bruta brasileira, em função do desequilíbrio fiscal, é um problema que precisa ser tratado de forma séria após a pandemia. Para ele, o governo precisa de um programa específico para reduzir a dívida bruta, que, conforme projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), vai se aproximar de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final de 2020. Segundo Maílson, o ajuste pode passar pelo aumento temporário de impostos sobre a renda.

Uma dívida bruta próxima de 100% do PIB é preocupante? Quando a dívida se torna um risco para o País sob o ponto de vista de avaliação de solvência?

Há um livro de dois professores de Harvard, Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, chamado *Desta vez é Diferente*, que examina 800 anos de endividamento no mundo inteiro. A conclusão é que os colapsos fiscais ocorreram quando esta relação chegou a 80%. Isso não se aplica a todos os países, depende de cada situação. Os Estados Unidos têm dívida de mais de 100%, a Itália tem porcentual acima disso. Mas o Brasil está batendo naquele limiar em que a dívida passa a ser percebida como não sustentável. Claro que os emergentes vão passar pelo momento de aumento da dívida, mas nada parecido com o Brasil.

O que fazer?

O Brasil tem hoje a vantagem de ter uma taxa de juros muito baixa, que pode influenciar o custo da dívida. Assim, o governo pode sinalizar que é possível administrar essa dívida nas circunstâncias atuais. Há economistas dizendo que isso é possível, mas eu acho a posição arriscada. Isso porque as agências de classificação de risco querem ver para crer. A hora agora é de gastar para salvar vidas, preservar renda, botar dinheiro no bolso das pessoas menos favorecidas e evitar a quebra geral. Mas e depois? As agências de risco já estão mandando recados para o Brasil neste sentido. A Fitch revisou para “negativa” a nota de crédito do País. Já a S&P alterou a perspectiva de “positiva” para “neutra”. Assim,

acredito que o governo deveria ter um grupo para avaliar a questão da dívida desde já. Ele (o governo) tem de ter um programa explicitamente formulado para diminuir o endividamento em um período determinado de tempo, como dez anos. E o programa precisa ser crível.

A solução para o ajuste é cortar despesas?

O programa não pode ser implementado só com corte de gastos, porque o governo federal tem margem de manobra de apenas 3,5% do Orçamento. Estamos falando de algo em torno de 1% do PIB. Se o governo cortar todas as despesas discricionárias, ainda assim não será suficiente. Então, é preciso começar a pensar e a incutir a ideia de que não há saída sem aumento de carga tributária. Não há muita escolha. A realidade vai se impor.

Mas o aumento da carga tributária não seria pior para a atividade econômica, já pressionada na pandemia?

Claro. Mas se você não fizer nada, e a dívida começar a crescer a galope, nós vamos caminhar para uma situação de dominância fiscal. Em um estado deste, o Banco Central perderia a capacidade de cumprir a meta de inflação, o Brasil seria desclassificado várias vezes pelas agências de rating e haveria impactos na atividade econômica, com queda de confiança, aumento de risco e elevação de juros nos mercados. Provavelmente, o impacto na economia seria muito maior.

Que fique claro: alta de carga tributária não é para este momento, é para o pós-pandemia. Além disso, seria um aumento temporário.

De que forma?

Seria temporário e com algumas características. Em primeiro lugar, não haveria tributação sobre o consumo. Os pobres já estão pagando a conta pela pandemia. É a vez dos ricos. Seria um programa de aumento da tributação da renda, do patrimônio e da riqueza, exclusivamente para assegurar a estabilidade da dívida. Além disso, não se pode partilhar esta arrecadação com Estados e municípios. Não faria sentido um esforço de arrecadação para mandar recursos para Estados, municípios ou fundos regionais. É para salvar o País de um colapso. O problema é sério e tem de ser tratado seriamente.

Dívida bruta ou dívida líquida

A dívida bruta pode ser um péssimo indicador da verdadeira situação fiscal

Affonso Celso Pastore, O Estado de S. Paulo

07 de junho de 2020 | 05h00

Recentemente o BC sugeriu aos investidores estrangeiros que usem o conceito de dívida líquida, e não o de dívida bruta ao analisar o Brasil. Concordo e vou além: deveríamos abandonar o conceito brasileiro de dívida bruta e adotar o de dívida líquida. Ao final de 2019 a dívida bruta se aproximava de 78% e a dívida líquida de 55% do PIB, com o valor em reais das reservas internacionais explicando a diferença.

A taxa de juros relevante nos cálculos de dinâmica de dívida é a taxa de juros implícita da dívida (o fluxo de juros pagos dividido pelo estoque da respectiva dívida), que é obviamente maior para a dívida líquida. Feitas as contas, no entanto, o superávit primário que estabiliza a dívida bruta é semelhante ao que estabiliza a dívida líquida, o que do ponto de vista da solvência do País faria pouca diferença em usar um conceito ou outro.

Mas há diferenças mais importantes. Suponhamos que em um período de elevados superávits no balanço de pagamentos – como entre 2010 e 2012 – o governo acumule reservas. Se o Banco Central comprasse as reservas e não esterilizasse seus efeitos monetários, a injeção de liquidez derrubaria a taxa de juros, aumentando a inflação que naqueles anos era alta. Para evitar este resultado o Banco Central utilizou as operações “compromissadas”, que na definição brasileira integram a dívida bruta, fazendo com que esta tivesse um crescimento que nada tem a ver com os déficits primários. Porém, como o valor em reais do montante gasto pelo Banco Central para acumular reservas é igual ao valor em reais das compromissadas, a dívida bruta teve um crescimento igual ao valor das reservas acumuladas, enquanto a dívida líquida permaneceu constante. Quando há acumulação de reservas, a dívida bruta dá uma visão distorcida do desequilíbrio fiscal, enquanto a dívida líquida fornece o retrato exato.

Devido aos gastos com a pandemia a dívida bruta deverá crescer. A estimativa é que ao final de 2019 chegue próximo de 100% do PIB. Não havia como evitar tal gasto, mas com isso o esforço fiscal para estabilizar a relação dívida/PIB será maior do que antes da pandemia. Admitindo que de 2021 em diante o PIB cresça a uma taxa anual de 2% e que o governo cumpra o teto de gastos, a dívida bruta crescerá até 2029, quando atingiria mais de 110% do PIB, e como aumentou o risco de solvência do governo, tende a aumentar a saída de capitais nos investimentos em carteira. Abordei este assunto em meu último artigo, e enfatizei que a intensidade desta “fuga de capitais” será tanto maior quanto

maior for o grau de expansão fiscal. Já há uma saída de capitais em portfólio, em torno de US\$ 60 bilhões nos últimos 12 meses, mas com grande concentração nos últimos 3 meses.

Suponhamos, agora, que a recessão seja mais profunda do que a queda projetada de 7% do PIB para 2020, o que junto com o desemprego elevado aumente as pressões para o crescimento dos gastos primários, levando ao descumprimento do teto de gastos. O aumento do risco de solvência aceleraria a saída de capitais, e mesmo com um superávit nas contas correntes chegaríamos a um déficit no balanço de pagamentos. Teríamos uma situação perfeitamente simétrica à da acumulação de reservas, mas com o sinal trocado. Se o Banco Central não esterilizasse os efeitos monetários da venda de reservas a taxa de juros de mercado subiria em um momento no qual estamos em recessão profunda. Seria um lamentável erro, e para evitá-lo ele é obrigado a inverter as operações compromissadas, com os títulos públicos retornando à sua carteira própria, o que reduz a dívida bruta.

Caminhemos para um extremo no qual o populismo se instale no governo aliado à fisiologia do Congresso, e que a consequência sejam mais gastos. Quanto maiores forem os estímulos fiscais mais intensas serão a saída de capitais e o déficit na balança de pagamentos, magnificando a queda de reservas, com a contrapartida de uma redução no estoque da dívida bruta no conceito brasileiro. Um economista bem informado saberia que houve uma deterioração da situação fiscal que causou a queda das reservas e da dívida bruta, mas um observador

desinformado – e há muitos em Brasília – julgaria que, afinal, o problema fiscal não é tão sério, dado que a dívida bruta ou está crescendo menos, ou até caindo.

Dependendo da situação do balanço de pagamentos, a dívida bruta é um péssimo indicador da verdadeira situação fiscal do país. Melhor é usar a dívida líquida.

'Muita gente diz que ajuste fiscal durará mais 6 anos, vamos nos preparar', diz Mansueto

Secretário do Tesouro Nacional considerou 'otimista' a estimativa de rombo das contas públicas de R\$ 700 bilhões; para ele, a dívida bruta deve atingir 94% do PIB

Idiana Tomazelli e Anne Warth, O Estado de S. Paulo

05 de junho de 2020 | 22h02

O secretário do **Tesouro Nacional**, **Mansueto Almeida**, alertou nesta sexta-feira, 5, que o processo de ajuste das contas públicas brasileiras deve se estender por todo o período do atual mandato presidencial e do próximo. "Muita gente fala que ajuste fiscal vai durar mais seis anos, vamos nos preparar para isso", afirmou em live promovida pela **Verde Asset Management**.

'O Brasil precisa perseguir superávit para colocar a dívida em queda', disse Mansueto. Foto: Fábio- Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

'Não podemos entrar em briga tola, infantil contra a globalização', diz Mansueto Almeida

Segundo o secretário, **um rombo de R\$ 700 bilhões este ano - equivalente a 10% do PIB brasileiro** -, passou a ser uma "estimativa otimista". Ele admite que o déficit pode ser maior, caso algum dos programas emergenciais para o combate aos efeitos da pandemia do **novo coronavírus** seja prorrogado ou os tributos cujos pagamentos foram adiados pela **União** não sejam recolhidos no segundo semestre.

Ambas as hipóteses podem se concretizar. De um lado, o **governo prevê prorrogar o auxílio emergencial a informais por mais dois meses**, com parcelas de **R\$ 300**, o que teria custo aproximado de **R\$ 50 bilhões**. De outro, o **Congresso** quer **negociar um amplo Refis** para permitir às empresas renegociar débitos tributários acumulados durante o período da crise.

Mansueto defendeu que o governo siga firme na agenda de ajustes e reformas. "O **Brasil** precisa perseguir superávit para colocar a dívida em queda, mesmo que isso aconteça daqui alguns anos", afirmou.

Ele também afirmou que a dívida bruta deve atingir **94% do PIB**, o que é um nível elevado para países emergentes. O déficit nominal, segundo ele, deve atingir

14,5% do PIB, mas pode "tranquilamente" ultrapassar **15%**. Já a dívida líquida deve atingir **68%** do PIB.

Máquina pública

O secretário do Tesouro defendeu a **manutenção do teto de gastos**, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação do ano anterior, como necessário para continuar firme na agenda de ajustes. "O Brasil não precisa fazer nada (adicional) para cumprir teto em 2021", disse. "O teto é a regra, e o **Orçamento** a ser enviado em agosto precisa cumprir o teto", acrescentou.

No entanto, Mansueto disse achar improvável que o governo consiga reduzir o custeio da máquina **em mais de 0,5% ao ano**. "Não tem muito espaço", afirmou. Segundo ele, as despesas com pessoal cresciam 10% ao ano, em média, e o governo vai conseguir reduzir esse índice **para menos de 5% entre 2019 e 2022**.

EPE projeta perda de R\$ 54 bi para União e Estados com combustíveis até 2022

Em caso de retomada da economia ainda em 2020, arrecadação ficaria positiva em R\$ 2 bi; diesel deve ser o menos afetado pelo coronavírus

Denise Luna, O Estado de S. Paulo

05 de junho de 2020 | 09h00

RIO - Estudo da **Empresa de Pesquisa Energética (EPE)** mostra que o impacto na arrecadação sobre o setor de combustíveis por estados e pela **União** pode chegar a uma perda de **R\$ 54 bilhões no acumulado 2020-2022**, se os desdobramentos da pandemia do **novo coronavírus** forem ainda mais intensos e se prolongarem. Se a retomada da economia ocorrer em 2020, a arrecadação já passaria a ser positiva em **R\$ 2 bilhões** no setor em 2022.

Na estimativa de retomada mais longa, os estados sofreriam mais do que a União com a demora maior na volta das atividades econômicas e do fim do isolamento social, **com perda de R\$ 36 bilhões no acumulado até 2022**, enquanto a União teria queda de **R\$ 18 bilhões**. O estudo leva em conta as

arrecadações com **diesel B (com biodiesel)**, **gasolina C (com etanol)**, **etanol** e **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**.

Brasil pode rever acordo automotivo para ampliar comércio com o México

País estuda baixar exigência de conteúdo local para favorecer parceria

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ferraz, secretário de Comércio Exterior: "A agenda comercial não pode parar" — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Em meio a temores quanto ao recrudescimento do protecionismo comercial no pós-pandemia, Brasil e México retomaram neste ano as negociações para um acordo de livre comércio. Em ritmo normal de trabalho, o entendimento pode ser fechado em 12 meses, disse o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz.

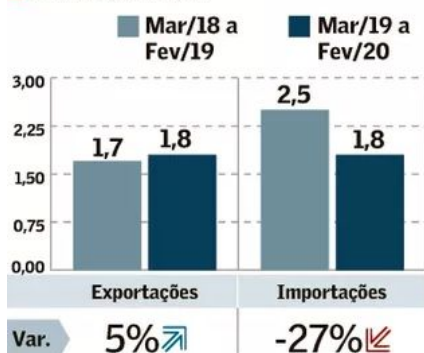
As conversas estão em estágio inicial. No momento, discute-se o grau de ambição do acordo.

Para alcançar o entendimento, o Brasil está disposto a rever o que é hoje o principal entrave para as exportações mexicanas: a exigência de conteúdo local de 40% em automóveis e autopeças. Por causa dessa regra, que faz parte do acordo de livre comércio no setor automotivo assinado há um ano (ver abaixo), as exportações mexicanas para o Brasil caíram, e a corrente de comércio recuou.

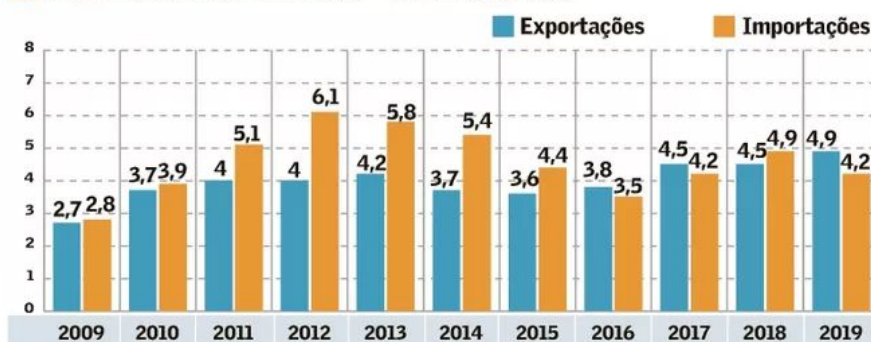
Deteriorou

Comércio automotivo Brasil-México

Em US\$ bilhões



Comércio total Brasil-México - Em US\$ bilhões



Fonte: ComexStat

Os mexicanos têm dificuldade em cumprir esses índices porque sua indústria é mais integrada globalmente. Utiliza mais componentes importados.

“Diminuir a regra de origem é objetivo do governo brasileiro, mas é muito mais para o México”, comentou o secretário.

Os índices de conteúdo local podem retornar ao que eram antes, de 10% a 25%. No entanto, isso seria feito dentro de um processo negociador. “A contrapartida é que queremos exportar mais produtos para o México e chegar a um acordo de livre comércio ambicioso”, afirmou Ferraz.

Além de estabelecer o livre comércio para produtos industrializados, que hoje compõem a maior parte da pauta bilateral, o Brasil quer superar um antigo ponto de resistência mexicano e ampliar o acesso de produtos agrícolas.

A negociação em curso envolve aperfeiçoar, ampliar e colocar num mesmo pacote os dois acordos que o Brasil tem em vigor hoje com o México: os Acordos de Complementação Econômica (ACE) 55 e 53. O primeiro diz respeito ao mercado automotivo. O segundo cobre perto de 40% da pauta do comércio bilateral, mas contempla poucos itens em que a tarifa de importação é zero.

Segundo Ferraz, o diálogo foi destravado em 2019, quando o Brasil concordou em retomar o livre comércio no setor automotivo. Essa era uma espécie de pré-condição para abrir o diálogo, um sinal do real interesse do Brasil em chegar ao entendimento.

O comércio bilateral no setor era livre até 2012, contou o secretário. Naquele ano, diante de um forte incremento na entrada de automóveis mexicanos, o governo brasileiro pressionou pela adoção de um sistema de cotas, que limitaria a entrada de automóveis e peças até 2015. Após isso, o sistema foi prorrogado até março de 2019.

Já sob o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil concordou em acabar com as cotas e retomar o livre comércio automotivo. A exigência de 40% de conteúdo local, no entanto, havia sido negociada em governos anteriores e os mexicanos concordaram em mantê-la.

Com o sinal político dado, os mexicanos pediram um tempo para iniciar as tratativas, pois o governo de Andrés López Obrador estava em seu início. Assim, o diálogo começou efetivamente neste ano. “Há predisposição clara em se engajar nas negociações”, afirmou.

A negociação com o México faz parte da agenda de integração gradual do Brasil no comércio mundial por meio de acordos comerciais. A abertura, disse o secretário, deve ocorrer simultaneamente ao avanço de reformas econômicas.

Na pandemia, o comércio exterior brasileiro se firma como uma alavanca para a retomada, afirmou Ferraz. As exportações do agronegócio fizeram com que o Brasil fosse o país menos prejudicado em seu comércio entre as economias do G-20. Mesmo com uma expectativa de queda de 11,4% nas exportações e 13,6% nas importações, o desempenho do Brasil é tido como positivo, se confrontado com uma estimativa de recuo de 35% no comércio mundial.

“A agenda comercial não pode parar e será importante no processo de recuperação”, disse Ferraz. Mesmo que leve algum tempo até o mercado efetivamente se abrir, a assinatura dos acordos já é suficiente para deflagrar investimentos. O setor privado precisa se preparar com antecedência.

Dos acordos comerciais em negociação, o Mercosul-Canadá é o mais maduro. O secretário acredita que será possível assiná-lo no primeiro semestre de 2021, atraso de cerca de seis meses em relação ao cronograma antes da crise.

Estava bem adiantado também o acordo do Mercosul com a Coreia do Sul. No entanto, as tratativas estão em suspenso, à espera de uma definição da Argentina.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia!
CURAPROST

LINK PATROCINADO

Descoberta de um nutriente ajuda a remover dores nas juntas
FITOCURCUMA

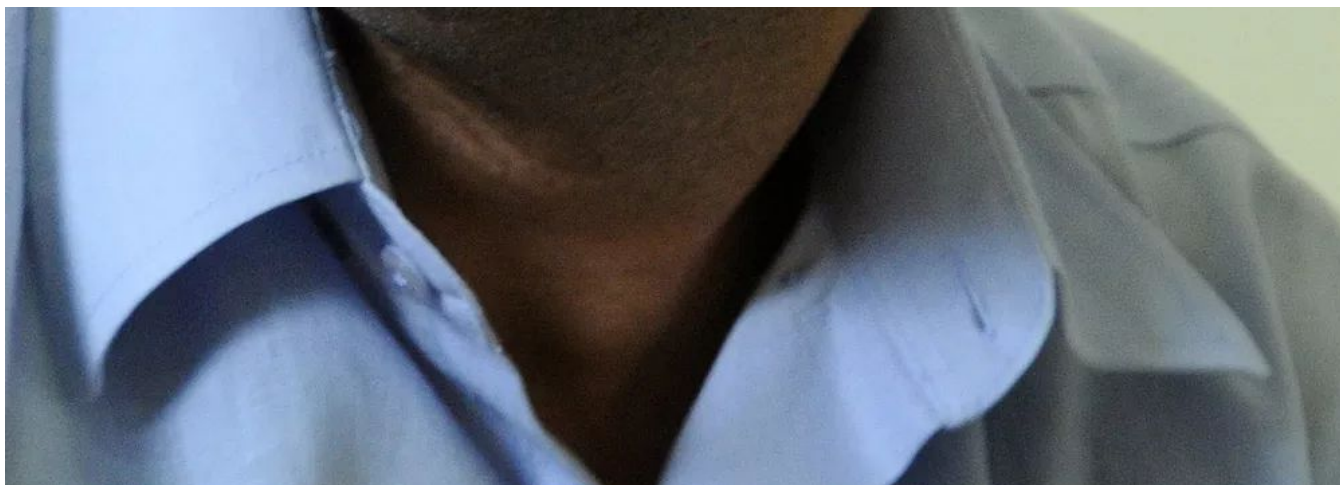
Com retração da economia, IPCA pode ficar abaixo de 1%

Inflação ao consumidor deve fechar o ano no menor nível desde 1933

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





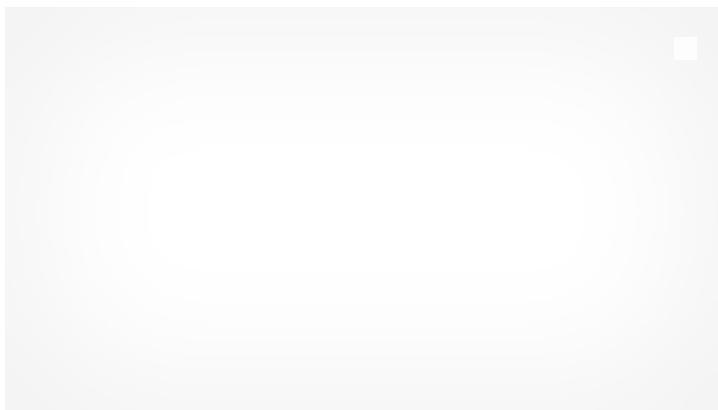
André Braz: economia vai voltar, mas em meio a um desemprego muito alto — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A queda livre do nível de atividade e o alívio na parte de preços administrados podem levar a um cenário de inflação ainda mais baixa do que já está na conta do mercado neste ano. Embora essa visão não seja consensual, alguns economistas preveem alta inferior a 1% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2020, o que seria a menor variação desde o Plano Real, abaixo do 1,65% de 1998. Além disso, a retomada lenta da economia, combinada a uma inércia favorável, deve manter a inflação em patamar tranquilo em 2021.

Os números não são exatamente comparáveis, mas essa seria a menor inflação ao consumidor desde 1933, levando em conta o Índice do Custo de Vida (ICV) do Rio de Janeiro, de 1912 a 1945, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 1946 a 1979, e o IPCA a partir de 1980, de acordo com levantamento de Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Em 1933, na Grande Depressão, houve deflação de 0,9%.

Pelo consenso de mercado do mais recente boletim Focus, do Banco Central, o IPCA vai subir 1,55% neste ano e 3,1% no próximo. Ambas as estimativas medianas estão abaixo da meta inflacionária de cada ano, de 4% e 3,75%, pela ordem. Vários analistas, porém, apostam em números ainda menores.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Desde o início de maio, a XP Investimentos estima alta de 0,7% para o IPCA em 2020, aponta o economista Vitor Vidal, projeção que conta com inflação anual de 0,8% de preços livres e de 0,5% de monitorados. A gasolina deve recuar 8,6% no ano, e há também perspectiva de descompressão para energia elétrica, diz Vidal. A bandeira verde, que deixa as contas de luz livres de cobranças extras, será mantida até dezembro. Além disso, o socorro do governo às distribuidoras deve evitar a necessidade de reajustes maiores ao consumidor

“O cenário é desinflacionário, tanto do ponto de vista de oferta quanto de demanda”, afirma Vidal, que destaca, ainda, a valorização recente do real ante o dólar. “Não ficaria surpreso se a taxa de câmbio fechasse esse mês abaixo de R\$ 5”, diz o economista. Isso reduz o potencial de repasse cambial aos preços.

A deflação de 0,5% prevista para maio “aumenta consideravelmente” as chances de que o indicador oficial de inflação suba menos que 1% no ano, diz André Braz, pesquisador do Ibre/FGV. “Esse cenário vai depender da recuperação da atividade nos próximos meses”, pondera ele.

Ao assumir que a reabertura dos setores será gradual e que, mesmo quando comércio, serviços e indústria estiverem operando com maior normalidade, a taxa de desemprego mais elevada vai manter o consumo enfraquecido, a superintendência de preços do Ibre estima que a inflação acumulada pelo IPCA este ano ficará em 0,87%.

“A economia vai voltar, mas teremos que conviver com um desemprego muito alto”, aponta Braz. “Muitos negócios quebraram, outros vão diminuir. Até todas as atividades retornarem, mesmo que tenhamos alguma pressão de preços, não se sustenta, porque não vai ter demanda”.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, observa que os núcleos de inflação - medidas que excluem ou reduzem o impacto de preços voláteis no IPCA - também caíram abril (-0,01% na média), tendência que deve se aprofundar em maio. “Eles sinalizam comportamento benigno dos preços. Isso é de se esperar numa economia com taxa de desemprego extremamente elevada e capacidade ociosa grande nos serviços e na indústria”, afirma Oliveira, que espera aumento de 0,9% para o IPCA em 2020. “Mas não me surpreenderia se víssemos um número menor”, diz ele.

Além dos preços livres, relacionados à dinâmica da atividade, os itens administrados serão outro vetor de alívio à inflação de 1% prevista para o ano, acrescenta Thiago Pereira, economista-chefe da Macro Capital. Em seus cálculos, o agregado de itens como gasolina, medicamentos, energia elétrica e outras tarifas públicas terá alta de somente 0,9% entre janeiro e dezembro.

Contribuem para o avanço modesto, de acordo com Pereira, a deflação dos combustíveis, que devem ter redução na média do ano, a despeito dos reajustes recentes nas refinarias, e correções menores na tarifa de energia elétrica e nos planos de saúde.

“Temos uma dinâmica muito favorável dos administrados, mas também uma contração de PIB prevista em 8,5% para 2020, que deve levar a uma pressão para baixo dos serviços”, menciona Pereira. Segundo ele, a inflação do grupo que reúne preços como cabeleireiro, empregada doméstica e aluguel será de 1,2% este ano. A

última vez que esses preços subiram perto de 1% foi em 1998 (1,56%) e 1999 (1,35%).

Daniel Weeks, economista-chefe da Garde, elevou sua projeção para a inflação anual de 1,1% para 1,7% por conta da pressão recente da gasolina, mas pondera que a aceleração é temporária. “Foi um ajuste fino. Mas todo o resto dos componentes da inflação estão tranquilos. Essa crise é desinflacionária”, aponta Weeks. “Tudo está ajudando a inflação, não tem nada que atrapalhe”, afirma o economista. “O que poderia gerar alguma pressão, que é o câmbio, voltou bem.”

A trajetória da gasolina, que depende das cotações internacionais do petróleo e da taxa de câmbio, é um risco de alta à previsão de 1,3% para o IPCA do ano, diz Victor Wong, economista da Vinland Capital. Com os reajustes já efetuados pela Petrobras, quase não há defasagem em relação aos preços internacionais e, por isso, não deve haver mais aumentos nos próximos dias, avalia Wong. E o combustível ainda deve recuar na média de maio, sendo uma das principais influências de baixa sobre o IPCA, que deve cair de 0,45% a 0,5% no mês.

A parte de alimentação é outra que pode subir um pouco mais que o previsto, porque as commodities têm aumentado no mercado externo, mas os serviços serão um importante vetor de desaceleração para a inflação anual, observa Wong. A Vinland projeta recuo do PIB de 10% em 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Consumo de gás pode retrair 10% em 2020

Estimativa feita pela consultoria Roland Berger considera uma queda de 19% da demanda do setor elétrico, responsável por mais de 40% do consumo nacional de gás de natural

Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Gás na pandemia

Menor demanda industrial e elétrica puxa queda no mercado de gás

Consumo de gás natural no Brasil - MM m3/dia

	2019	2020*
Industrial	36,97	35,12
Automotivo	6,26	5,82
Residencial	1,27	1,65
Comercial	0,91	0,91
Elétrico	32,57	26,50
Total	77,98	70,00

Participação setorial no consumo de gás natural

	2019	2020*
Industrial	47,4%	50,2%
Automotivo	8,0%	8,3%
Residencial	1,6%	2,4%
Comercial	1,2%	1,3%
Elétrico	41,8%	37,9%
Total	100,0%	100,0%

Oferta de gás natural no Brasil - MM m3/dia



Fonte: Roland Berger. *Projeção Roland Berger

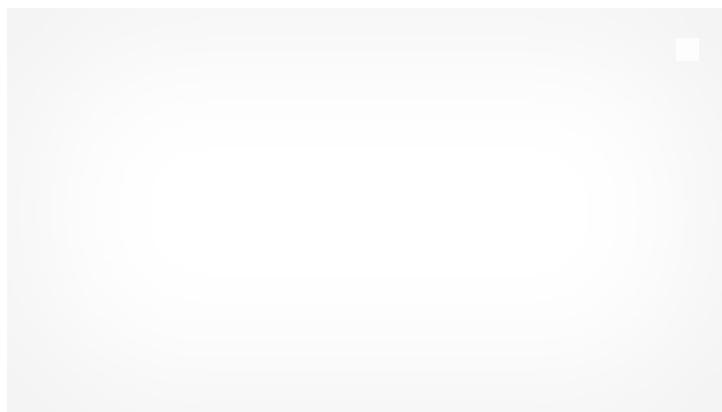
O mercado brasileiro de gás natural deve sofrer uma queda de até 10% em 2020, puxada pela retração das demandas industrial e do setor elétrico, responsáveis por quase 90% do consumo nacional do produto. A estimativa é da consultoria Roland Berger, que fez um estudo mapeando os desafios que a crise da covid-19 impôs à agenda de abertura do mercado de gás e também as oportunidades que surgiram com o novo panorama.

O principal baque vem da geração termelétrica, que pode reduzir seu consumo de gás em 19% neste ano, segundo as projeções. O acionamento das usinas termelétricas caiu nos últimos meses devido à combinação de forte contração do consumo de eletricidade e de uma hidrologia favorável. Desde o início do período de

isolamento social no país, as termelétricas experimentam uma redução média de cerca de 22,5% nos volumes produzidos, aponta a consultoria.

Já para a demanda de gás “não elétrica” (industrial, comercial, automotivo e residencial), espera-se contração de 3,9% em 2020.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A redução do mercado no curto prazo é um dos fatores que podem atrapalhar o andamento da agenda do gás natural, mas não é o único. Todos os elementos considerados essenciais para destravar a demanda reprimida do produto no país - aumento da oferta, redução da participação dominante da Petrobras na cadeia e a expansão da infraestrutura - devem sofrer com a crise.

Do lado da produção, a queda de receita e a pressão por caixa já têm feito com que as companhias reduzam investimentos em exploração e produção (E&P). Além disso, a suspensão temporária dos leilões da ANP adia a entrada de novos agentes produtores. Já em transporte e distribuição, também se espera que as empresas tenham dificuldade para ampliar investimentos na expansão das malhas. Todo esse cenário deve ainda atrasar a contratação de capacidade no gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

“Mas no médio prazo, o ambiente continua bastante favorável para que essa agenda prospere”, destaca Daniel Martins, um dos responsáveis pelo estudo da Roland Berger. “As produtoras vão precisar ter retorno em portfólio e olharão para outras oportunidades além do petróleo; o BNDES vai tentar resolver, junto com o governo, o problema da infraestrutura; e a Petrobras já anunciou plano de desinvestimento das transportadoras, distribuidoras e termelétricas”.

Na ponta do consumo, o especialista acrescenta que a geração termelétrica continuará necessária para garantir a segurança do sistema elétrico brasileiro, sobretudo com o avanço das fontes de energia intermitentes na matriz.

Lançado há cerca de um ano pelo governo federal, o programa Novo Mercado de Gás ainda não se materializou no “choque de energia barata” à indústria. Para dar fôlego a essa agenda e colocá-la no centro da retomada econômica pós-covid, o BNDES foi recentemente alçado ao papel de articulador entre os agentes da iniciativa privada. A ideia é que, até julho, a instituição apresente um plano de ação para destravar o mercado de gás.

Na visão do sócio da Roland Berger, Jorge Pereira, o governo demonstra saber da importância do setor para o país, mas precisa concentrar esforços nas frentes de estabilização regulatória e de redução dos riscos ao investidor. “A atuação do BNDES como um articulador desse mercado é condição necessária, mas não suficiente”. Pereira observa que só a União tem capacidade para comandar os principais passos da agenda do gás e para ditar os rumos da política econômica e cambial. “Hoje, a percepção da situação do Brasil por parte dos investidores é de uma insegurança muito grande”.

“O futuro vai ser diferente, mas não necessariamente ruim. Surgiram novas oportunidades: recomposição de portfólio, maior eficiência no setor extrativo, desenvolvimento da cogeração, integração na cadeia. Mas os agentes têm que se preparar para isso”, afirma Pereira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher vence varizes de forma rápida e choca especialistas em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

10 anos depois, descubra o que destino fez aos 14 filhos da famosa octomãe
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Marido não consegue acreditar quando garçõete lhe passa um bilhete depois que sua esposa sai da mesa

Cresce desconfiança sobre governo Bolsonaro no exterior

Mídia internacional destaca que o Brasil deixou de fornecer dados num momento em que o número de mortes pela covid-19 é crescente

Por Assis Moreira — De Genebra

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A atitude do governo brasileiro de alterar a política de divulgação dos dados sobre a covid-19 ampliar a desconfiança internacional em relação ao presidente Jair Bolsonaro, em meio ao crescimento do número de mortos no país.

Oficialmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou ontem que “não tem comentários sobre a questão”. Mas não será surpresa se o diretor-geral da entidade, Tedros Adhanom Ghebreyesus, observar nesta segunda-feira, na entrevista coletiva tradicional sobre a pandemia, que qualquer estratégia contra a covid-19 tem que ser baseada em estudos científicos e que, para isso, é preciso ter dados precisos.

A OMS trabalha com os dados fornecidos pelos países e necessita ter certeza de que eles são fornecidos corretamente, diz uma fonte. O regulamento sanitário internacional da OMS requer que um país membro forneça informações no prazo de 24 horas sobre casos como o da covid-19. No caso do Brasil, as informações são enviadas via OPAS, braço da OMS nas Américas.

A argumentação do governo brasileiro sobre uma eventual manipulação do número de mortos por governadores é considerada “ridícula”, porque o sistema de notificação de óbitos do Brasil é considerado muito bom.

A postura de Bolsonaro atropela o que os EUA - e por tabela, o Brasil - têm cobrado da OMS no caso da China: transparência. Na verdade, a China chegou a revisar dados sobre o número de mortes. Mas o resultado foi um aumento de 50% no total de vítimas em Wuhan, a cidade chinesa central no epicentro da pandemia global, em um determinado período. Segundo Pequim, a revisão foi por causa da capacidade insuficiente de admissão e tratamento no pico do problema.

Na imprensa internacional, as manchetes sobre o tema variam da BBC de Londres, que realça que o Brasil removeu os dados do covid quando o número de mortos é crescente, até a televisão suíça, que informa que o Brasil tornou os dados "invisíveis". E a France24h, televisão internacional francesa, diz que o Brasil está escondendo os dados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Se você é fã da banana, leia estes fatos sobre ela; o número 5 é muito interessante e poucas pessoas sabem
DIÁRIO OCULTO

Covid tira impasses tributários da pauta do STF

De seis processos que envolvem R\$ 577 bi, cinco saíram da agenda do primeiro semestre no Supremo

Por **Luísa Martins** — De Brasília

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli: agravamento da pandemia da covid-19 modifica o calendário de julgamentos da corte — Foto: Divulgação

A pandemia de coronavírus no país alterou os planos do Supremo Tribunal Federal (STF) de pôr fim a impasses tributários que poderiam impactar as contas da União em cerca de R\$ 577,3 bilhões pelos próximos cinco anos. Dos seis processos de interesse do Ministério da Economia que haviam sido incluídos na pauta do primeiro

semestre, cinco foram retirados, sem previsão de nova data. O outro representou vitória de R\$ 14,9 bilhões para o governo federal- apenas 2,5% da estimativa total prevista.

Em entrevista ao **Valor** em 2 de março, quando o Brasil registrava apenas dois casos de Covid-19, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, disse que a agenda tributária seria sua prioridade ao longo do ano. Ele queria deixar a presidência da Corte, o que ocorre em setembro, sem pendências quanto a esses processos, cuja falta de definição ainda gera insegurança jurídica.

Porém, com o agravamento da crise sanitária - o número de casos confirmados já se aproxima de 700 mil - e a intensificação das demandas judiciais relacionadas a ela, Toffoli se viu obrigado a reajustar o calendário. O único caso solucionado foi julgado no plenário virtual, plataforma em que os ministros depositam seus votos por escrito, sem debate público. A expectativa de destravar 34 mil processos paralisados nas instâncias inferiores foi reduzida a 2.109.

Um dos casos mais esperados do ano, agora sem data para voltar à pauta, era o recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da Cofins. Previsto para 1º de abril, o julgamento sanaria ao menos duas dúvidas: se a decisão tomada em 2017 pelo plenário da Corte só vale para casos futuros ou se deve retroagir; e se o valor do imposto a ser suprimido é o destacado na nota fiscal ou o efetivamente pago pelo contribuinte. A definição pode ter impacto fiscal de até R\$ 229 bilhões em cinco anos e influenciar o desfecho de 9 mil processos.

Também foi retirado da agenda o recurso sobre a sistemática não cumulativa do PIS incidente sobre o faturamento das pessoas jurídicas prestadoras de serviços, com impacto de R\$ 287 bilhões em cinco anos e em 432 processos em outras instâncias. O julgamento teve início em 2017, mas foi interrompido por pedido de vista. Já há maioria favorável à União. Esse caso deve ser levado em breve ao plenário virtual.

Outro caso importante para o governo é o que discute se as empresas devem ou não deixar de pagar contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade. O governo calcula que a manutenção da medida lhe custará R\$ 6 bilhões em cinco anos - e defende que o valor não tem natureza remuneratória, já que a funcionária

fica afastada do trabalho. Em outros tribunais, mais de 6,7 mil ações judiciais aguardam essa decisão, que deveria ter sido proferida em 2 de abril.

Ficou ainda de fora da pauta a análise do recurso que discute os efeitos da decisão do STF que autorizou o desconto, nas folhas de salário, das contribuições para o Sistema S. O julgamento ocorreu há sete anos, mas ainda gera dúvidas nos tribunais - prova disso são os 1.157 processos parados em outras instâncias. As contribuições atualmente pagas ao Sebrae, à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e de Investimentos (Apex), à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) somam R\$ 6,3 bilhões por ano. O julgamento estava marcado para 30 de abril, mas ainda não foi reagendado.

Por fim, o Supremo decidiu adiar o julgamento sobre a inclusão do IPI na base de cálculo do PIS e da Cofins recolhidos por montadoras de veículos em regime de substituição tributária.

Com impacto de R\$ 8,9 bilhões em cinco anos e potencial de resolver 3,5 mil ações judiciais trancadas, esse era um dos últimos temas tributários do primeiro semestre: Toffoli havia marcado a análise do caso para 27 de maio, mas cancelou para abrir espaço às pautas relacionadas à pandemia de coronavírus.

Do planejado de março até aqui, apenas um recurso recebeu a atenção do plenário. Os ministros decidiram, por 6 a 4, que é constitucional a cobrança da contribuição para o Funrural incidente sobre a produção de segurados especiais.

Ainda cabe recurso, mas a tese fixada pelo Supremo alivia o governo federal, que estimava arrecadar R\$ 2,9 bilhões a menos por ano se o resultado tivesse sido favorável ao autor, um produtor rural de Santa Catarina (SC). A decisão fez andar 2.089 processos que estavam parados na Justiça.

Além das pautas de interesse da União, questões envolvendo tributos estaduais e municipais também foram deixadas de lado para dar lugar às ações sobre a Covid-19 que demandavam urgência. Ainda não há nova data, por exemplo, para o plenário decidir se é possível ampliar a lista de serviços sujeitos à incidência de ISS. Dos processos previstos de março até aqui, só houve fixação de tese em um caso:

aquele em que o Supremo entendeu que o ICMS não incide sobre demanda de energia elétrica, apenas sobre o consumo.

Responsável pela gestão da pauta, Toffoli deve decidir na semana que vem, quando volta de licença médica, se vai incluir na agenda do segundo semestre os processos tributários pendentes. Em março, ele disse ao **Valor** que os tribunais locais não destravam os processos parados até que se julguem todos os recursos no STF. “Então é sempre importante encerrar esses casos.”

Em nota, a PGFN afirmou que o remanejamento da pauta do STF é uma “medida de sensibilidade” do tribunal diante do cenário delicado da pandemia e que as discussões sobre temas tão relevantes “merecem ser tratadas em ambiente de normalidade social e institucional”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher vence varizes de forma rápida e choca especialistas em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

10 anos depois, descubra o que destino fez aos 14 filhos da famosa octomãe

DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Marido não consegue acreditar quando garçõete lhe passa um bilhete depois que sua esposa sai da mesa

FREE HUB

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia!

CURAPROST

Câmara tende a votar PEC que prorroga prazo do Fundeb

Aumento da participação da União deve ser atenuado

Por **Marcelo Ribeiro** — De Brasília

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Maia: temor é que proposta fique para eventual análise no segundo semestre e seja engolida por calendário eleitoral — Foto: Najara Araujo/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem sinalizado a aliados que pretende colocar a proposta de emenda constitucional (PEC) que

prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em votação até o final deste mês.

Com a decisão, o parlamentar abre exceção para uma regra, estabelecida quando as votações do plenário passaram a ser remotas, de que evitaria analisar emendas à Constituição neste período.

A ideia inicial era que a PEC do Orçamento de Guerra, que cria orçamento para ações de combate ao coronavírus, seria a única emenda constitucional analisada. No entanto, segundo fontes, o temor de Maia é que a PEC do Fundeb fosse deixada para uma eventual análise no segundo semestre, quando os números do novo coronavírus devem ser menos alarmantes, e depois fosse engolida pelo calendário eleitoral.

O Fundeb nos seus moldes atuais expira no fim deste ano. Por isso, o presidente da Câmara conversou com a relatora da proposta, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), e decidiu pautar. Ao **Valor**, a relatora afirmou que está elaborando um novo projeto, que será protocolado ainda nesta semana. Das alterações em seu parecer, a principal deve ser a proposta de um aumento “mais gradativo” da participação da União no Fundeb até chegar a 20% em 2026. Um dos fatores que motivou a relatora é a queda da arrecadação por causa da pandemia.

Inicialmente, a proposta sugeria que a participação da União subiria de 10% para 20%, de forma escalonada. Nessa versão, em 2021, a complementação da União para o fundo subiria dos atuais 10% para 15%. Esse percentual subiria um ponto percentual por ano, até atingir 20% em 2026.

Maia tem conversado com parlamentares ligados à área para discutir o percentual de complementação da União. Um deles é o deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), que presidiu a comissão da Educação em 2019. “Vamos trabalhar com a transição, mas não vamos mexer com o percentual de 20%. Teremos uma nova curva de crescimento para chegar aos 20% se ajustando com a realidade fiscal do momento”, afirmou Cunha Lima.

A necessidade da aprovação imediata da PEC também é defendida pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que destaca que a crise sanitária tem se transformado “em

uma crise socioeconômica de grandes proporções”. “Nossas mazelas e dificuldades estão não só sendo escancaradas, como estão sendo aprofundadas. E não é diferente com a educação. Com a recessão e a queda de arrecadação que se aproximam, a aprovação do Novo Fundeb se faz ainda mais urgente”, diz. “O Fundeb está longe de ser um tema alheio ao coronavírus. Precisamos dele e de uma mudança na rota da educação”.

Ao argumentar a importância de se votar o texto rapidamente, Dorinha explica que, após a votação da PEC, ainda será necessária a apreciação de um projeto de lei de regulamentação para definir, por exemplo, os critérios de distribuição dos recursos. As duas propostas precisam ser analisadas nas duas Casas ainda em 2020 para que o Fundeb não corra riscos.

Criticado por Maia e parlamentares, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, permanece afastado das discussões sobre a prorrogação do Fundeb. “Nunca fui procurada pelo ministro Weintraub. Ele continua com síndrome de Dom Quixote, isolado”, afirmou Dorinha. “Sempre que fui chamada, estive no Ministério da Economia. No caso do MEC, não me falta disposição em conversar, mas não tem como conversar sozinha”.

Apesar de estarem se aproximando do governo, parlamentares do Centrão devem ignorar a resistência de Weintraub ao novo Fundeb e pretendem apoiar a aprovação do texto. Além de entenderem a urgência do tema, deputados do bloco alegam que a nova aliança com o Planalto “passa bem longe de Weintraub”, que tem pouco prestígio no grupo.

Paralelamente, parlamentares protocolarão nesta semana um projeto para a criação de um auxílio emergencial de R\$ 31 bilhões a Estados e municípios para ações voltadas à educação básica durante o estado de calamidade pública, vigente até dezembro de 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher vence varizes de forma rápida e choca especialistas em Salvador

VARIZERO

Estado de calamidade precisa ser estendido, diz procuradora

Especialista em contas públicas diz ainda que teto deve ser revisto

Por **Fabio Graner** — De Brasília

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



A calamidade pública decretada pela União precisa ser prorrogada para 2021. E o teto de gastos também precisará ser revisto porque o governo não poderá, no ano que vem, usar o argumento de imprevisibilidade para abrir créditos extraordinários e ampliar despesas, de modo a garantir que Estados e municípios consigam prestar seus serviços básicos. A opinião é da procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane Pinto.

Em entrevista ao **Valor**, a especialista em finanças públicas alerta ainda que esse tema precisa ser discutido agora porque os orçamentos de 2021 já estão começando a ser pensados, em um quadro de alta imprevisibilidade e de forte perda de arrecadação.

Élida lembra que o próprio projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União para 2021 reconhece essa imprevisibilidade, ao eliminar na prática a meta de resultado primário, mas, avalia ela, é preciso ir além e já incorporar nessa discussão a prorrogação da calamidade e, de outro lado, a revisão do teto constitucional de despesas.

A procuradora enfatiza o conceito de “segurança fiscal”, que se refere à garantia de recursos suficientes para se manter a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, coleta de lixo, segurança e manutenção de serviço prisional. “A projeção de arrecadação tributária é tão instável que a gente vai precisar rever o teto. E vai ter que se endividar. Não tem que ter esse constrangimento em relação à expansão da dívida nesse momento. Até para dar uma resposta sustentável ao mercado. Quem com o mínimo de racionalidade vai se expor à atividade econômica, à reabertura, se a gente está com pico de contaminação exponencial?”, comenta. “Não se pode interditar a discussão. A âncora do teto é impraticável, não é consonante com a Constituição”.

Para ela, governadores e prefeitos estão sendo empurrados para a reabertura das atividades por conta da “impossibilidade fiscal de manterem o isolamento necessário”, mas isso não deve significar uma retomada econômica que garanta receitas suficientes para a prestação de serviços. É como se o governo federal, ao limitar seus repasses de recursos para os entes, que estão muito abaixo do

prometido mesmo para a área de saúde, forçasse indiretamente governadores e prefeitos a deixarem suas políticas de quarentena para elevar suas receitas e tentar manter serviços essenciais. Mas, para a especialista, com poucas chances de êxito a ponto de dispensar a ajuda federal, inclusive no próximo ano.

“Enquanto não houver capacidade de se ancorar a própria arrecadação tributária, não adianta colocar um garrote só no lado das despesas quando algumas delas são absolutamente inadiáveis, incomprimíveis, na federação. O teto da União literalmente impossibilita o financiamento via dívida desses serviços públicos essenciais nos municípios. Se a própria União não consegue quantificar a perda da arrecadação, imagina os Estados e Municípios. E se não houver financiamento federal, simplesmente não haverá a prestação de serviços”, afirmou ela, apontando que se desenha um cenário de greves de servidores, inclusive da área de saúde, o que seria particularmente grave em meio a essa pandemia.

Élida recentemente levou ao Ministério Público Federal (MPF), junto com o economista José Roberto Afonso, representação com dados que mostravam que até 27 de maio apenas 6,8% dos recursos disponíveis foram gastos e os repasses aos Estados e municípios foram drasticamente reduzidos a partir da segunda quinzena de abril.

Com base nesse material, o MPF abriu inquérito para apurar a utilização do orçamento destinado ao combate ao novo coronavírus pelo Ministério da Saúde. “O estudo evidencia possível ineficiência da União para enfrentar os desdobramentos da covid-19 na área da saúde em, ao menos, três aspectos: pouca utilização dos recursos previstos para despesas - especialmente nos de aplicação direta pelo Ministério da Saúde -, demora na liberação de recursos aos demais entes federativos e pequena participação da União no custeio da saúde, em relação ao financiamento total assumido pelos entes federativos”, disse o MPF ao anunciar a abertura da investigação.

Dados do portal do Tesouro Nacional para o monitoramento de gastos da covid-19 mostram que os pagamentos de saúde para a pandemia estavam em R\$ 10,5 bilhões até a última sexta-feira.

A procuradora avalia que, com a arrecadação em “derrocada”, se coloca em risco também o atingimento dos pisos de gasto com saúde e educação pelos Estados. Para ela, mesmo o socorro de R\$ 60 bilhões da União para Estados e municípios, aprovado em maio, é insuficiente dada a situação de queda da economia e perda de receitas. “Há risco de anomia [falta de capacidade de prestação] de serviços essenciais. A gente não tem sustentação tributária”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!

FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

10 anos depois, descubra o que destino fez aos 14 filhos da famosa octomãe

DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.

FREE HUB

LINK PATROCINADO

"Uma dúzia de homens morreram lutando pelo seu amor" - Princesa Qajar da Pérsia

JOL

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Mourão diz que atos contra governo são ‘abuso’, estimula repressão a protestos e critica ministro do STF

Expectativa de retomada lenta derruba projeções para 2021

Com elevado nível de ociosidade na economia, inflação pode ficar em cerca de 2,5% no próximo ano

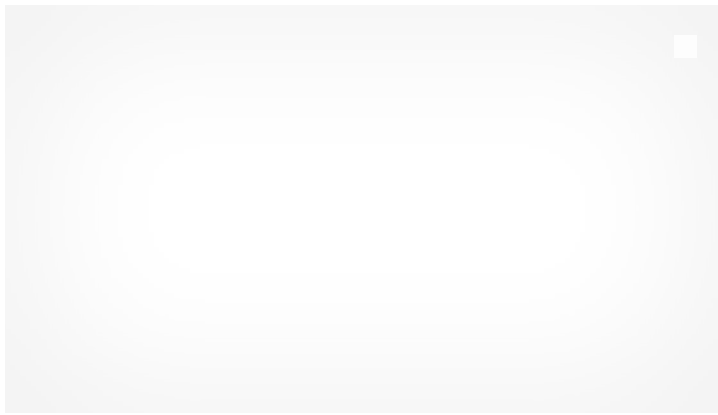
Por **Arícia Martins** — De São Paulo

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A forte derrocada da atividade econômica esperada para este ano já está derrubando projeções de inflação para 2021. Como a retomada após a crise deve ser lenta, a ociosidade na economia deve continuar elevada por mais tempo, o que reduz pressões de demanda e sinaliza alta do IPCA abaixo da meta também no próximo ano, avaliam economistas.

Essa é a visão de Daniel Weeks, economista-chefe da Garde, que reviu recentemente de 2,7% para 2,4% a estimativa para a inflação do ano que vem. A meta a ser perseguida pelo Banco Central no período é de 3,75%. Com a expectativa de retração de 5,5% do PIB em 2020 e expansão de 3% em 2021, o hiato do produto (uma medida de capacidade ociosa na economia) vai se manter bastante aberto no próximo ano, diz Weeks, e assim o ambiente inflacionário seguirá tranquilo, reforçando a necessidade de queda adicional na Selic. “Estamos discutindo se o juro vai para 1,5% [ao ano].”

“O hiato vai continuar bem aberto, o que afeta as projeções para 2021”, concorda Victor Wong, economista da Vinland Capital, que prevê aumento de 2,5% para o IPCA no ano. “Vemos o PIB voltando ao patamar pré-crise só entre o final de 2022 e o início de 2023”.



Ads by Teads

Devido ao cenário de recuperação gradual da atividade e às revisões para baixo nas projeções inflacionárias do mercado para o ano que vem, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve reduzir a Selic além do 0,75 ponto adicional aguardado para a reunião de junho, avalia Wong. Após corte nessa magnitude em maio, a taxa foi para 3% ao ano.

“Teremos desemprego mais alto e ociosidade maior na economia como um todo. Nesse processo, a inflação não se recupera tão rapidamente como ocorreria numa economia mais aquecida”, afirma Thiago Pereira, economista-chefe da Macro Capital, que também trabalha com alta de 2,5% para o IPCA em 2021. Pereira destaca que boa parte do crescimento de 4% projetado para o PIB no período virá da herança estatística deixada por 2020. A retomada econômica no próximo ano será fraca, ressalta.

Além do ambiente de demanda enfraquecida, a inflação comportada de 2020 é outro fator que ajuda a manter os repasses aos preços em nível modesto, acrescenta Pereira, devido a uma inércia favorável. Se, em anos como 2014 e 2015, a inflação do ano anterior determinou reajustes mais elevados no ano seguinte, o fenômeno agora é inverso. “A inércia jogava a inflação para cima e, agora, é para baixo. E as expectativas estão muito ancoradas”, o que também contribui com o quadro ausente de pressões esperado para 2021, acrescentou o economista.

Em revisão de cenário divulgada na sexta, o Itaú Unibanco cortou em 0,2 ponto percentual, para 2,8%, a projeção para a alta do IPCA em 2021. “Tendo em vista a magnitude do hiato do produto e o tempo necessário para seu fechamento, não vemos, no momento, risco significativo de inflação de demanda ao longo do próximo ano”, afirmou o banco, que mencionou também a inércia favorável e

expectativas ancoradas como influências de baixa na dinâmica de preços. “O cenário para a inflação segue benigno, e a inflação baixa deste ano deve se propagar adiante.”

Para André Braz, economista do Ibre/FGV, o represamento de preços administrados este ano pode adiar reajustes para o ano que vem, levando a uma inflação um pouco mais elevada no período. O maior risco a um cenário de preços bastante comportados também em 2021, no entanto, seria uma recuperação mais significativa da atividade, avalia.

“Depois de um tombo grande do PIB, podemos nos recuperar mais rapidamente e isso pode gerar um desafio para o cenário de preços. Mas tudo depende da resposta do mercado de trabalho.”

Segundo o Itaú, mesmo com crescimento de 3,5% previsto para 2021, o PIB brasileiro ainda estará abaixo do nível pré-pandemia ao fim do próximo ano. Já o desemprego deve seguir elevado, estima o banco, que prevê 13,9% para a taxa de desocupação na média anual de 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher vence varizes de forma rápida e choca especialistas em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

10 anos depois, descubra o que destino fez aos 14 filhos da famosa octomãe
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!
FOREVER-MOM

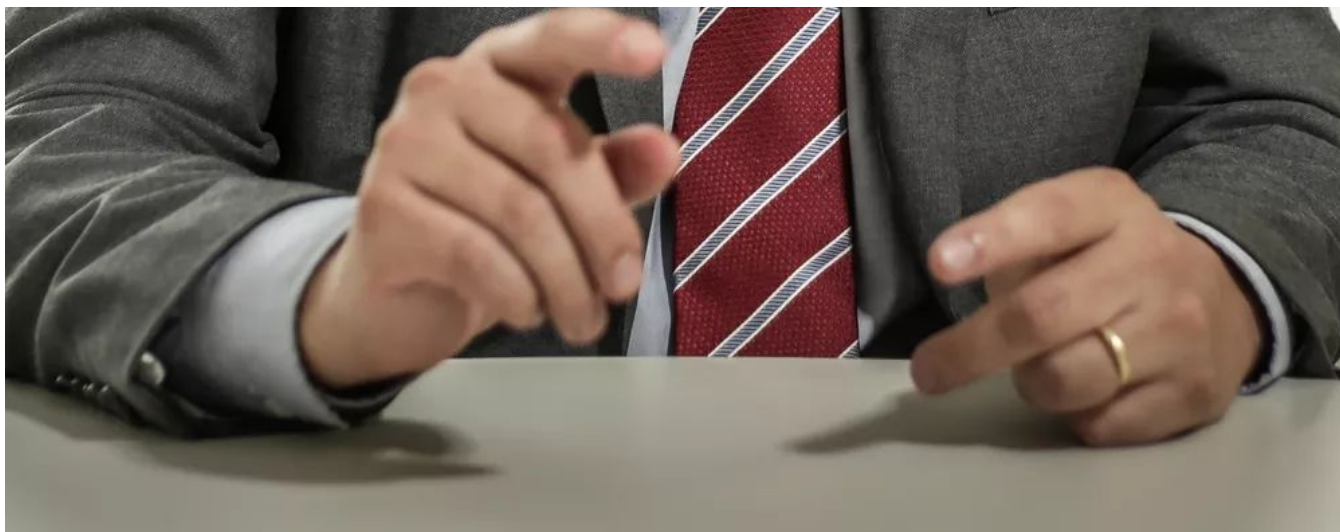
Fazenda Nacional estuda abrir nova transação de débitos

Medida é voltada para empresas que comprovarem queda no faturamento por pandemia

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





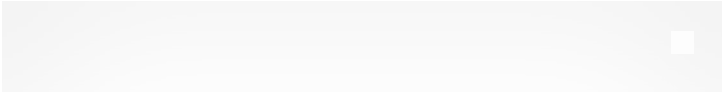
João Grognet: empresa afetada pela pandemia poderá aderir à medida — Foto: Andre Coelho/Valor

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) trabalha em uma nova portaria para permitir a negociação entre o órgão e devedores inscritos na dívida ativa. A ideia é que a norma seja publicada ainda neste mês para que contribuintes - empresas, pessoas físicas, Estados e municípios - já possam aderir a partir de julho.

Será a segunda para o período de pandemia. A diferença é que agora será oferecido desconto sobre multas e juros e parcelamento mais amplo. O primeiro parcelamento para a pandemia foi criado em abril e cerca de 17 mil contribuintes participaram da transação extraordinária. A PGFN tem R\$ 7 bilhões a receber com os acordos feitos.

A ideia é manter a mesma entrada, de 1% do valor total, percentual que pode ser parcelado em até 12 meses, além de desconto de até 100% de multas e juros. No entanto, só poderão participar setores ou entes que tenham sido afetados pela crise, o que poderá ser observado pela comparação entre o fluxo de caixa de 2020 e 2019. Devedores com débitos considerados irrecuperáveis também podem aderir.

PUBLICIDADE



O limite de prestações geral é de 84 (o que inclui as 12 iniciais) ou 145 para pessoa física, microempresa ou de pequeno porte, Santas Casas, sociedades cooperativas, instituições de ensino e demais organizações da sociedade civil. A adesão não é autorizada se o acessório superar 50% do débito total.

“Vamos olhar para a capacidade de pagamento de cada pessoa, quanto sua receita foi deprimida desde março”, afirma João Grognet, coordenador-geral de estratégia de recuperação de créditos da PGFN. Pode ser transacionado qualquer débito inscrito na dívida ativa, com exceção de multa criminal e das empresas no Simples Nacional - que dependem de lei complementar.

No começo da pandemia ainda não era possível saber quais setores enfrentariam dificuldades econômicas e quais conseguiriam manter ou aumentar seu fluxo, segundo a procuradoria. No novo modelo, no momento de adesão, o contribuinte deverá informar a receita bruta e compará-la a de 2019. A PGFN vai estimar a capacidade de pagamento e aplicar o desconto, será considerada a queda na receita bruta por causa da pandemia.

“Qualquer empresa que está na dívida ativa e teve a capacidade de pagamento afetada pela pandemia poderá aderir”, afirma Grognet. De acordo com o procurador, a intenção da transação é garantir a retomada das empresas e a manutenção dos empregos. Contribuintes que aderiram às outras portarias sobre transação poderão migrar para essa se a considerarem mais favorável.

A transação tributária surgiu no fim de 2019 com a Medida Provisória nº 899, de 2019, a MP do Contribuinte Legal, convertida na Lei nº 13.988. Duas portarias trouxeram as regras para a transação em abril, a 9.917 e a 9.924. A primeira tratava das normas gerais. Só podiam participar os contribuintes que estivessem em situação cadastral que indicasse a irrecuperabilidade dos créditos em dívida ativa ou que já tivesse o CNPJ baixado. A portaria 9.924, de 2020, estabeleceu pela primeira vez condições para a transação em função dos efeitos da pandemia.

Segundo Tathiane Piscitelli, professora de direito tributário da FGV Direito SP, a transação ajuda nesse momento de crise, mas alguns pontos ainda precisam ser

aperfeiçoados. Para ela, da forma como vem sendo feita, a transação seria, na verdade, um parcelamento, pois não permite uma negociação caso a caso, já que tem regras prontas sobre descontos e prazos. “A transação tem um pressuposto de concessão mútua de parte a parte para chegar a um acordo quanto ao valor a ser pago, aqui não tem concessão”, afirma.

“É oportuno na crise da covid porque de fato você permite que o contribuinte dê uma entrada muito baixa mas, de outro lado, é um parcelamento concedido sem previsão legal específica. Mas ninguém vai questionar isso, já que é favorável aos contribuintes, como deve ser nesse momento”, diz.

Diferentemente dos Refis, na transação, a PGFN pode barrar algum contribuinte que tenha condições de pagar sem os descontos oferecidos. Segundo a professora, essa margem de discricionariedade pode ser perigosa no futuro. “Agora está tudo bem, mas qual será o critério amanhã?”, questiona.

De acordo com André Teles, sócio do escritório Ferraresi Cavalcanti, a primeira transação da pandemia foi interessante para as empresas, mas a expectativa era de condições mais agressivas para as empresas negociarem em razão do cenário atual. “Veio em boa hora, mas não é o suficiente”, afirma. Segundo o advogado, no momento, as empresas já estão sufocadas pela falta de capital para conseguirem pagar os parcelamentos.

A PGFN tomou outras medidas durante a pandemia, como prorrogar os prazos de vencimento das parcelas mensais dos programas de parcelamento e suspender a rescisão por falta de pagamento. Também foi prorrogado por 90 dias o prazo de validade das certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa e das certidões positivas com efeitos de negativas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulher vence varizes de forma rápida e choca especialistas em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

Kanczuk vê limites diferentes para o juro

Será preciso fazer contas e verificar, entre outras coisas, como o programa de renda emergencial afeta o lado da oferta da economia

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Fabio Kanczuk, tem sido chamado de dovish (mais inclinado a baixas dos juros básicos da economia) nos últimos dias porque afirmou que o limite de 2,25% ao ano para a taxa Selic não está escrito na pedra. Mas isso não quer dizer, necessariamente, que ele apoia uma queda dos juros, hoje em 3% ao ano, abaixo desse percentual. No entendimento dele, há fatores que podem restringir o estímulo. Esse é o debate em aberto no Comitê de Política Monetária (Copom).

O grau de ociosidade da economia aumentou muito depois que o Brasil foi atingido pela pandemia, mas pode não ser tão gigantesco como muitos acreditam. Será preciso fazer contas e verificar, entre outras coisas, como o programa de renda emergencial afeta o lado da oferta da economia. A melhora recente dos mercados, por outro lado, não é garantia de que os dilemas do “effective lower bound” tenham sido superados nem de que a taxa neutra de juros da economia tenha recuado a patamares mais confortáveis.

Selic abaixo de 2,25% depende de hiato e risco fiscal

Kanczuk não é o único no Copom que vem afirmando que o limite de baixa de juro, o chamado “effective lower bound”, não é tão rígido. O próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse várias vezes que esse é um número “dinâmico”. Por isso, não se pode excluir a hipótese de a taxa cair abaixo de 2,25%.

Para entender as discussões no Copom, é importante recapitular o que Kanczuk vem dizendo. Ele tem uma interpretação diferente dos demais membros do Copom do “effective lower bound”. Não concorda, inclusive, com o uso dessa expressão para a situação atual do Brasil. Para ele, esse é um conceito corretamente usado quando os juros chegam a um patamar em que, passando dele, começam a ter efeitos contrários ao esperado na inflação. Em vez de acelerar a inflação, desaceleram. Kanczuk está convicto que, baixando os juros, a inflação vai se acelerar. É por isso que ele diz que não há um limite escrito na pedra para os juros. Se for preciso estimular a economia para cumprir as metas de inflação, a Selic será efetiva para isso.

Isso significa que Kanczuk defende que, nas condições atuais, os juros devem cair abaixo de 2,25% ao ano, aproximando-se de zero? Até agora, ele não disse isso, pelo menos explicitamente. Ele vem apontando dois tipos diferentes de limites para a baixa de juros. Primeiro, o Banco Central deve pesar um “trade off” entre estabilidade financeira e estabilidade monetária. Segundo, mesmo que esse “trade off” não impeça novos estímulos, é preciso verificar se é preciso mesmo baixar os juros para levar a inflação para a meta. Nessa reflexão, deve-se ponderar como a crise atual afeta o chamado hiato do produto e a taxa de juros neutra da economia.

Kanczuk argumenta que o Brasil sempre teve juros altos, que superavam em muito a soma dos juros americanos e o risco Brasil. Quando o Brasil se aventura para níveis abaixo do risco país (o juro americano é quase zero), ele teme que esse estímulo se transmita com mais força para a taxa de câmbio. Uma desvalorização cambial mais abrupta, pondera, é uma ameaça para o balanço de empresas endividadas em dólares - e um risco para a estabilidade financeira. O ponto central desse argumento, portanto, é que o BC pode se ver impedido de baixar o juro se os riscos à estabilidade financeira forem pronunciados, mesmo que o estímulo seja necessário para levar uma inflação muito baixa para a meta.

A questão: a melhora recente nos mercados, que fez o risco país cair para 201 pontos na sexta-feira, elimina as preocupações com esse trade off entre as estabilidades financeira e monetária? Kanczuk tem relativizado essa melhora. Numa live, disse que o BC já contava com alguma melhora nos mercados. Então, parte da melhora dos mercados já havia sido considerada pelo Copom para avaliar o “trade off” entre as estabilidade financeira e monetária.

Mais importante: Kanczuk tem lembrado que esses indicadores de mercado, como o CDS, são precários e nem sempre medem bem o risco país, seja por falta de liquidez ou por uma certa miopia dos preços. Como uma medida alternativa de risco país, ele tem citado as projeções para a dívida em relação ao PIB, que aumentaram muito. A verdade deve estar entre os preços de ativos e a expectativa para a trajetória da dívida em relação ao PIB. Ou seja, o risco país pode não ter caído tanto como sugere indicadores do mercado, alterando menos, do que à primeira vista aparenta, o “trade off” entre as estabilidades financeira e monetária.

Se o “trade off” entre estabilidade financeira e monetária permitir cortes de juros, porém, há o cálculo de quanto é possível baixar dentro da lógica do regime de metas de inflação. Esse é um ponto ignorado por muitos nas falas recentes de Kanczuk. Ele, de fato, disse que não considera que 2,25% seja um limite no “effective lower bound”. Mas disse que 2,25% era o máximo que o Copom calculou, na sua reunião de maio, que então era possível chegar com o juro, considerando o nível de ociosidade e a taxa neutra.

Como esses fatores estão evoluindo, a uma semana da reunião do Copom? Kanczuk tem alertado que o choque do coronavírus afeta o hiato do produto por dois lados, o da oferta e o da demanda. O consenso do mercado é que o PIB vai cair 10% no segundo trimestre. Mas isso não se traduz num hiato do produto 10 pontos percentuais maior. Ele tem lembrado, por exemplo, que o programa de renda emergencial do governo incentiva trabalhadores a postergar a oferta de mão de obra. Uma evidência de que o hiato do produto não é tão grande é que as expectativas de inflação não caíram dramaticamente. Kanczuk tem lembrado que tem que haver uma correspondência entre hiato do produto e projeções de inflação, que no fim das contas refletem o nível de ociosidade atual da economia.

Sobre a taxa neutra de juros, o raciocínio é também sobre risco fiscal. A melhora dos mercados, com recuo do risco país, indica uma queda no risco fiscal. Mas a alta das projeções para a dívida sobre o PIB aponta uma direção contrária. Na visão de Kanczuk, há pontos de um lado e de outro que vão determinar se, no fim, há espaço ou não para levar os juros abaixo de 2,25% ao ano e se vão se aproximar de zero.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas quando ela olha mais de perto, ela imediatamente chama a polícia!

FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

10 anos depois, descubra o que destino fez aos 14 filhos da famosa octomãe

DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.

FREE HUB

LINK PATROCINADO

"Uma dúzia de homens morreram lutando pelo seu amor" - Princesa Qajar da Pérsia

JOL

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro lista ações do governo contra pandemia

Preço do barril dá sinal de recuperação

Patamares de consumo no mundo tendem a se manter abaixo dos níveis pré-crise; cotação da commodity deve continuar pressionada

Por Rodrigo Carro e André Ramalho — Rio

08/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Histórico de crises

Os principais conflitos enfrentados pelo setor de petróleo e suas características

	Guerra entre países		Recessão econômica		Impacto estrutural na indústria	
	1991 (Guerra do Golfo)	2001 (Atentado aos EUA)	1998 (Crise asiática)	2008 (Crise financeira mundial)	1986	2015
■ Preço médio anterior (em US\$/barril)	24	27	20	105	28	107
■ Tempo da crise (em meses)	3	6	17	20	18	>24
■ Queda máxima ante preço médio anterior	-26%	-28%	-49%	-60%	-64%	-69%
■ Recuperação dos preços ao fim da crise	√	√	√	√	Novo equilíbrio (30% a 40% abaixo)	Novo equilíbrio (40% a 50% abaixo)

Fonte: Bain & Company

Após atingir o fundo do poço em abril, a demanda por petróleo deu sinais de recuperação em maio e deve continuar a subir mês a mês daqui para frente. Os patamares de consumo, no entanto, tendem a se manter abaixo dos níveis pré-crise ainda por um tempo e impedir uma retomada mais sustentável da cotação do barril.

Estudo da consultoria Accenture destaca que a crise atual reflete uma combinação inédita de fatores - choques simultâneos pelos lados da procura e oferta - e que o volume consumido diariamente ficará entre oito milhões e 18 milhões de barris abaixo de 2019. Na prática, isso significaria um corte de até um quinto na demanda mundial, frente ao ano passado.

A expectativa é que esse encolhimento do consumo limite a recuperação dos preços, apesar da alta acumulada de 67,4% do valor do barril do tipo Brent (primeiro

contrato) desde o início de maio. Em meio a sinais de flexibilização das medidas de isolamento social ao redor do mundo, a commodity recuperou parte da desvalorização dos últimos meses e voltou a superar a casa dos US\$ 40 o barril, depois de três meses.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Nos últimos 40 anos, o setor de óleo e gás foi atingido por mais de 12 choques, tanto na oferta quanto na demanda

Na sexta-feira, o contrato para agosto fechou com alta de 5,7%, cotado a US\$ 42,3 o barril, em meio a notícias de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Rússia concordaram em prorrogar os cortes vigentes de produção.

Na avaliação da Bain & Company, a atual crise do setor deve estabelecer um novo patamar de preços, mais baixos, em relação aos patamares pré-crise. O sócio da consultoria, José de Sá, explica que choques do petróleo ocasionados por questões geopolíticas (como a Guerra do Golfo de 1991 e o ataque terrorista aos EUA, em 2001) ou por recessões econômicas (como a crise asiática de 1998 e a dos subprimes, de 2008) costumam recuperar os patamares de preços anteriores. O choque atual, no entanto, segundo ele, se assemelha mais às crises de 1986 e 2015.

Ambos os casos, lembra o consultor, provocaram mudanças estruturais na indústria. Foi assim quando a Arábia Saudita, em 1986, abandonou o papel de “swing producer” - o produtor responsável por amortecer desequilíbrios entre oferta e demanda. E foi assim também quando a Opep, em 2015, decidiu não equilibrar a nova oferta vinda da produção do shale nos Estados Unidos, provocando a queda dos preços do petróleo.

Esse tipo de crise costuma, na análise da Bain & Company, gerar quedas profundas nos preços, seguidas pela fixação de um novo equilíbrio de mercado ao fim do choque de preços. “Essa atual crise se parece assim [uma crise estrutural]. Podemos não retornar aos preços originais do petróleo que tínhamos antes da crise”, afirma Sá.

A Accenture destaca que a demanda global por petróleo deve cair em 2020, pela primeira vez, desde 2009, quando a economia mundial ainda sofria os impactos da crise financeira originada a partir do mercado imobiliário americano. O consumo, no ano passado, foi de 100,74 milhões de barris por dia, em média, o que equivale a mais 0,8% em relação a 2018.

Nas últimas quatro décadas, a indústria de óleo e gás foi atingida por mais de uma dúzia de choques, tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda. A diferença é que desta vez - segundo a Accenture - os efeitos negativos da covid-19 sobre a demanda por petróleo devem coincidir com um incremento na oferta pela Opep+ (a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados) e, marginalmente, pela América do Norte. O excesso de oferta no mundo vai ficar entre 4 milhões e 8,8 milhões de barris de petróleo por dia, conforme indica o estudo assinado por Muqsit Ashraf, Manas Satapathy e Vivek Chidambaram.

“Tudo indica que o pior [da crise] já passou”, diz Edson Bouer, diretor executivo da área de Energia da Accenture. “Mas seria demais afirmar isso peremptoriamente”, acrescenta. No contexto atual, as principais variáveis são a curva de expansão da covid-19 e as negociações envolvendo a Arábia Saudita.

A Rystad Energy acredita que a demanda por petróleo atingiu o seu fundo do poço em abril, mas que deve subir mês a mês daqui para frente, embora os patamares de consumo tendam a se manter abaixo dos níveis pré-crise ainda por um tempo.

A previsão da consultoria é que a demanda pela commodity cairá 11,5% em 2020, ante volume do ano passado, o equivalente a um corte de 11,4 milhões de barris ao dia no mercado, para 88,1 milhões de barris. Para 2021, a projeção é que o consumo fique em torno de 96,3 milhões de barris ao dia, o que representaria uma alta de 9,3% frente a 2020, mas ainda 3,2% abaixo dos patamares de 2019, nas contas da consultoria.

A Rystad estima que a demanda caiu 20,5% em maio, ante igual mês do ano passado. Para junho, a previsão é que a queda seja menor, de 14,5%, na comparação anual.

Como resultado da crise atual, Bouer - da Accenture - acredita que as companhias de óleo e gás terão de privilegiar projetos capazes de entregar o máximo de rentabilidade e liquidez, de forma a evitar o estrangulamento do seu fluxo de caixa.

Apesar dos prognósticos desfavoráveis para o ano, a exportação de petróleo pela Petrobras bateu recorde em abril. Impulsionadas pela demanda da China e dos Estados Unidos, as vendas externas da companhia somaram 30,4 milhões de barris no mês. O total equivale a aproximadamente um milhão de barris exportados por dia. O recorde anterior havia sido estabelecido em dezembro, quando foi atingida a marca de 771 mil barris por dia.

A alta produtividade dos campos petrolíferos situados na região do pré-sal - principalmente os de Lula e Búzios - se refletiu positivamente no desempenho do Estado do Rio de Janeiro, destaca Joilson de Assis Cabral, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Em abril, a produção fluminense de óleo e gás - medida em barris de óleo equivalente (BOE) por dia - aumentou 4,79% em relação ao mês imediatamente anterior. Já em nível nacional, a produção permaneceu estável em abril. Barril de óleo equivalente é uma unidade usada para converter um volume de gás natural em um volume de óleo.

No acumulado de janeiro a abril, a produção de óleo e gás no Estado do Rio somou 11,47 milhões de BOE por dia, o que representa um incremento de 26,81% frente aos quatro primeiros meses de 2019. No plano nacional, a expansão no período foi mais modesta: 16,80%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador